

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

EVERALDO SANTOS OLIVEIRA

“Por sua culpa, sua tão grande culpa”: Um estudo sobre o processo de naturalização, responsabilização e culpabilização das mães dos meninos e meninas em situação de rua

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

EVERALDO SANTOS OLIVEIRA

“Por sua culpa, sua tão grande culpa”: Um estudo sobre o processo de naturalização, responsabilização e culpabilização das mães dos meninos e meninas em situação de rua

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Marta Silva Campos.

SÃO PAULO

2015

Banca Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, que com muito amor e esforço, apostaram na educação como alternativa possível para a vida dos seus filhos...

Às mulheres, mães dos meninos e meninas em situação de rua que, apesar de todas as dificuldades, não desistem dos seus filhos e filhas...

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese só foi possível graças à ajuda e ao apoio de muita gente que de maneira generosa contribuiu significativa para que este processo se realizasse.

À toda minha família pelas palavras de incentivo e de confiança que sempre me deram, em todas as circunstâncias e momentos da minha vida.

Aos irmãos que a vida me deu e que fazem a minha existência mais feliz: Evanice, Dirceu, Márcia, Ataíde, Antônio Inácio (Neno), Mário, Ronaldo, Elda, Marcos, Marinho, Margarida e Eduardo.

Flávio Rodrigues muito obrigado por tudo!

Um agradecimento especial, mais do que merecido a Claudia Arantes, que além de uma amiga brilhante, é uma companheira de luta, e foi fundamental para a realização das entrevistas.

Toda gratidão à minha irmã do coração Mighian Danae, pelo apoio de todas as horas, em vários momentos durante esse processo de elaboração da tese.

Um agradecimento mais do que especial ao meu amigo e irmão André Camelo, que sempre me ajudou a continuar acreditando que seria possível concluir mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Às amigas e ao amigo: Eliane Nicoletti, Fernanda Mazzante, Simone Bizaco, Salette Galante, Cristina Colassanto, Roseana Ialongo, Lilian Grisolio, Roberta Carvalho, Paula Sorelli, Claudia Leitão, Maria Vitória Paiva e Marco Antônio, o meu muito obrigado.

À Professora Dr^a Marta Silva Campos, que me orientou e com muita sabedoria e generosidade me ajudou a chegar ao fim desse longo caminho.

Às contribuições dadas no exame de qualificação pelas professoras Mirian Veras e Marlene Zola, muito valiosas, não somente naquele momento, mas para toda a minha vida.

À CAPES pelo apoio material, que viabiliza a formação e a realização de estudos e pesquisas.

RESUMO

A presente pesquisa realiza uma análise sobre o processo de responsabilização das mães das crianças e adolescentes em situação de rua, pelo contexto de abandono no qual os seus filhos se encontram. A presença de crianças e adolescentes vivendo nas ruas das nossas cidades se constitui em uma das mais cruéis expressões da desigualdade social que atinge o nosso país. Este fenômeno não é recente na história do Brasil, e mesmo com os avanços econômicos, sociais e legais nas últimas décadas, persiste em existir. Vários estudos científicos já foram realizados sobre este tema, todavia, há uma prevalência nesses debates teóricos de uma discussão em torno dos diversos fatores geradores desse fenômeno e das políticas de atendimento a essa população. No campo conceitual e empírico não encontramos uma reflexão mais aprofundada sobre a importância da mãe dos meninos e meninas em situação de rua como provedora afetiva, moral e material na vida de seus filhos e de toda a família. Esta tese objetivou o desenvolvimento de uma análise sobre o processo de naturalização e de responsabilização dos papéis socialmente atribuídos à instituição familiar, mais especificamente à figura materna, no cuidado material e emocional dos seus filhos, e à consequente “culpabilização” dessas mães que, por diversos motivos, não correspondem às exigências morais, sociais e legais impostas pelos mais diversos segmentos da sociedade. Este estudo também buscou analisar, na perspectiva da figura da mãe, os motivos que levaram seu filho a buscar a experiência de viver na rua. O processo metodológico fundamenta-se na análise sócio-histórica das abordagens conceituais sobre família, gênero, raça/etnia, aprofundando as diferentes determinações do tema abordado em relação às crianças, adolescentes e suas famílias. Realizou-se estudo de caso a partir da análise das trajetórias de vida de três mulheres mães de adolescentes e jovens em situação de rua, entrevistadas nesta pesquisa. Através dessas análises foi possível perceber o quanto esses relatos individuais se articulam em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos, superando assim o caráter unicamente subjetivo. A categorização e análise das falas das pessoas-sujeitos levou em consideração o fato de que na pesquisa quantitativa a coleta dos dados se dá em um contexto fluente de relações no processo interativo com os sujeitos, com o objetivo de atingir a sua essência. A opção por essa forma de pesquisa se deu justamente ao fato dela estimular as entrevistadas a pensar livremente sobre algum

tema, objeto ou conceito, o que permitiu ao pesquisador acessar aspectos objetivos, mas também subjetivos, dos entrevistados, de maneira espontânea. A partir da análise e discussão dos dados pode-se afirmar que apesar de todas as adversidades e desencontros que marcam as vidas dessas mulheres, são elas aquelas que assumem o árdua missão de ser o esteio da família e a principal referência afetiva e moral para os seus filhos.

Palavras chaves: família; mães; crianças e adolescentes em situação de rua;

ABSTRACT

This research makes an analysis of the process of accountability of mothers of children and adolescents living on the streets, abandonment context in which their children are. The presence of children and adolescents living on the streets of our cities constitutes one of the cruelest expressions of social inequality that affects our country. This phenomenon is not new in the history of Brazil, and even with the economic, social and legal advances in recent decades, continues to exist. Several scientific studies have been conducted on this topic, however, there is a prevalence in these theoretical debates a discussion of the various factors causing this phenomenon and care to this population policies. In conceptual and empirical field we did not find a deeper reflection on the importance of the mother of the boys and girls on the streets as provider affective, moral and material in the lives of their children and the whole family. This thesis aims to develop an analysis of the naturalization process and accountability of the roles socially assigned to the family institution, more specifically the mother figure in the material and emotional care of their children, and the consequent "blame" those mothers who, for various reasons, do not correspond to moral, social and legal imposed by various segments of society. This study also sought to analyze the mother figure of perspective, the reasons why your child to get the experience of living on the street. The methodological process is based on the socio-historical analysis of conceptual approaches on family, gender, race / ethnicity, deepening the different theme determinations addressed in relation to children, adolescents and their families. We conducted a case study based on the analysis of the life stories of three women mothers of young people on the streets, interviewed for this search. Through these analyzes it was possible to realize how much these individual reports are organized around certain individual and collective events, moving beyond the merely subjective character. The categorization and analysis of the speeches of the people-subject took into consideration the fact that in quantitative research data collection occurs in a context fluent relations in the interactive process with the subjects, in order to reach its essence. Opting for this type of research is rightly given the fact that it encourage respondents to think freely about any subject, object, or concept, which allowed researchers to access objective aspects, but also subjective, of respondents spontaneously. From the analysis and discussion of the data it can be said that despite all the adversities and

misunderstandings that mark the lives of these women, they are those who take on the difficult task of being the mainstay of the family and the primary affective and moral reference for your children.

Key words: family; mothers; children and adolescents living on the streets;

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I – Família e seus contextos no Brasil: antecedentes e atuais	20
1.1 – A criança e o jovem nas ruas	21
1.1 .1– Dados Históricos	21
1.2 – A família nesse período	24
2.0 – Mudanças sociais	25
2.1 – A família em nova sociabilidade	26
2.2 – A palavra família é uma “casca”?	28
3.0 Conclusões	31
Capítulo II – Família e reprodução social	38
2.1 – A família na produção e reprodução da vida	38
2.2 – A família nas relações de produção e consumo	49
2.3 – A família negra	59
2.4 – A situação da mulher negra no Brasil a partir de uma perspectiva de gênero	67
Capítulo III – As vozes silenciadas: as histórias das mães dos meninos e meninas em situação de rua	71
3.1 – Procedimentos metodológicos	71
3.1.1 – Sujeitos	73

3.1.2 – A escolha da amostra	74
3.1.3 – As entrevistas	74
3.1.4 – A análise dos dados	75
3.2 – A história de Dona Marina	77
3.3 – A história de Carla	99
3.4 – A história de Dona Maris	118
3.5 – Análise Geral das entrevistas	140
Considerações Finais	150
Referências bibliográficas	155
ANEXO – A -	169

LISTA DE SIGLAS

AACRIANÇA - Associação de Apoio a Criança

ANADEP - Associação Nacional de Defensores Públicos

CEDECA-SÉ - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Sé

CF - Constituição Federal

COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

NEV-USP - Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

ONG - Organização Não Governamental

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

– INTRODUÇÃO –

As questões referentes ao tema da desigualdade social e às suas práticas de discriminação, principalmente no que tange às situações que envolvem crianças e adolescentes, sempre me tocaram e estiveram presentes ao longo de minha vida acadêmica e profissional.

Assim foi que, durante cerca de vinte anos como educador social, atuando diretamente no atendimento a crianças e adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, conheci suas histórias, sofrimentos, dramas, alegrias e esperanças, dessa forma, ampliaram-se ainda mais as inquietações e o sentimento de desconforto perante essa nossa realidade.

Foi no ano de 1998 que ingressei na Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região Sé (AACRIANÇA) – organização da sociedade civil que atua desde 1992 junto a crianças e adolescentes em “situação de rua” na cidade de São Paulo. Comecei a trabalhar, como educador social, em um de seus projetos – o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mariano Kleber dos Santos” (CEDECA-SÉ) – e passei então a conhecer mais e melhor a realidade daqueles que fazem da rua seu espaço de sobrevivência e socialização.

A minha entrada nesse campo específico da atuação profissional se liga fortemente à minha atuação militante nas pastorais sociais da Igreja Católica, que teve início ainda na minha adolescência. A experiência como agente da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e a Pastoral do Menor (PM) me possibilitou uma compreensão mais crítica da realidade social e motivou em mim o desejo por mudanças, na direção da construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Juntamente com a motivação pessoal, o meu ingresso nesse campo profissional está relacionado com as possibilidades alargadas pelo surgimento, no país, de uma nova concepção relativa à situação enfrentada por essa população, submetida ao abandono e aos perigos da rua, daí decorrendo à busca de mudanças também inovadoras, quanto às soluções necessárias.

Estas transformações originam-se, em última análise, das lutas e pressões sociais que marcaram principalmente a segunda metade do século XX, possibilitando mudanças significativas nas concepções relativas à infância e à família.

No Brasil, a década de 1980 e o início dos anos da década de 1990, marcaram profundamente a história do país devido à grande mobilização da sociedade civil em prol da redemocratização do país, incluindo, na luta por direitos, a pressão por melhoria da qualidade de vida da maioria da população.

O contato com a realidade da rua, vivida por centenas de crianças e adolescentes no centro da cidade, e a relação estabelecida tanto com estes como posteriormente com as suas famílias, em suas regiões de origem, gerou certa identificação pessoal com esses contextos. Transformaram-se ao mesmo tempo em elementos motivadores para as escolhas acadêmicas que seriam feitas posteriormente. Ao nos aproximarmos dos contextos de vida desses meninos e meninas e tomar conhecimento da realidade de suas famílias e da comunidade na qual estão inseridos, é impossível não perceber uma inter-relação com nosso histórico social de origem.

A minha trajetória de vida em muitos aspectos se relaciona com a de tantos meninos e meninas que conheci em todos esses anos de trabalho. Testemunhei e senti em minha vida, enquanto negro, oriundo da periferia e filho de pais operários, várias situações de violência e de desrespeito aos direitos sociais básicos, fundamentais para uma vida humana digna e feliz. Nessa relação com a realidade dessas crianças e adolescentes, sinto-me um sobrevivente de um processo cruel e perverso, que continua massacrando a vida de muitos seres humanos empobrecidos, o que aumenta ainda mais a minha responsabilidade e compromisso na defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes.

A experiência de ir a campo é sempre um desafio para o pesquisador, na medida em que o coloca cara a cara com o mundo real, numa relação que extrapola o universo meramente conceitual ou teórico, composto por pessoas concretas, com seus sonhos e pesadelos, acertos e desacertos, num movimento constante de vida e de morte, que vai se alternando de maneira frenética, contraditória e constante.

Os sujeitos desta pesquisa sobrevivem a todo momento nesse ambiente marcado permanentemente pelo risco e pela ameaça à sua vida e à integridade física, psíquica e moral. São pessoas, famílias e grupos inseridos em contextos de alta vulnerabilidade social.

Além das várias situações de violência que caracterizam muitas vezes os contextos atuais nas quais essas pessoas estão inseridas, e onde constroem as suas relações familiares e comunitárias, elas trazem nos seus corpos e nas suas histórias as marcas de uma vida inteira atravessada por carências e abandonos, que nos fazem refletir sobre até onde vai a capacidade humana de suportar tanta privação e negação constante de seus direitos, que, apesar de serem fundamentais e formalmente reconhecidos, são seguidamente vilipendiados.

No caso específico da minha pesquisa, o mais desafiante era ir ao encontro do universo vivenciado pelas pessoas nas quais entrevistei, aproximando-me das suas histórias de vida com um olhar de pesquisador, sem ao mesmo tempo perder o envolvimento com universo pesquisado. Na verdade, a produção desta tese tenta responder às inquietações produzidas em mais de quinze anos de atuação profissional com crianças e adolescentes em situação de rua, e suas famílias, na AACRIANÇA.

Toda a *expertise* produzida a partir de tantos anos de trabalho, e o compromisso militante com essa causa, poderiam comprometer a minha postura analítica, mesmo tendo a plena consciência de que, desde o primeiro instante, nunca houve por parte desse pesquisador o interesse pela produção de uma pesquisa no molde durkheimiano, que defenderia veementemente a pretendida neutralidade científica. Contra isto apoio-me nas palavras de Paulo Freire, que afirma: “toda neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, na medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial” (FREIRE, 1978, p. 89).

Esta tese foi desenvolvida a partir da intenção de apresentar as bases para o estudo aprofundado acerca da realidade das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua, atendidas pela Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região Sé (AACRIANÇA), destacando-se sobremaneira o papel das mães dos e das adolescentes em situação de rua.

Para tanto, dirige seu olhar para o processo de naturalização, de responsabilização e de consequente culpabilização do papel socialmente atribuído à instituição familiar, mais especificamente à figura materna, no cuidado material e emocional dos seus filhos, quando, por diversos motivos, inclusive alheios a sua vontade, não correspondem às exigências morais, sociais e legais feitas pelos mais diversos segmentos da sociedade.

A reflexão sobre a trilogia: naturalização, responsabilização e culpabilização da família, foi inaugurada por Regina Miotto (2015) ao discutir as relações entre família e serviços sociais.

Na tese também analisamos, na perspectiva da figura da mãe, os motivos que levaram seu (sua) filho (a) a buscar a experiência de viver na rua. A partir de uma análise socio-histórica, buscaremos entender como foi que, na realidade brasileira, esse processo se desenvolveu, e quais os mecanismos que ainda hoje são utilizados para perpetuá-lo, mantendo a mulher/mãe na condição de principal responsável dos sucessos ou insucessos da sua prole.

Refletindo assim, simultaneamente, a partir da pesquisa das vivências e concepções das mães e da forma como toda essa engrenagem social atua, visamos ao aprofundamento do conhecimento sobre as desigualdades vivenciadas por esses sujeitos, na medida em que são estigmatizados e reforçados na sua condição de subalternidade.

Uma aproximação atenta e sensível às periferias de hoje, contextos em que essas crianças e adolescentes estão mergulhados, junto com suas famílias, pode nos revelar um universo muito distante das teorias e das análises tradicionais. Ao mesmo tempo, certamente ajudarão também na percepção da permanência de várias situações de desigualdade e de injustiça que se perpetuam no seio da sociedade brasileira e fazem dessas áreas de nosso país locais de risco, principalmente para os mais jovens.

A tese, apoiada nos referenciais teóricos que baseiam as discussões acerca da maternidade, da desigualdade social, das condições dos e das adolescentes em situação de rua, e outras temáticas tangentes às anteriormente expostas, defende como tese a desnaturalização do processo de responsabilização das mães dos

meninos e das meninas em situação de rua. Assim, a culpabilização destas mães, sujeitos-alvo da presente tese, é questionada e analisada a partir de parâmetros que evitam o senso comum e apelam para o exame minucioso sobre as variáveis intrínsecas às experiências violentas vivenciadas por estes sujeitos e, obviamente, reproduzidas por eles mesmos em função do contexto social que os atinge diretamente.

O caminho metodológico trilhado durante a pesquisa teve como ponto de partida as vivências pessoais e profissionais que, sem sombra de dúvidas, motivaram a escolha do objeto desta tese. O interesse no estudo das mães dos meninos e das meninas em situação de rua tem uma ligação com contextos familiares que muito se aproximam das histórias de vidas e dos desafios enfrentados por essas mulheres/mães nas suas lutas diárias por sobrevivência. Muitas dessas mulheres são negras e únicas provedoras das suas famílias. São elas que tentam a todo custo garantir a unidade e a proteção de todos dentro de casa. Na história da minha família, é possível perceber a forte presença das mulheres como responsáveis pela manutenção e reprodução social da família. Desde minha avó materna, que fugiu das garras do marido e saiu do sertão da Bahia rumo à capital do estado, trazendo consigo apenas as crianças e o desejo de recomeçar a sua vida longe das agressões domésticas, nos idos de 1950, passando por minhas tias e primas, são as mulheres que assumem solitariamente a criação de seus filhos e filhas e o cuidado com a manutenção material e afetiva da casa. A minha mãe é a única dentre quatro irmãs que manteve uma família com a presença de um companheiro e pai de seus filhos. Apesar de todas as dificuldades, ambos conseguiram garantir aos cinco filhos uma vida melhor do que a que eles próprios tiveram, dentro das suas possibilidades. São histórias pessoais que em muito se aproximam das vidas dos sujeitos da minha pesquisa.

Esta trajetória pessoal irá se somar com as experiências profissionais na área social. O trabalho na Associação de Apoio à Criança (AACRIANÇA) me possibilitou uma aproximação mais qualificada.

É importante perceber que, se no texto da tese alguns momentos do trabalho de pesquisa são apresentados separadamente, no campo estas ações não ocorreram isoladamente e nem foram adaptadas a uma teoria existente para validar

sua relevância científica. Assim, chamo a atenção para o fato de que foi a partir do contato com este grupo que percebi a importância de estudar sobre tais eventos. Foi também a partir do contato com estas mães que foi delineando-se a metodologia que mais se relacionava com as temáticas em questão.

Após a leitura dos materiais selecionados, percebi a importância que teria um estudo que colocasse como centro a fala das mães de crianças e adolescentes que frequentavam o AACRIANCA. Lendo sobre as metodologias possíveis num estudo na área das ciências humanas, deparei-me com o estudo das trajetórias de vida como um possível caminho metodológico para até estas mulheres.

A importância em estudar as trajetórias de vida está justamente em colocar em evidências as experiências sensíveis de mães de crianças e adolescentes em situação de rua, que são comumente vistas como responsáveis pelo chamado fracasso de sua prole frente ao modo como lidam com sua própria vida. Ao expor suas trajetórias – observando a discrição em manter em sigilo seus nomes reais e qualquer outra informação que pudesse ajudar a identificar estas mulheres –, a pesquisa intenciona perceber como os discursos produzidos por elas refletem uma fala generalizada sobre elas mesmas, mas também pode assinalar reflexões que ainda não foram ouvidas sobre sua condição de vida.

A entrevista semiestruturada mostrou ser a técnica que mais nos aproximava destas mulheres, pois pensei que, como a maioria delas eram atendidas na associação, isto as deixariam menos reticentes para a participação de uma conversa a dois. A assistente social da AACRIANÇA, Cláudia Arantes, foi um importante ponto de apoio entre mim e as mulheres entrevistadas, estando presente em algumas das entrevistas que foram realizadas na própria associação.

O contato com estas mães deu-se a partir da relação delas com a AACRIANÇA. Todas eram atendidas pela entidade social e foram indicadas pela assistente social daquela organização.

Nos encontros, eu estava sempre munido do celular que continha um aplicativo que funcionava como um gravador digital, para que as entrevistas fossem transcritas e analisadas criteriosamente num momento posterior. As mulheres eram informadas da gravação e assinaram um termo de consentimento para a liberação

da gravação e transcrição (se você tiver dado a entrevista para elas lerem, informar aqui)¹. Após o contato inicial, mediado pela associação acima citada, demos início às entrevistas que em geral duraram 60 minutos.

Após a transcrição destas, procedemos à análise dos discursos presentes nas falas das mulheres, tomando o devido cuidado de evitar análises que as objetificassem ou encerrassem seus discursos em teorias já apresentadas aqui como teorias que não levam em conta as experiências e falas destas mulheres.

A tese está dividida em três capítulos, assim distribuídos:

No primeiro deles, discorreremos brevemente sobre a entrada no campo, realizando também uma discussão dos dados históricos sobre a infância em situação de subalternidade no Brasil, além do tratamento dispensado à família pela legislação vigente no país. Neste capítulo tentamos também localizar como se inicia o processo de culpabilização das mães pelo futuro de sua prole.

No segundo capítulo, refletimos sobre como a família se organiza dentro dos processos de produção e de reprodução social, tendo a escola como um espaço que colabora para a reprodução do modelo de família que espera-se na sociedade, a saber, um modelo único, exclusivo e não extensivo. A escola, assim como outras instituições, é afetada por ideologias que encerram a família em modos de ser e estar na sociedade. Discorreremos também sobre como estas famílias vivem no contexto de uma sociedade de consumo.

No capítulo terceiro, descrevemos o caminho metodológico da pesquisa, apresentando como foram escolhidas as mulheres que dela participaram e qual o procedimento adotado para a análise das entrevistas que estão nesta tese. Este capítulo conta com as histórias de três mulheres, a saber, Dona Marisa, Dona Carla e Dona Maris.

Ao final, encerramos este trabalho apresentando algumas provocações organizadas a partir das análises das entrevistas realizadas.

¹ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexo (A).

– CAPÍTULO I –

FAMÍLIA E SEUS CONTEXTOS NO BRASIL: ANTECEDENTES E ATUAIS

A minha entrada num campo específico da atuação profissional, desenvolvida a partir de instituições que formulavam e colocavam em prática uma diversidade de programas para crianças e adolescentes em “situação de rua”, se ligou fortemente às possibilidades surgidas, no país, de uma nova concepção sobre a política destinada a tratar das questões enfrentadas por essa população, submetida ao abandono e aos perigos ali encontrados, ao longo do tempo. Este trabalho tornava possível a busca de mudanças, dentro de oportunidades inovadoras, quanto às soluções necessárias.

Em última análise, as transformações, produto das lutas e pressões sociais que marcaram principalmente a segunda metade do século XX, haviam possibilitado mudanças significativas nas concepções relativas à infância e à família. A partir desse momento, pudemos observar rupturas significativas com um passado repetitivo, que se recusava a mudar.

Tendo nascido e sido criado na periferia da cidade de Salvador, na Bahia, vivi desde minha infância uma situação marcada pela ausência de serviços públicos básicos e de qualidade. Grande parte das famílias que residiam naquela localidade era formada por pessoas de baixa renda, operários da construção civil, empregadas domésticas, pequenos comerciantes e um grande contingente de pessoas, que tentavam sobreviver no subemprego ou na informalidade.

Somada à tal precariedade, a violência se fazia presente nesse contexto sociocomunitário, caracterizando-se como um de seus próprios produtos e constituindo elemento agressivo, e até mesmo expulsivo. Uma violência que se manifestava, não somente a partir da prática dos atos considerados ilícitos (tráfico de drogas, assaltos, etc.), mas que muitas vezes se desdobrava em ações bastante

violentas, por parte do Estado. Ela era visível através da repressão policial, estando também presente no espaço intrafamiliar e em outras relações interpessoais².

1. A CRIANÇA E O JOVEM NAS RUAS

A essa situação discutida no item anterior, são expostas crianças e jovens, em conjunto com suas famílias, nos grandes centros urbanos.

Sua permanência nas ruas exige atenção para que possamos estabelecer a inter-relação entre os fatores adversos nelas presentes e os danos existentes nas situações vivenciadas por crianças e adolescentes, que fazem das ruas o seu espaço de sobrevivência. Para se compreender com mais profundidade as características das formas que assumem os modos de existência das crianças e adolescentes em “situação de rua”, que simultaneamente podem continuar a manter-se em ligação com seus contextos familiares, é fundamental que se reconheça e analise como esses fenômenos foram se constituindo historicamente e por quais fatores ainda hoje sua continuidade é alimentada.

Faz-se necessário identificá-los como contextos de violência.

1.1. DADOS HISTÓRICOS

Em primeiro lugar, fatos passados nos mostram que esta realidade não é recente, e tem se solidificado com o passar dos anos, dentro de tendências próprias a cada época.

Na verdade, encontramos na historiografia várias referências à presença de crianças e adolescentes de ambos os sexos, que costumavam perambular pelas ruas da cidade de São Paulo, como noticiado pelo Diário Popular de 26/07/1916, ao denunciar “a presença de um bando de meninos ‘insuportáveis’ na Ladeira da

² Para o país, de acordo com dados do “Mapa da Violência 2013: Homicídio de Jovens no Brasil”, publicado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), 53,4% dos casos de morte de jovens entre 15 e 24 anos, em 2011, foi por homicídio, sendo que e as zonas periféricas das grandes cidades brasileiras compuseram aquilo que os pesquisadores denominaram de “polos de concentração de morte”.

Tabatinguera, em pleno centro da cidade, atrapalhando a ordem pública e ferindo os bons costumes”³.

Também segundo Esther Arantes, o abandono de crianças é fato antigo no Brasil, lembrando-nos de ocorrências comuns, nos períodos colonial e imperial, de crianças deixadas nas portas de igrejas, conventos, residências e nas ruas dos principais centros urbanos. O futuro dessa “infância desvalida”, daqueles que sobreviviam, ficava por conta das instituições religiosas, ou dos asilos para menores abandonados (ARANTES, 1995, p. 191).

Boris Fausto faz referência a situações de abandono de meninos e meninas na São Paulo do início do século XIX, e aponta já para a acusação de uma correlação entre a menoridade e a quebra dos bons costumes. Ele cita o relatório do chefe de polícia da cidade, Sebastião José Pereira, que já apontava “a presença de menores vadios, mendigos e meninas prostitutas, que passavam o dia a perambular pelas ruas e entregar-se à prática de atos torpes”(FAUSTO, 2001, p.95).

É possível perceber, desde aquela época, a influência de uma análise meramente moralista ante as questões sociais, e mais especificamente, frente aos problemas relacionados à infância e à família.

Nessa perspectiva, tanto a pobreza como a miséria são culpa do próprio sujeito miserável, tratando-se de um desvio moral. Transfere-se para ele, já vitimizado pelos infortúnios sociais, toda a responsabilidade por sua condição, ao mesmo tempo em que também é visto como uma ameaça para a ordem geral da sociedade. Este olhar, que permanece muito presente nos dias atuais, irá tomar uma dimensão ainda maior com o avanço da República.

A presença de pobres, de crianças e de adolescentes em situação de abandono, mulheres ditas prostituídas, mendigos e delinquentes, que fazem do centro da cidade o seu local de moradia e sobrevivência, revelaria uma realidade permanente, ainda que contraditória.

³ A mesma reportagem cobra do poder público “uma ação mais repressora contra esses “menores”, que se dedicam a práticas de ações vergonhosas no centro da cidade”.

É certo, entretanto, que a grande maioria dessa população de meninas e meninos, que vive, como foi categorizado, “em situação de rua” é proveniente das áreas urbanas mais afastadas. (RIZZINI, 2003). A saída do lar, e da sua comunidade de origem, tendem assim ao significado de uma tentativa de superação da realidade de opressão, ao lado da busca por possibilidades alternativas de sobrevivência (LEME, 2005). Certamente a um custo bastante alto, dada a desproteção da cidade – e da sociedade como um todo – já salientadas.

Marco Antonio Santos lembra que, a partir da República, o combate realizado pelo poder público aos considerados vadios, e à própria vadiagem, irá encontrar um significado novo. A virada do século XIX para o XX marcou, em especial, a história de São Paulo, que sofreu um rápido processo de transformação e passou de pequena vila para cidade industrial, ao mesmo tempo em que via aumentar a violência e a pauperização de várias camadas da população, já excluídas do universo formal de produção e de consumo. Nesse contexto, empreendeu-se um imenso esforço de contenção e repressão das classes populares (SANTOS, 2006, p.114).

Ócio e vadiagem aparecem como a antítese do modelo pretendido para aquela nova sociedade. Para isso, era preciso que o Estado e as elites intelectuais e econômicas agissem no sentido de criar o que Margareth Rago irá chamar de “empresa de moralização”, com o objetivo de criar uma nova figura de cidadão (RAGO, 1985, p. 12).

Alguns segmentos sociais serão alvos privilegiados dessas ações modernizadoras. O poder médico, muito importante pelo prestígio e capacidade de persuasão nesse contexto, viu na infância o objeto fundamental para a implementação de seu projeto de purificação da sociedade. Acreditava-se inclusive que, ao preservar a infância, garantia-se um futuro saudável para toda a sociedade.

No campo da educação, serão produzidas mudanças importantes, com a criação das escolas normais, ligadas aos princípios modernos, e com a expansão das instituições de ensino primário (MARCÍLIO, 2005, p. 128).

No universo jurídico, as alterações serão ainda mais significativas e paradigmáticas. Foram criados novos códigos e leis, com o objetivo de definir o

status jurídico daqueles que não se enquadravam na noção de modernidade (ALVAREZ, 2003, p. 159).

Fernando Londoño (1991) e Isabel Fontana (1999) apontam para a origem do conceito de menor, que, nesse momento passa a fazer parte do vocabulário jurídico brasileiro, para referir e indicar a criança e o adolescente em relação à situação de abandono ou marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica, assim como seus direitos.

Um novo modelo de assistência social também se consolida e é caracterizado por novas formas de institucionalização, que devem orientar o atendimento e o tratamento do “menor abandonado” (ALVAREZ, 2003, p. 141).

Vicente Faleiros analisa a política para a infância na conjuntura da Primeira República (1889-1930) a partir de três dimensões: omissão, repressão e paternalismo, com um foco maior para a repressão da ociosidade, através do encaminhamento para o trabalho precoce como forma de ressocialização (FALEIROS, 1995, p. 57).

1.2. A FAMÍLIA NESSE PERÍODO

A família aparece com destaque na ação dos especialistas.

Era ela responsabilizada pela situação de abandono em que seus filhos se encontravam, sendo as mães consideradas, nesse contexto, como as principais responsáveis pelo estado de “degradação moral” a que eles estavam submetidos. Segundo o discurso da época, eram as mulheres que, por não possuírem um equilíbrio moral, acabavam aceitando as propostas indecorosas dos homens, gerando para a sociedade filhos sem pai, minando dessa maneira as bases que garantem a ordem moral da sociedade (OLIVEIRA, 2008, p. 28).

Esta discussão se desenvolveu no mesmo instante em que ecoava a ideia de família como sendo a célula-mãe da sociedade, ideia essa defendida e propagada pelos especialistas, que pretendiam dessa maneira interferir no modo de conduta das classes mais pobres, apresentando-lhes um novo modelo de família a ser seguido.

Diante deste fato, instaura-se uma verdadeira “cruzada civilizatória”, com o objetivo de constituir cidadãos afinados com os novos símbolos da modernidade.

Com este breve histórico aqui incluído temos o propósito de auxiliar na compreensão do fenômeno da infância empobrecida no Brasil. Ao mesmo tempo nos propomos ao desafio de refletir sobre os fatores que perpassam os tempos e continuam a reproduzir realidades tão desumanas, que coexistem, apesar dos avanços legais, econômicos e políticos nunca vistos antes na história do país.

Instiga-nos também a pensar o quanto algumas ideologias, que estigmatizavam e excluíaam os segmentos sociais mais subalternizados no início do século passado, ainda encontram ressonância na sociedade atual e servem para justificar ações repressivas do Estado e de parte da sociedade. Esses grupos ainda hoje são considerados uma ameaça para a ordem social.

Termos como “menor”, “menino de rua” e “família desestruturada” são exemplos disso e marcam profundamente essas populações, inclusive comprometendo seu presente e seu futuro.

2. MUDANÇAS SOCIAIS

Todas as considerações aqui feitas sobre essa difícil realidade marcada por interpretações preconceituosas, e pela culpabilização daqueles que na verdade são frequentemente os mais vitimizados, não nos autoriza, entretanto, a deixar de reconhecer o caráter dinâmico e vivaz das periferias das cidades brasileiras.

Ao mesmo tempo é importante registrar os avanços que dialeticamente são introduzidos nas relações sociais e políticas e na compreensão acerca da realidade, com superação de tabus e mudanças de condutas, porém, sem perder de vista as contradições presentes na própria história.

Como já referido, movimentos da sociedade ainda na segunda metade do século XX possibilitaram mudanças significativas na área da infância e nas próprias concepções sobre a família.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, representa essas transformações, ao inaugurar, no nosso ordenamento jurídico, um novo paradigma que coloca a criança e o adolescente na condição de sujeito de direito, e não mais como simples objeto da ação do Estado.

O uso da expressão "criança e adolescente em situação de rua" representa uma nova compreensão acerca da realidade vivida por milhares de meninos e meninas empobrecidos que, apesar de compartilharem das mesmas experiências de abandono e de exploração, possuem histórias de vida que lhes são pessoais e devem ser respeitadas nas suas singularidades e particularidades. Não são filhos do asfalto, como afirma Marcos Cândido:

Se pensarmos a realidade e atuarmos sobre ela a partir do ECA, deveríamos parar de falar em meninos e meninas de rua. Visto que "ninguém é filho do asfalto", não existem meninos e meninas de rua, existem na verdade crianças e adolescentes que têm seus direitos fundamentais negados pela sociedade perversa em que vivemos. Existem crianças e adolescentes sem direito à saúde, à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, ao esporte, à cultura. Crianças e adolescentes sem direito de ter direitos. (CÂNDIDO, 1996, p.2)

Por meio da nossa presença nesses espaços, nos quais essas crianças e adolescentes constroem alternativas de sobrevivência e recriam novos vínculos e sociabilidades, podemos testemunhar in loco a realidade dessas pessoas e conhecer suas estratégias e formas de vida nas ruas. Busca-se também alimentar e intensificar o vínculo afetivo com os meninos e meninas que já têm contato com os educadores e ao mesmo tempo criar novos contatos e estreitar novas relações.

Este contato direto é cheio de intencionalidade e a visa conhecer melhor esses meninos e meninas e a auxiliá-los na superação desta realidade.

2.1. A FAMÍLIA EM NOVA SOCIABILIDADE

Em todos esses anos de trabalho, dentre tantas questões que nos inquietaram, duas situações bem comuns no contexto das ruas sempre nos chamaram a atenção.

A primeira diz respeito à forma como esses meninos e meninas constroem novas redes de solidariedade e cumplicidade entre eles, estabelecem novas relações ou dão um significado novo aos vínculos que são criados entre si e com os outros agentes que circundam as suas vidas. São complexas teias que se inter-relacionam e que se desenvolvem a partir de um conjunto de códigos e signos, comuns ao universo da rua e que determinam o seu pertencimento ou não pertencimento a determinado grupo.

Importa, de maneira especial para o desenvolvimento desta tese, salientar o aparecimento de grupos que receberam o nome de “família de rua”. Pertencer a determinado grupo e submeter-se às regras e aos códigos que orientam a convivência entre os membros desses grupos é para muitos a possibilidade de recriar novos vínculos numa família outra, que não a sua consanguínea. Ela surge a partir das necessidades comuns e das adversidades presentes na vida de muitos que moram nas ruas.

Sobre essas “novas famílias”, criadas a partir da vivência nas ruas, alguns autores se referem:

Outra forma de organização, de estabelecimento de ligações entre as crianças, são as “famílias de rua”. Elas enfatizam muito que essas famílias, ao contrário das originais, podem ser escolhidas. As que se criam nas novas ligações têm por base o simpatizar, ter admiração, gostar, interessar-se pela outra. No entender das crianças, as relações “familiares” são uma forma de se tentar ajudar uma à outra para evitar que se repita o que sentem que já ocorreu uma vez com cada uma delas. (SELIGMANN SILVA et al, 1991, p.87)

Walter Oliveira, no seu trabalho sobre Educação Social de Rua, ao falar dessas famílias, mostra o quão comum é a formação desse tipo de grupos, nos quais adultos ou jovens de mais idade assumem a liderança. Esses adultos, ou jovens mais velhos, podem ser casais que “adotam” os mais novos e são chamados por estes de “pais” e “mães” de rua. Muitos deles são, ou foram, crianças em situação de rua e passam a servir como substitutos para uma família perdida, além de modelos para as crianças mais jovens (OLIVEIRA, 2004. p.37).

Constatamos que essas relações estabelecidas na rua reproduzem uma estrutura familiar culturalmente padronizada. Chama-nos a atenção o fato de que

também nesse grupo, que alguém poderia denominar “pseudo família” (ou então modelo alternativo de família), o lugar da mãe é o do acalanto e do cuidado, enquanto o pai garante o controle do grupo, por meio da força e da garantia da proteção e da segurança física, já a menina é aquela que se ocupa do cuidado com os mais novos, como nos relata uma adolescente:

Eu estou na rua desde quando tinha 14 anos. Já tentei voltar pra casa, mas acho que não me acostumo mais lá. Desde que minha mãe morreu não voltei mais pra zona sul. Também quando vou pra casa fico com saudade dos meus amigos e filhos aqui da rua. Acho que alguma coisa vai acontecer com eles, sei lá. Preocupação de mãe, né? (Maria – 17 anos).

As “mães de rua” reproduzem o papel estereotipado da mãe de família, a mulher “do lar”, tomando para si os afazeres domésticos e representando, para seus “filhos de rua”, o papel da mãe que eles já não possuem, ou que se encontra muito distante (OLIVEIRA, 2004).

Na verdade, a lacuna é das relações afetivas perdidas – ou nunca encontradas – no seio da própria família e preenchidas por novas relações, cujos papéis são assumidos pelas crianças e pelos adolescentes, e não simplesmente representados (LEME, 2004, p.17).

2.2. A PALAVRA FAMÍLIA É UMA “CASCA”⁴?

Nesta reprodução dos papéis familiares, culturalmente aceitos e difundidos, a mulher se encontra mais uma vez numa condição de cuidadora e de mantenedora da harmonia do grupo, principalmente em relação ao cuidado dos mais novos. Há maior responsabilização da “mulher-mãe” em relação aos outros membros do grupo, ao mesmo tempo em que também aquelas adolescentes que assumem esse papel, possuem certo nível de exigência pessoal elevado em relação ao papel que deve desempenhar.

O comentário acima da adolescente Maria ilustra bem isto.

4 O sociólogo inglês Anthony Giddens faz a pergunta-provocação, ao examinar o caráter polissêmico da palavra família, no período histórico que define como pós-modernidade europeia.

Via de regra, os pais, as mães e os irmãos de rua assumem com certa perseverança o papel de proteção, de cuidado e de companhia, no qual todos se defendem mutuamente e partilham da mesma sorte.

A partir da nossa experiência com essa população, é possível afirmar o quanto esses laços são fortes e mantêm-se sólidos por muito tempo.

Uma jovem acompanhada pela AACRIANÇA, desde muitos anos, quando vivia em situação de rua, foi mais recentemente visitada. Hoje ela mora numa comunidade pobre da zona leste da cidade, trabalha no mercado informal e vive com o companheiro e dois filhos. Mesmo sobrevivendo nas mais difíceis condições materiais, cria outra criança de quatro anos que é a filha natural de uma jovem que era sua “filha de rua” e que hoje se encontra presa no Presídio Feminino da Capital. Esta “avó” aos vinte e quatro anos se sente ainda responsável afetiva e materialmente pela sua “filha de rua”, cuidando do seu rebento e visitando-a na prisão. Verificamos que se repetem os padrões estabelecidos no caso da família – no sentido da consanguínea e de outras alheias à vivência constante nas ruas.

Por meio desses relatos, podemos chamar a atenção para dois pontos importantes que caracterizam a realidade desses grupos:

O primeiro diz respeito à profundidade do vínculo criado entre as crianças e adolescentes em situação de rua, e a grande significação que estas relações possuem nas vidas de cada um deles. São laços duradouros e que simbolizam essa busca por espaços fraternos de afetividade e de solidariedade. E às vezes sobrevivem à saída da rua.

Da mesma forma que ocorre nas famílias mais próximas ao modelo da “nuclear conjugal”, esta “família alternativa” também é frequentemente formada por pessoas que desde muito cedo vivenciaram experiências familiares não tão positivas.

Em ambos os modelos há uma expectativa bem grande em relação ao papel da mulher/mãe. Mesmo sabendo o quão complexas são essas relações nas ruas, marcadas também por situações de violência e de força entre eles, o lugar da “mãe

de rua” assemelha-se àquele esperado socialmente para ela, enquanto figura materna tradicional.

Na verdade, uma questão observável no contato com essa população está atrelada ao fato de haver, entre esses meninos e meninas, uma relação com a figura materna que, apesar de muitas vezes contraditória e conflituosa, permite conservar, em diversos casos, muita admiração e carinho.

O lugar historicamente construído e socialmente atribuído à mulher - apesar das mudanças produzidas no mundo contemporâneo como resultado das conquistas sociais e políticas do sexo feminino - ainda vincula fortemente a mulher à maternidade e ao cuidado afetivo e material dos membros do grupo familiar.

Principalmente entre os grupos mais empobrecidos da sociedade, nos quais, por muitas vezes, e pelos mais variados motivos, há uma ausência real da figura paterna, e até mesmo de qualquer outra figura masculina. Mesmo quando esta presença existe, cabe a esta mulher-mãe ser o lastro que garante o equilíbrio e o referendo da união familiar.

O lugar simbólico da mãe nos segmentos sociais historicamente excluídos é de longa duração. A mãe representa para a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua uma figura quase que sagrada, envolta numa áurea de certa magia e de respeito. Mesmo entre aqueles meninos e meninas que não vivenciaram uma experiência afetivamente forte com as suas mães, há um respeito grande a essa figura. Como dizem os adolescentes: “com mãe não se brinca!”.

Esta veneração da figura materna encontra sua razão de ser na medida em que percebemos o quanto, na grande maioria das vezes, é realmente a genitora aquela pessoa que tenta a todo custo assegurar a harmonia da família e a proteção afetiva e material dos filhos.

Longe estamos de defender uma visão romantizada acerca da maternidade: sabemos que a realidade não é uniforme e que ainda existem muitas situações de crianças e adolescentes que não vivenciaram uma experiência de acolhimento e de carinho por parte das suas mães. Já convivemos com aqueles que sentiram na

própria pele o peso do abandono e da violência, produzida nos mais diversos contextos e a partir dos mais variados fatores.

Acontece no caso dos adolescentes que cometem, ou reincidem, algum tipo de ato infracional, quando a mãe é a mais pessoa propensa a visitá-los e a acompanhá-los nas audiências e a comparecer nos atendimentos técnicos; também quando seus filhos e filhas estão no cárcere, encaram a dura rotina nas portas das detenções, e as humilhantes sessões de revista íntima que são obrigadas a passar para visitá-los; arrastam-nos para evitar a polícia e a prisão, tentando levar seus filhos e filhas de volta para casa.. De acordo com Heidi Cerneka, da Pastoral Carcerária Nacional, no caso das mulheres encarceradas, é a mãe, em 90% dos casos, a única pessoa a visitá-las.

Vale mencionar que sobre essas mulheres-mães pesa ainda, na maioria das vezes, a culpa pelas situações de insucesso presentes em suas famílias. É emblemática a forma como os diversos agentes – policiais, conselheiros tutelares, assistentes sociais e até lojistas – culpam as mães pela situação de abandono nas quais seus filhos vivem e pela sua “falta de educação”, por cometerem roubos eventuais, ao mesmo tempo em que também fazem críticas às leis em vigor, que, segundo essas pessoas, impedem uma ação mais “séria” contra elas.

3. CONCLUSÕES

Este processo de responsabilização da família, e em particular da figura materna, na provisão do bem-estar social está incorporada à nossa cultura, fazendo parte inclusive no processo de conformação da própria política de proteção social, que incorporou de maneira primordial, tanto do ponto de vista legal quanto operacional, a família enquanto instituição responsável pelo cuidado e pela atenção dos considerados incapazes, como é o caso dos idosos, das pessoas portadoras de necessidades especiais, das crianças e adolescentes e dos doentes em maneira geral. Marta Campos e Regina Mito (2003) enfatizam os elementos legais e operacionais presentes na política social brasileira que determinam o papel da família na proteção social.

Sendo a família, e em especial a mãe, neste cenário, a grande responsável pelo cuidado e pelo futuro da sua prole, duas perguntas são fundamentais: a primeira diz respeito ao próprio conceito de família, que mesmo não havendo um consenso sobre sua perfeita definição, é importante ter em mente que depois de todas as transformações ocorridas na família, seja do ponto de vista do seu tamanho ou seja no que diz respeito ao caráter de suas relações ou seus vínculos, um conceito que reduza a ideia de família a um único modelo tradicional e conservador, contribui para ampliar as situações de exclusão e de estigmatização daqueles grupos familiares que não se enquadram nas exigências desse modelo.

A outra questão que, ao ver, é igualmente de fundamental importância refere-se ao atendimento à família, e à mãe em particular. Se a família tem que cuidar, quem cuida da família? Nesse processo de responsabilização da família, e em muitos casos da figura materna, na provisão do bem-estar, sobrecarrega para o grupo familiar o peso moral, econômico e social de garantir a os seus membros, em especial os considerados incapazes, os meios essenciais para a sua subsistência sem que se analisem mais profundamente suas reais condições socioeconômicas e suas dificuldades no acesso aos recursos, materiais e imateriais, fundamentais para a uma sobrevivência digna.

Precisamos também perceber uma grande inversão de responsabilidades, na medida em que se transfere prioritariamente para a família tal obrigação, exime-se o Estado de cumprir com o seu papel constitucional de prestação dos serviços necessários para a garantia da dignidade aos seus cidadãos (CATÃO, 2009).

Quanto à relação entre Estado e Cidadania, José Murilo Carvalho (2011, p.10) aponta que, numa sociedade democrática, o conceito de cidadão é atribuído àquele que é titular dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais. Em relação aos direitos sociais, o autor enfatiza que este visa a garantir a todos a participação na riqueza coletiva, o que inclui o direito à educação, à saúde, à habitação, à segurança, ao salário justo, à aposentadoria, dentre outros, e recorda que a sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.

Para Marta Campos e Daniela Reis (2009), a implementação das devidas políticas sociais, por parte do Estado, por meio dos mais variados serviços cumpre um papel fundamental no desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, e no enfrentamento dos riscos circunstanciais e é a garantia da efetivação dos direitos sociais.

Todavia, vivemos numa realidade onde o acesso aos direitos essenciais é negado à grande parte da população, impedindo-a de alcançar o *status* de cidadãos plenos e enquadrando-os na categoria de *não cidadãos* segundo Carvalho (2011), mas que ao mesmo tempo sofrem toda sorte de exigências morais e sociais, e são responsabilizados pelo seu futuro e de toda sua prole, tendo inclusive de explicar para si e para a sociedade a razão do seu próprio sofrimento. Neste cenário, encaixam-se todas as famílias que, mesmo se ter a devida proteção estatal para assegurar-lhes o seu bem-estar, são responsabilizadas e culpadas pelo insucesso pessoal e familiar, além disso, também se culpam por isso, uma vez que internalizaram esta ideologia.

Ao falar sobre os processos de responsabilização das famílias no contexto do serviço público, Mioto já apontava que a percepção de que a responsabilidade do cuidado é da família é compartilhada também pelas próprias famílias, que naturalizam as exigências dos serviços e, muitas vezes, martirizam-se pela impossibilidade de ofertar melhores condições de cuidado (MIOTO, 2012, p.133).

As famílias que na maioria das vezes estão expostas às maiores situações de risco, e por isso mais vulneráveis às mais diversas formas de violência, sofrem uma grande pressão da sociedade e das instituições estatais por não se enquadrarem nos modelos socialmente aceitos como normais e por não desenvolverem as funções esperadas a partir de uma visão “aprioristicamente” construídas a cerca do que é ser família, do que significa ser mãe, ser pai etc., sem com isso levar em consideração o seu contexto sociofamiliar nem a realidade material de cada família, e muito menos analisar os fatores que historicamente produziram essas situações de exclusão e de vulnerabilidade. Neste cenário, há a permanência de um discurso moralizante, que serve para reformar e alimentar o estigma sobre estas populações, além de justificar ações de controle e de repressão por parte do Estado.

As famílias das crianças e dos adolescentes em situação de rua podem claramente exemplificar essa realidade. E ao falar dessas famílias focamos a nossa análise na figura materna, uma vez que são as mães aquelas que são chamadas a responder frente à realidade na qual os seus filhos estão inseridos e que são mais responsabilizadas pelos *insucessos* de sua prole.

Há uma cobrança sobre essas mulheres que parte das mais diversas esferas da sociedade, do poder público, nas suas mais variadas manifestações, das instituições socioassistenciais, da mídia e da opinião pública em geral. Mesmo sendo essas mulheres aquelas que, na grande maioria das vezes, são as que garantem a referência afetiva e familiar para os seus filhos que estão sobrevivendo nas ruas, e ao mesmo tempo precisam dar conta de responder aos cuidados necessários para com os outros filhos, material e afetivamente, sem o menor auxílio estatal, toda culpa pela situação de exclusão e de abandono dos seus filhos e filhas recai sobre elas.

Em geral, em situações críticas, nunca é feita alguma referência à figura masculina (pai, padrasto ou algum outro tipo de referência paterna), e as mulheres-mães aparecem como as responsáveis pelo cuidado da casa e pelo sustento da família, enquanto algumas relatam que, por muitas vezes, foram para as ruas, em busca dos filhos, mas também tinham que cuidar dos outros que ficavam em casa.

Há frequentemente nos discursos das mulheres um sentimento de vergonha e de responsabilidade pelos fatos ocorridos, envolvendo suas crianças, mas ao mesmo tempo, certa impotência que se revela em falas como: “eu não sei mais o que fazer” ou “eu já fiz de tudo”.

Os relatos apresentados acima e tantas outras histórias de mulheres-mães, que como estas vivenciam o dilema de conviver com a realidade dos seus filhos e filhas nas ruas e, ao mesmo tempo são abrigadas a dar conta de todas as outras demandas familiares, que incluem, além do cuidado e do trato dos outros filhos e demais membros do núcleo familiar, a busca pelo sustento material pela sobrevivência econômica, devem mostrar o quão é cruel e desumana a vida dessas mulheres-mães que são obrigadas a carregar, sem o apoio do Estado e da sociedade, a responsabilidade pelos insucessos pessoais e familiares e a culpa pela

realidade de abandono dos seus filhos e filhas e pela suposta ameaça que estes provocam à sociedade.

Atribuir-lhes a culpa pela realidade na qual estão inseridas, não as tira da condição de invisibilidade que faz parte da vida dessas mulheres-mães. Todos os julgamentos morais e sociais acerca do seu papel materno não levam em consideração o que essas mulheres têm para dizer, nem como elas vivem.

De todos os lados ecoam vozes que julgam o papel da família, mais precisamente o da mãe, incriminando-a pelos insucessos e desacertos da sua prole. Esse processo de julgamento e inquisição da figura materna é reproduzido a todo o momento, das mais variadas maneiras e pelos mais diferentes discursos.

Famílias que vivem à mercê da sorte, sem nenhuma proteção social por parte do Estado, nem da sociedade, carregam a conta pela sua própria situação de miséria, e devem, a partir dessa lógica perversa, pagar por isso.

Refletir sobre esta realidade nos leva a pensar o quanto construímos verdades sobre um determinado contexto social, sem levar em consideração uma gama de fatores que conferem uma complexidade a esse fenômeno e construímos práticas e desenvolvemos ações a partir de uma pseudo compreensão desta realidade.

No trabalho social com a família, é possível muitas vezes perceber certa incongruência, na medida em que a ausência de uma compreensão mais aprofundada sobre o conceito de família e as diversas facetas desta realidade produz políticas e práticas descoladas das reais necessidades das pessoas, ao mesmo tempo em que se tem a impressão de que existe praticamente uma aptidão natural dos profissionais da área social para atuar com famílias, não precisando assim de nenhum respaldo teórico e metodológico anterior para desenvolver esse trabalho.

Conhecer a realidade das famílias, e em especial daqueles grupos historicamente subalternizados, é fundamental para a construção de políticas públicas capazes de superar as condições de exclusão na qual essas famílias estão

inseridas, e encontrar saídas reais que as possibilitem a vivência plena de sua cidadania.

Destacamos nesse aspecto o dado obtido pela Síntese de Indicadores Sociais 2013, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, ao analisar as condições de vida da população brasileira, observou um aumento considerável no número de famílias monoparentais femininas no país, na última década. Pode-se concluir, por uma tendência futura, ainda que os dados sejam bastante diferenciados no território nacional, como em geral ocorre, dadas as diferenças regionais.

Segundo a pesquisa, a proporção das famílias brasileiras cuja “pessoa de referência” é uma mulher – ou seja, a pessoa assim considerada pelo IBGE, conforme reconhecida como tal pelo entrevistado no domicílio - passou de 28% em 2002, para 38% em 2012.

Somado a isso, temos os dados da chamada “feminização da pobreza”, fenômeno estudado há bastante tempo no Brasil, decorrente não só do nível desfavorável do salário feminino, em relação ao masculino, como conjuntamente pelo crescimento das famílias em que só está presente a mulher para o sustento da casa.

Haverá uma responsabilização ainda maior da mãe, que deve arcar com todas as questões referentes a esse sustento, o “cuidado”, educação e criação dos filhos, além da administração e manutenção da casa. Sofrem também com os estigmas, pois também são, na maioria das vezes, as culpadas pela situação dos seus filhos.

Dentro do estudo realizado, aparece com evidência a figura da mulher e mãe como aquela que tenta, dentro das suas possibilidades, manter próximos os seus filhos e assegurar-lhes ao menos o mínimo de acolhimento e dignidade. Ela procura sempre fazer os filhos voltarem para casa, ajuda-os nisso.

Considerando esta constatação, priorizamos, no trabalho de campo, o estudo dessas mães, cujos resultados estão no Capítulo III. Esta tese visa a contribuir para o aprofundamento da compreensão acerca da realidade das mães das crianças e

adolescentes em situação de rua, e a produzir novos saberes que auxiliem na elaboração de políticas públicas e de práticas profissionais mais humanas e comprometidas com a transformação social.

– CAPÍTULO II –

FAMÍLIA E REPRODUÇÃO SOCIAL

2.1 A FAMÍLIA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA

O entendimento de que a família cumpre um papel primordial no processo de reprodução da vida constitui uma daquelas verdades de fácil aceitação. Independentemente da perspectiva de análise adotada, seja conservadora ou a que valorize aspectos mais dinâmicos da transformação das organizações sociais, o fato é que a família continuará sendo levada em consideração enquanto instância privilegiada de produção e reprodução da vida.

No século XX, inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, produziram mudanças significativas na configuração familiar e na função da própria família na sociedade, suscitando questionamentos sobre a centralidade da instituição familiar e o seu próprio futuro nas sociedades contemporâneas. Todavia, apesar desses fenômenos, há de se reconhecer que suas responsabilidades e suas funções não parecem ter perdido a relevância.

A família é uma instituição social, que é a base da produção e reprodução, não apenas biológica, mas também social. Segundo Teresa Valdés, a família reproduz a estrutura e as relações sociais, as relações e as identidades de gênero, sendo nesses contextos que se dão a reprodução geracional e grande parte da vida privada dos indivíduos (2005, p. 319).

Elizabeth Jelin (*apud* VALDÉS, 2005) destaca a unidade familiar constituída por um microcosmo de relações de produção, reprodução e distribuição, dotado de uma estrutura de poder interno, integrada por pessoas de diferentes sexos e idades, que mantêm uma relação de aliança e parentesco, ou de afinidade, e têm como um de seus propósitos a convivência prolongada. Essas pessoas realizam atividades cotidianas destinadas à reprodução social de seus membros, reprodução biológica, ou, segundo ela, biossocial, com a manutenção cotidiana de seus integrantes, reposição da força de trabalho, socialização primária das crianças e jovens e, em geral, reprodução cultural e simbólica.

O papel fundamental da família na reprodução social acarreta que toda ação ou relação social em seu interior terá, necessariamente, que produzir efeitos nos indivíduos e, em último plano, na sociedade. Sendo assim, a família é um intermediário entre a pessoa e a sociedade (VALDÉS, 2005, p. 320).

Sob essa perspectiva, a função dada à família no processo de socialização e de conformação do indivíduo aos padrões e normas sociais é de extrema importância para a manutenção da sociedade.

Segundo Maria Lúcia Aranha, o processo de socialização deve ser entendido como a ação exercida pela comunidade sobre o indivíduo. A família modela as atividades na vida cotidiana, o desejar, o comunicar, o trabalhar, o participar. É possível dizer que a ação humana não resulta da realização hipotética dos instintos, mas da assimilação de modelos sociais (2005, p. 321).

Carvalho e Almeida (2003, p. 2) observam que essa atuação disciplinadora e modeladora da família sobre o indivíduo atua por meio de uma força simbólica e pragmática, que articula um “*dever ser*” individual e social. Ela representa a forma tradicional de viver e se torna uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, operando como espaço de transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas.

Para estas autoras, os componentes ideológicos e afetivos estão na base da organização familiar e contribuem para a sua permanência e reprodução. Anthony Giddens (2005), numa abordagem sociológica, recorda que, de acordo com a perspectiva do funcionalismo, a sociedade é compreendida como um sistema complexo cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir a estabilidade e a solidariedade, indispensáveis para a sua própria perpetuação. Segundo essa corrente de pensamento, ao analisar a função de uma instituição social, deve-se buscar qual contribuição que esta dá para a continuação da sociedade.

A perspectiva funcionalista enfatiza, portanto, a importância do consenso social para a manutenção da ordem societária. O consenso moral existe na medida

em que, na sociedade, a maioria das pessoas compartilha os mesmos valores, garantindo assim o estado “normal” da estrutura social.

Émile Durkheim (1999), um dos principais representantes do enfoque estrutural-funcionalista, defende a ideia de que a raiz dos problemas sociais não é de outra natureza, se não resultado de certa fragilidade moral em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos. Na sua clássica obra *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim aponta assim para a necessidade dos princípios morais na manutenção da harmonia social:

(...) se é essa de fato a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia, de solidariedade social são geralmente tidas como morais (DURKHEIM, 1999, p.30).

O autor relativiza o caráter econômico da divisão social do trabalho, e enfatiza que essa divisão produz a solidariedade entre as pessoas. É o esse aspecto agregador que deve ser entendido como a condição mais essencial da vida social (idem, p. 29).

Durkheim compartilhava com Saint-Simon, filósofo e economista francês do século XVIII, a crença de que os valores morais constituíam um dos elementos eficazes para neutralizar as crises sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, as desigualdades sociais são vistas como resultados da crise de valores e do afrouxamento moral dos indivíduos, que gera uma quebra da solidariedade entre os homens.

A questão social passa a ser vista como de ordem moral e individual, e não como o resultado dos processos de exploração produzidos por relações sociais, políticas e econômicas iníquas.

Ao atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelos seus insucessos e pelas situações de injustiça e desigualdade a que estão submetidos, sem que haja um questionamento sobre as estruturas sociopolíticas e econômicas, essa ideologia cumpre um seu papel na conformação social e na perpetuação do *status quo*.

Ela desencadeia outro efeito, ao expandir-se como ideologia: o de legitimação das ações repressoras e coercitivas do Estado, com o intuito punitivo e disciplinador dos elementos considerados desviantes.

Esse discurso, limitado e inconsistente, minimiza na verdade as divisões e conflitos existentes de todas as ordens na sociedade (de gênero, de classe, de etnia, de base geracional), sendo ainda muito utilizado como instrumento de interpretação e justificativa da realidade social apenas como ela se apresenta no nível do concreto.

Não é difícil encontrar nas explicações e falas do senso comum, expressões - espelhos dessa postura ideológica - que responsabilizam os menos favorecidos social e economicamente pelas situações de desprestígio em que se encontram.

Todavia, é importante salientar que não é somente o ser humano comum que reproduz esse pré-julgamento negativo. Essa ideologia está presente nos discursos dos especialistas e nas práticas oficiais do Estado, nos meios de comunicação e muitas outras esferas, formadoras de opinião.

Ao se transferir para o indivíduo o ônus pelo seu fracasso, considerando-o ao mesmo tempo um elemento desviante, que coloca em risco a ordem e a moralidade social, abre-se caminho para as ações repressoras e punitivas do Estado, que utiliza todo o seu arsenal administrativo, legal e militar, supostamente em prol da harmonia e do desenvolvimento da sociedade.

Esse discurso produz um efeito coletivo muito grande no imaginário da população, que passa a conviver, e até mesmo a apoiar, as ações repressivas contra pessoas e grupos inteiros, que são considerados uma ameaça ao bem comum.

O efeito do que estamos considerando aqui como ideologia é muito grande, pois mesmo entre os segmentos mais marginalizados econômica e socialmente é comum encontrar uma interpretação da realidade em consonância com o discurso hegemônico, sem refletir sobre o fato de que, na maioria das vezes, são eles os principais alvos dessa ação repressora continuada.

Especificando a questão a partir do pensamento marxista, é fundamental acolher aqui a fala de István Mészáros (2002, p. 274), que nos aponta a “mitologia da igualdade” como sendo uma das forças que sustenta a ordem burguesa capitalista. Essa visão parte da promessa liberal clássica da igualdade enquanto fator primordial para a emancipação humana. A partir desse princípio, todos seriam tratados igualmente pela lei, sendo garantido a todos, as mesmas oportunidades e os mesmos direitos. Numa sociedade onde todos possuem as mesmas oportunidades, cabe ao indivíduo, a partir dos seus próprios méritos, alcançar o seu lugar ao sol.

Mészáros, citando Baran e Sweezy, para evidenciar a importância da mitologia da igualdade na sustentação da lógica capitalista, conclui:

O igualitarismo da ideologia capitalista é uma de suas forças, que não se deve descartar levemente. Desde a mais tenra infância as pessoas aprendem por todos os meios concebíveis que todos têm *oportunidades iguais* e que as desigualdades com que se deparam não são o resultado de instituições injustas, mas de seus dotes naturais superiores ou inferiores (MÉSZÁROS, 2002, p. 274).

De acordo com ele, a promessa de imparcialidade e justiça em um mundo dominado pelo capital só pode ser o alibi mistificador para a permanência da desigualdade substantiva. A ideologia cumpre um papel poderoso no sistema de dominação social. De acordo com Marx, as ideias da classe dominante são corporificadas sob a forma de ideologia, de tal modo que a posição do grupo no poder seja legitimada. Assim, a ideologia impede as pessoas de reconhecer seus reais interesses, adquirindo assim uma “falsa consciência”.

Segundo Marx e Engels,

(...) Se em toda a ideologia os homens e suas relações nos aparecem situados com a cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno decorre de seus processos de vida histórica, absolutamente como o inverso dos objetos sobre a retina decorre de seu processo de vida inteiramente físico (MARX e ENGELS, 2002, p. 42).

Ao produzir uma inversão da realidade, a ideologia torna-se um dos mais potentes instrumentos de reprodução do *status quo*. Neste quadro de forças, a família ocupa um lugar importante na tarefa de transmissão e inculcação dos

princípios e valores ideológicos. Nessa tarefa, a instituição familiar não age de forma solitária, mas, de acordo com Mészáros, entrelaçada com outras instituições sociais, também a serviço da reprodução do sistema dominante e de suas normas, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal (MÉSZÁROS, 2002, p. 271).

Pierre Bourdieu (1989) também localiza a família no centro do processo de reprodução social. Ele analisa, sobretudo, esta sua dimensão reprodutora, em evidente conexão com a reprodução da sociedade de classes.

A teoria de Bourdieu nos convida a refletir sobre a interação entre a família e a divisão social, e revela a função principal desenvolvida pela instituição familiar na construção do que chamou *habitus* de classe que permite a conversão dos diferentes tipos de capital, de maneira a possibilitar a herança social, que é a transmissão de posição de classe dos pais aos filhos. O conceito de *habitus* é importante para a nossa análise. Segundo Bourdieu e Jean-Claude Passeron, o *habitus* é:

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas suficientemente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma, e graças a correlações incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados (BOURDIEU e PASSERON, 1976, p. 214).

De acordo com Claudio Marques Nogueira e Maria Alice Nogueira, para Bourdieu, em primeiro lugar, a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá preponderantemente de dentro para fora e não o inverso. A partir de sua formação inicial em um ambiente familiar, que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição (um *habitus* familiar) e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação. As normas e constrangimentos que caracterizam uma determinada posição na estrutura social não operam assim, como entidades reificadas que agem diretamente, a cada momento, de fora para dentro, sobre o comportamento individual. Ao contrário, a estrutura social se perpetua porque os próprios indivíduos tenderiam a atualizá-la

ao agir de acordo com o conjunto de disposições típicas da posição estrutural na qual eles foram socializados (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 4).

Dessa maneira, é possível mostrar que a sociedade está organizada, não somente a partir de bens econômicos, mas também por meio da produção de bens simbólicos (*habitus* de classe) que são passados fundamentalmente pela família, levando os indivíduos a se organizarem a partir de uma determinada concepção de mundo.

Bourdieu e seus seguidores dão ênfase ao lugar da família na reprodução do sistema social, uma vez que através do universo doméstico, que o indivíduo é primeiramente introduzido no mundo da cultura, antes do ingresso na escola, as crianças são socializadas no ambiente da família. Nesse processo de socialização, a criança se aproxima do patrimônio cultural do universo social ao qual pertence.

É preciso, porém, salientar que o processo de socialização e de reprodução dos padrões e dos valores sociais não é mérito exclusivo da instituição familiar. Outros organismos sociais, cada um a sua maneira, e com objetivos bem peculiares, contribuem para a manutenção do estado das coisas.

A instituição escolar ocupará também um espaço de destaque nesse contexto. Muitos teóricos, preocupados em analisar as questões relacionadas às relações de poder na sociedade de classe, apontaram para a importância da educação formal na reprodução e na manutenção do sistema dominante de valores e na perpetuação das desigualdades sociais.

O teórico marxista italiano Antônio Gramsci (1891-1937) foi um dos primeiros pensadores a apontar o caráter ideológico da escola e a sua contribuição na manutenção das desigualdades sociais e econômicas. Gramsci elaborou o conceito de hegemonia para indicar que o poder dominante de uma classe não se dá apenas devido a sua capacidade de dominação coercitiva, mas também quando o faz pelo consenso e persuasão. Os intelectuais são importantes, pois são eles que constroem um sistema convincente de ideias, por meio das quais se conquista a adesão até mesmo da classe dominada (ARANHA, 1996, p.142).

Para Gramsci, o papel da escola burguesa é o de preparar os seus intelectuais e cooptar aqueles elementos considerados mais preparados nas classes populares,

e assimilá-los aos interesses de sua classe. A classe dominada, por sua vez, não organizando a sua visão de mundo, ficará desestruturada e impossibilitada de rebelar-se eficazmente contra o sistema.

Bourdieu e Passeron dedicaram atenção especial à elaboração de uma teoria que explicasse o funcionamento do sistema escolar, como pode ser comprovado na sua obra "*A Reprodução*", publicada em 1970. Nesse livro, os autores concluíram que a escola, longe de reduzir as desigualdades presentes na sociedade, atuava justamente em sentido diferente. Segundo eles, existem semelhanças entre o modo de funcionamento do sistema escolar, e das suas representações, com as práticas das classes dominantes.

Para a sociologia de Bourdieu, de acordo com Patrice Bonnewitz (2003), a cultura escolar é uma cultura particular, a da classe dominante, transformada em cultura legítima, objetivável e indiscutível:

Assim, quanto mais fraca for a distância entre a cultura escolar e o meio de filiação, a cultura ligada à sua filiação, mais o sucesso na instituição será elevado. Ora, os filhos das classes superiores dispõem de um capital herdado de suas famílias. Esse se compõe de um capital cultural incorporado sob forma de instrumentos intelectuais: graças às interações de que eles gozam em suas famílias, as crianças das categorias abastadas manifestam, em média, um nível de desenvolvimento operatório mais precoce, assim como um tipo de linguagem mais adaptado às exigências da escola. Este capital existe também sob forma objetivada no ambiente dessas crianças: livros, obras de arte, viagens, acesso à mídia... Todos esses elementos compõem um ambiente propício às aprendizagens e explicam o sucesso escolar dos filhos dessas classes (BONNEWITZ, 2003, p.38).

Os critérios de sucesso são, na verdade, critérios sociais e não escolares. A tão apregoada neutralidade do ensino produz, na realidade, a exclusão das classes subalternizadas e fortalece a legitimidade das classes que estão no poder.

Mais uma vez, a ideologia funciona como combustível que alimenta esse processo de reprodução das desigualdades sociais, como já foi apontado anteriormente. Tendo presente a concepção marxista de ideologia que a define como sendo um conjunto de representações deformadas das relações sociais produzido por um grupo ou classe, e realizando uma legitimação de suas práticas, Bourdieu afirma que, no sistema educativo, ela toma a forma de "ideologia do dom".

A ideologia do dom postula que as desigualdades de sucesso na escola e refletem desigualdades de aptidões, consideradas como sendo inatas. Com a ideologia do dom, a escola naturaliza o social, transformando desigualdades sociais em desigualdades de competência.

Outro pensador que atribuiu à educação escolar um papel relevante no processo de manutenção das estruturas sociais foi Louis Althusser. Para ele, as escolas se constituem num lócus de transmissão de saberes e técnicas, normas e regras que influenciam na maneira como o indivíduo vive no meio social. Esses saberes são transmitidos levando em consideração a classe social do aluno: se for oriundo da classe dominante, a escola o ensinará a manipular a ideologia, mas se pertencer à classe subalternizada ser-lhe-á a submissão à ideologia (ALTHUSSER, 2007).

Althusser define a escola como sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado. Conjuntamente com outras organizações, como a família, o sistema político e uma pluralidade de outros agentes, a escola desenvolve a missão de inculcar, desde o início da vida dos indivíduos, os valores da classe dominante, utilizando-se de meios aparentemente não coercitivos.

É importante lembrar que, o Estado, a partir de uma perspectiva marxista, constitui um dos elementos da superestrutura, e como tal, representa, nas sociedades capitalistas, os interesses das classes dominantes. Dessa forma, o Estado não é a garantia do bem comum, ao contrário, ele é um instrumento de repressão que assegura a dominação de uma classe sobre a outra.

O autor afirma que, dentre os aparelhos ideológicos, a família e a escola ocupam um papel de destaque, substituindo aquele que antes pertencia à igreja:

De fato, a igreja foi substituída pela escola em seu papel de aparelho ideológico do Estado dominante. Ela forma com a família um par, assim como a igreja outrora o era. Podemos então afirmar que a crise, de profundidade sem precedentes, que abala por todo o mundo o sistema escolar de tantos Estados, geralmente acompanhada por uma crise que sacode o sistema familiar, ganha um sentido político se considerarmos a escola (e o par escola-família) como aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações

de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta mundial de classes (ALTHUSSER, 1985, p. 81).

Dentre os pensadores brasileiros que denunciam o papel conservador da educação, destacamos aqui a contribuição de Paulo Freire (1975), com a sua Pedagogia Libertadora, também conhecida como Pedagogia do Oprimido, propõe uma educação voltada para a transformação social, a partir da conscientização das situações de opressão.

Moacir Gadotti (2006) lembra que, segundo a teoria freiriana, a consciência do oprimido encontra-se imersa no mundo preparado pelo opressor, numa postura de “aderência ao opressor”, que se dá por meio da absorção de seus valores, suas ideologias e seus interesses. A educação cumpre uma função essencial nesse processo de doutrinação, na medida em que, por seus mecanismos opressivos, disciplina e conforma as classes populares aos padrões das elites. Uma educação conformista produz aquilo que Freire chamava de “medo da liberdade”, mas, na consciência do oprimido, segundo a teoria freiriana, além do conformismo habitava também o desejo e a necessidade de liberdade. Essa dualidade produz uma luta interna e será a partir desse conflito que a Pedagogia Libertadora deverá atuar. O primeiro passo é levar o oprimido a uma tomada de consciência da sua situação existencial e, depois, encaminhá-lo a uma práxis (uma ação mais reflexão), ao engajamento e a autocrítica (GADOTTI, 2006, p. 34).

Para Freire, esse processo de libertação não é individual e se constitui numa libertação psicológica. Essa libertação é coletiva, social e política.

Freire, a partir desse enfoque, caracteriza duas concepções opostas de educação. Uma delas, a serviço dos interesses do capitalismo, foi denominada de educação bancária, nela, o educador é o sujeito do processo educativo enquanto os educandos são meros objetos. Sob essa perspectiva, a educação se torna o ato de “depositar” um conhecimento considerado correto na cabeça dos alunos, sem que esse saber tenha alguma relação com a vida desses educandos ou com o contexto no qual estão inseridos. A educação bancária tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre os oprimidos e os opressores (idem, p. 35).

Já a educação problematizadora, defendida por Freire, age de maneira oposta à anterior. Nela, todo o processo educacional se fundamenta numa relação dialógica entre o educador e o educando. Essa relação é também dialética, o que possibilita um aprendizado mútuo.

Maria Stela Graciani recorda que, de acordo com Freire, só na medida em que o ser humano integrado em seu contexto reflete sobre ele e se compromete com as possibilidades escolhidas é que ele chega a ser sujeito, podendo constituir-se e construir também a história (1997, p. 56). Muitos outros autores brasileiros abordaram a temática da educação e reprodução social. Dermeval Saviani (1973), Moacir Gadotti (1981), Maria Helena Souza Patto (1990) e Maria Stela Graciani, são alguns desses nomes.

Patto, na sua obra: “*A Produção do Fracasso Escolar – histórias de rebeldia e submissão*” produziu no meio acadêmico, no início dos anos de 1990, uma profunda discussão sobre a produção do fracasso escolar no cenário brasileiro. O próprio título da obra já apresenta a ideia do fracasso escolar como algo produzido e não como resultado das capacidades individuais ou de competências puramente subjetivas.

O objeto de estudo nessa obra é o insucesso escolar das crianças das classes trabalhadoras. A autora procura estabelecer a origem e as causas de tal fracasso, relacionando-os com os mecanismos sociais de seleção, hierarquização e exclusão. Esses fatores permeiam de maneira indireta o interior da instituição escolar em função da diversidade de origem de classe dos alunos incluídos na escola brasileira, a partir do seu processo de expansão.

A autora conclui, dentre outras coisas que: a inadequação da escola decorre, principalmente da má qualidade, da representação negativa que os seus profissionais têm da capacidade dos alunos, consequência da desvalorização social dos seus usuários mais empobrecidos; o fracasso da escola pública elementar é o resultado inevitável de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos. Esse fracasso é gerenciado por um discurso científico que naturaliza o insucesso aos olhos de todos os envolvidos no processo (PATTO, 1990, p. 44).

Márcia Núbia Vieira (1997) irá também refletir sobre a exclusão no ambiente escolar, relacionando-a ao contexto familiar, ao trabalho e à vivência escolar.

Conhecer os mecanismos que garantem a reprodução dos padrões sociais, e compreender de que forma instituições como a família e a escola contribuem na perpetuação dessas estruturas desiguais, é fundamental para que se possa buscar a superação dessa realidade e a desnaturalização de certas práticas e discursos.

2.2 A FAMÍLIA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO

A expressão que diz que a família é a célula-mãe da sociedade, com plena certeza já foi ouvida uma infinidade de vezes por qualquer um de nós e até mesmo repetida outra infinidade de vezes por muitos, uma vez que pode exprimir para tantos a grande importância que essa instituição possui na sociedade.

A comparação do grupo familiar com a célula é bastante significativa, pois, segundo as Ciências Biológicas, a célula representa uma unidade estrutural e funcional dos organismos vivos (BRUCE, 2009). Essa estrutura, mesmo tão pequenina, invisível a olho nu, é essencial para a existência dos seres vivos.

Um olhar mais atento a esse paralelo entre a família e a micro unidade celular nos remete à visão organicista, defendida pela perspectiva positivista, que concebe a sociedade como um organismo constituído de partes integradas e coesas, que funcionam harmoniosamente, segundo um modelo físico ou mecânico.

De acordo com Cristina Costa (2004), esses defensores do organicismo procuravam criar uma identidade entre leis biológicas e leis sociais, entendendo as análises sociais da espécie humana como integradas aos estudos universais das espécies vivas. Ignoram as especificidades humanas, enquanto espécie predominantemente histórica e cultural.

Ao relacionar essa tão famosa expressão com a visão funcionalista, fica mais claro identificar o viés conservador que se esconde nessa frase. Muito recentemente, num horário político televisivo de um partido que se autodenomina

como sendo o partido em defesa da família, um dos seus representantes nacionais repetia seguidamente a ideia de família enquanto célula-mãe da sociedade, reforçando a sua função na reprodução biológica e na educação das gerações mais novas. Serve-se para isso de um modelo tradicional de família e de educação, e numa postura altamente conservadora, como é de se esperar, alerta para o fato de que qualquer outra forma de organização familiar coloca em risco essa unidade tão pequena e ao mesmo tempo tão importante para a vida social. No final, esse político encerrou dizendo que cuidar da família é cuidar da saúde e da vida de toda sociedade e que o seu partido preza pela moralidade. Nada mais durkheimiano do que essa afirmação.

Realmente, é praticamente automático, ao pensar na família, recordar do seu papel biológico e da reprodução social. Requisita-se cada vez mais que a família, e nesse caso mais específico, a mãe, assuma o seu papel na educação moral dos seus filhos. A máxima que diz que a família educa e a escola ensina é um exemplo dessa concepção que reforça o papel familiar e materno na transmissão de valores e dos princípios básicos. Todavia, não é possível aceitar tal visão sem que se faça antes uma reflexão sobre o papel da escola e sobre a própria noção de educação, que deve ser vista muito além de simples transferência de técnicas e conteúdos, mas sim como a transmissão de todos os saberes necessários, incluindo-se aí também os valores e princípios humanos, fundamentais para o processo de autonomia do indivíduo.

Além das funções já descritas, e de qualquer outra que lhe possa ser atribuída, a instituição familiar ocupa um lugar essencial na reprodução e reposição da força de trabalho, fundamental para a produção material da sociedade.

A função econômica da família muitas vezes é pouco discutida nas pesquisas que se ocupam sobre a temática da família. Muitas vezes, esses estudos se concentram mais nas consequências das relações de produção desiguais e injustas, que produzem a exploração do trabalhador, do que na posição da família enquanto reprodutora biológica da força de trabalho, repositora de mão de obra e unidade de consumo.

A busca pela satisfação das necessidades materiais sempre foi uma das questões essenciais em qualquer agrupamento humano. Em todos os tempos,

homens e mulheres sempre estiveram envolvidos com o processo de produção, organização e distribuição dos recursos necessários para a garantia da própria sobrevivência da sociedade.

Conforme estudos de Saffioti (1976), a mulher, em todos os estágios da humanidade, teve papel relevante na produção da riqueza social e na subsistência de sua família. Desde as fases pré-capitalistas, as mulheres já exerciam inúmeras atividades, seja no campo, na manufatura, no comércio, nas oficinas de tecelagem ou mesmo nas atividades domésticas. A família nesse período era tida como o núcleo de produção, as mulheres e as crianças exerciam um papel fundamental na geração da riqueza.

Mesmo nas culturas mais antigas, também denominadas de comunidades primitivas ou tribais (NETTO e BRAZ, 2006; ARANHA, 2011), caracterizadas por possuírem uma organização social menos complexa, baseada numa estrutura que mantém as relações mais homogêneas, sem a dominação de um segmento sobre o outro, a família, nesse caso mais extensa, ocupa uma tarefa importante na reprodução da força de trabalho.

Nessas sociedades, imperava um comunismo primitivo, marcado pela igualdade entre os seus membros, resultado da carência generalizada e a distribuição equitativa daquilo que se produzia. Mesmo que a divisão de tarefas levasse as pessoas a exercerem funções diferentes, o trabalho e o seu produto são sempre coletivos (NETTO e BRAZ, 2006, p. 56).

Alguns acontecimentos produziram mudanças significativas na vida dessas comunidades e de toda humanidade. Essas culturas que viviam da coleta e da caça de pequenos animais foram se transformando a partir do instante em que foi possível a domesticação dos animais e o desenvolvimento de técnicas agrícolas. Com o desenvolvimento do pastoreio e da agricultura, grupos humanos abandonaram a vida nômade, tornando-se sedentários.

As comunidades que avançaram nessa direção logo se distinguiram das outras, dedicando-se ao pastoreio e ao cultivo da terra e desenvolvendo novos instrumentos de trabalho e de irrigação.

Essas mudanças na relação do ser humano sobre a natureza possibilitou um produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas de sobrevivência dos seus membros, dando origem assim ao excedente econômico.

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão e distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano (idem, p. 57).

Com a criação do excedente surge a propriedade privada e a divisão entre os homens. Segundo Jean Jacques Rousseau, a propriedade privada estabeleceu uma superioridade entre os homens e uma desigualdade entre eles. Ele também afirma que os mais poderosos fazem de suas forças uma espécie de direito ou bem alheio, sujeitando tudo ao poder legitimado pela propriedade (1989).

As sociedades que se desenvolveram a partir daí trouxeram como marca uma relação pautada pela divisão de classes. As antigas civilizações que se sucederam desde os egípcios, passando pelos mesopotâmicos, indianos, chineses, até chegar aos romanos, tiveram como modo de produção o escravismo. Essa nova forma de organização econômica produzirá mudanças também na ordem familiar, conforme assinalado por Engels:

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher e a família individual como unidade econômica da sociedade (ENGELS, in MARX e ENGELS, 1963, p.140).

A organização familiar se reestrutura para satisfazer as exigências dessa nova forma de produção de subsistência. Solidifica-se o domínio masculino e o controle da sexualidade e da força de trabalho da mulher.

Sobre esse período e a origem do patriarcado, Rose Marie Muraro afirma:

Neste contexto, quanto mais filhos, mais soldados e mais mão de obra barata para arar a terra. As mulheres tinham a sua sexualidade rigidamente controlada pelos homens. O casamento era monogâmico e a mulher era obrigada a sair virgem das mãos do pai para as mãos do marido. Qualquer ruptura desta norma podia significar a morte. Assim, também o adultério: um filho de outro homem viria ameaçar a transmissão da herança que se fazia através da descendência da mulher. A mulher fica, então, reduzida ao âmbito doméstico. Perde qualquer capacidade de decisão no domínio público, que fica inteiramente reservado ao homem. A dicotomia entre o privado e o público torna-se, então, a origem da dependência econômica da mulher. (MURARO, 1997, p. 8).

A mulher passa a ser vista como um ser vulnerável e sua missão se restringe a garantir a descendência do homem. Dessa maneira, sua sexualidade deve ser rigidamente controlada. O sistema escravista foi desaparecendo, surgindo no seu lugar o trabalho dos servos que, embora livres, dependiam dos seus senhores. Configurava-se aos poucos o feudalismo, que se estabeleceu sob o laço de suserania e vassalagem, que entremeavam as relações entre os senhores de terra.

No mundo feudal, a condição social era determinada pela relação com a terra e por isso os que eram proprietários, no caso, clero e nobreza, possuíam poder e liberdade. No outro lado extremo, encontravam-se os servos, os despossuídos, impossibilitados de abandonar a terra do seu senhor, a quem eram obrigados a prestar serviços.

Os direitos e obrigações que regiam a vida dos indivíduos eram determinados por sua condição social e esta última fixada pelo nascimento. Dessa forma, aos filhos de um servo (vassalo) e aos filhos de um senhor (suserano) passavam as relações estamentais vivenciadas pelas gerações anteriores. Cada um deles, igualmente, herdava os direitos e as obrigações de seus pais.

Numa sociedade ruralizada como era a sociedade medieval a instituição econômica básica era o feudo. A hierarquia social era baseada nos laços do indivíduo com a terra e o sistema social inteiro repousava em base agrícola.

É importante ressaltar que, mesmo estando na base da estrutura social medieval, o servo não era escravo. Ao contrário do escravo, que era uma simples propriedade a ser comprado ou vendido à vontade, o servo não podia ser separado de sua família nem de sua terra. Se o senhor transferisse a posse do feudo a outro

nobre, o servo simplesmente teria outro senhor, o que por outro lado, não significa dizer que o servo fosse livre (HUNT, 1981, p.30).

O suserano vivia do trabalho dos servos e de suas famílias que cultivavam suas terras e pagavam impostos em espécie e em moeda. Em troca disso, o senhor lhe dava proteção e servia como juiz, de acordo com o costume do feudo. Deve-se salientar que, embora o sistema repousasse numa certa reciprocidade das obrigações, a concentração do poder político e econômico nas mãos do senhor conduzia a um sistema no qual, segundo qualquer padrão de avaliação, a família servil era sempre explorada ao extremo.

A Igreja Católica foi, durante a Idade Média, a maior proprietária de terra. Além de todo o poder político e econômico decorrente da posse da terra, a Igreja exercia o controle cultural e intelectual e foi a grande responsável pela estruturação da visão de mundo do homem medieval.

Segundo Mauro Hoffmann (2010), o clero sendo parte integrante da elite dominante da sociedade medieval, utiliza do seu poder ideológico para justificar a dominação destes sobre o servo e a exploração econômica do campesinato pelo senhorio. A igreja, como educadora da população, usava do seu domínio religioso e espiritual, contribuindo para a manutenção dos privilégios da nobreza e a exploração das demais classes sociais.

Para a manutenção e reprodução da classe dirigente, o clero aliando à nobreza, já que estava organicamente ligada a esta classe de onde tinham origem os seus membros, justificava a ideia de que uns deveriam rezar para afastar os o Mal e trazer os favores divinos (o clero), outros lutavam para proteger a sociedade (a nobreza) e a população deveria produzir para o sustento de todos (os servos). Desta forma os religiosos mantinham o seu monopólio cultural, através da reprodução da ideologia acima citada. Para que a os eclesiásticos pudessem manter o seu domínio ideológico, era necessário a reproduzir as condições de manutenção de seu domínio, que foi mantido através do monopólio da educação, se mantendo como grupo hegemônico na medida da mantinham o sistema educacional (HOFFMANN, 2010, p.108).

O controle ideológico da Igreja Romana atingiu todos no mundo feudal, todavia, foram as mulheres que mais sofreram com as limitações impostas pela religião. A Igreja foi profundamente afetada pela imagem negativa que veio da

tradição judaica em torno da figura da primeira mulher. Eva se tornou o símbolo do pecado, o ser incapaz de resistir à tentação. Essa carga pecadora foi estendida a toda existência feminina, que muito embora tenha sido criada a partir do homem, e por essa razão, seja parte integral da essência humana, ela representa a parte vulnerável deste, daí a necessidade de submetê-la à tutela masculina.

A mulher se tornou a responsável pela perda do paraíso, a culpada pela tragédia humana e a sua existência será sempre motivo de risco para a humanidade. O ato de ser mãe vem acompanhado da maldição divina: “sofrerás as dores do parto”. Cruz (2009) fala sobre uma obra medieval chamada de *Malleus Maleficarum*, de grande difusão, escrita por dois inquisidores católicos que retratavam a seguinte visão acerca do ser feminino:

Elas eram encaradas como fracas e, quase por definição, ‘decaídas’. A mulher ‘é um animal imperfeito, sempre engana’. É ‘mais rápida em vacilar’ na fé religiosa. É ‘mentirosa por natureza’. É ‘bonita de se olhar, contamina pelo contato, e é mortal para se manter’. Deve-se culpa-la, na verdade, por praticamente tudo: ‘toda bruxaria vem da luxúria carnal, que na mulher é insaciável’ (CRUZ, 2009, p.57).

Segundo Maria Filomena Nascimento, estas ideias tiveram ampla difusão dentro do mundo medieval e eram principalmente os homens da Igreja que eram encarregados de disseminá-las. Para eles, a mulher era um perigo carnal e espiritual a ser evitado. Ela ainda aponta para o fato de que, além desse discurso religioso oficial que desqualificava a figura feminina, existia uma quantidade enorme de credices populares que reforçavam a condição de indigna da mulher. A menstruação, por exemplo, representava a corrupção moral da mulher. Acreditava-se que o sangue menstrual matava a vegetação, impedia a germinação das plantas, trazia doenças para os animais e impureza para a família (1997, p. 86).

Numa sociedade patriarcal, com forte dominação religiosa, a situação da mulher era extremamente complicada, pois sofria preconceitos e discriminações em todos os ambientes sociais, inclusive no ambiente familiar, na medida em que devia se submeter à primazia do homem.

Até as tradições milenares das quais as mulheres eram depositárias, as curadoras, parteiras populares e cultivadoras dos conhecimentos ancestrais das

ervas medicinais, passaram a serem vistas como uma ameaça ao poder da Igreja e ao seu esforço de uniformizar o discurso teológico. Milhares de mulheres foram perseguidas e mortas pela Inquisição Católica, acusadas de feitiçaria. De acordo com Muraro, a extensão e a magnitude da caça às bruxas foram enormes. Calcula-se que no mínimo cem mil foram queimadas vivas pelos inquisidores da Santa Sé (MURARO, 1997, p. 15).

Nessa sociedade estamental na qual a posição social do indivíduo é determinada pelo seu nascimento e pela sua origem familiar, nobre ou servil, será a família quem transmitirá aos indivíduos os direitos e as obrigações que necessitam para viver. Sendo assim, aos filhos de um servo/vassalo e aos filhos de um senhor/suserano passavam as relações estamentais vivenciadas pelas gerações anteriores (CRUZ, 2009, p. 3).

No caso da mulher, além das determinações sociais referentes ao grupo do qual se originava, havia outras subordinações de ordem político-ideológica. Com o rompimento do sistema feudal, que se intensificou a partir do final do século XIV e no século XV, teremos o desenvolvimento do modo de produção capitalista, produzindo profundas mudanças em todos os níveis da ordem social.

Os motivos que provocaram o declínio do regime feudal, segundo Hunt (1981), estão relacionados não somente ao avanço do comércio, mas a também a outros fatores como catástrofes naturais e guerras.

O capitalismo surge como um modo particular de produção, caracterizado pela produção de mercadorias, orientadas pelo mercado, pela propriedade privada dos meios de produção e pela existência de um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho ao mercado (HUNT, 1981; NETTO e BRAZ, 2006).

De acordo com Giddens (2005), o capitalismo é, a partir de uma perspectiva marxista, um sistema de produção baseado em relações de classe, no qual a propriedade privada do capital está indissociavelmente ligada à mercantilização da força de trabalho e onde há, por conseguinte uma luta de classes endêmica; é um sistema que contém mecanismos conducentes ao seu desenvolvimento mundial

com base nas tendências dinâmicas para a expansão da produção capitalista (GIDDENS, 2005, p. 240).

A família foi influenciada diretamente pelas transformações que foram desenvolvidas com o avanço do modo de produção capitalista. Sendo a família uma instituição historicamente determinada, ela acompanha as mudanças da sociedade, incorporando novos valores, funções e formas de organização, de acordo com as ideologias dominantes e com as necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas de cada época.

No contexto do capitalismo, a família deixa de ser uma unidade básica de produção e torna-se fornecedora de mão de obra assalariada e consumidora de mercadorias. Os papéis atribuídos aos membros da família também devem se adequar às exigências do capital. A autoridade paterna, o papel atribuído à mãe na relação com os seus filhos e com a casa e inclusive o próprio lugar destinado às crianças serão alterados, de acordo com as exigências dessa nova ordem econômica.

A naturalização do papel materno está relacionada com os interesses ideológicos e econômicos dessa burguesia. Badinter (1985) aponta que, a partir do século XVIII, o foco ideológico se desloca progressivamente da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica burguesa, enquanto classe social, impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças:

Após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o “amor materno” como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. Dessa forma, em defesa da criança dois diferentes discursos confluíram para modificar a atitude da mulher perante os filhos: (1) um discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que demonstrava a importância do numerário populacional para um país e alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e (2) uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideias de liberdade, igualdade e felicidade individual (BADINTER, 1985).

Soma-se à ideia do amor materno a noção de amor entre o casal. A relação conjugal se modificou, uma vez que o antigo casamento por contrato não era mais conveniente aos novos padrões libertários. O casamento por amor passou a fazer

parte da ordem do dia. A felicidade conjugal ganhou importância para a família e, ainda que a distinção entre homem e mulher permanecesse, a consciência social se modificou em relação ao sentido da família e da infância, alterando profundamente as relações marido e esposa e pais e filhos (MOURA e ARAÚJO, 2004, p. 46).

Desenvolve-se um modelo de família nuclear (pai, mãe e filhos), com a divisão de tarefas e os papéis a serem desempenhados pelo homem e pela mulher rigorosamente estipulados. Ao marido, considerado a maior autoridade do lar, era destinada a função de provedor econômico. Já à esposa eram destinados os cuidados com o ambiente doméstico e a educação dos filhos, sendo esta submissa ao marido. Deste modo, o desempenho, a dedicação ao marido e a administração do lar eram as prioridades da mulher, mãe e esposa.

A universalização deste modelo como sendo ideal é fundamental para o controle capitalista, ao produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria. Dessa forma, a tradicional família patriarcal e extensa foi gradativamente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, absorvendo os valores típicos da sociedade burguesa.

Apesar da propagação dos ideais liberais de igualdade e liberdade, existe uma desigualdade estrutural, que é produzida, segundo Marx, pelas relações de produção do sistema capitalista, que dividem os seres humanos em proprietários e não proprietários dos meios de produção (Costa, 1997, p. 85).

Com a consolidação do capitalismo, na Revolução Industrial, a mulher passa a ser incorporada às relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada laboral e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação.

A exploração da mão de obra feminina é cruel, conforme aponta Heleieth Saffioti:

Na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe de família não porque haja a nova

sociedade subvertida a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (SAFFIOTI, 1976, p. 38).

Esta forma de exploração capitalista exerce uma dominação sobre todos os membros da família da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças, que precisam se submeter às condições impostas pelo processo de acumulação para garantir a sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que é utilizada como estratégia para o enfraquecimento das reivindicações e lutas da classe proletária.

Para além da exploração da classe proletária, o modo de produção capitalista se desenvolveu a partir da utilização da mão de obra escrava. Teóricos como Eric Williams (2012) argumentam que a riqueza da Europa se deu à exploração do trabalho africano por meio do tráfico de escravos e da escravidão no Novo Mundo.

2.3 A FAMÍLIA NEGRA

Autores como Badinter (1995) e Ariès (1981) inserem a formação do modelo familiar moderno no contexto do avanço capitalista. Tal modelo, hegemônico no ocidente e conhecido como família nuclear, caracteriza-se pela presença do pai e da mãe, com os filhos, e desenvolveu-se como resposta às exigências do modo de produção capitalista, principalmente devido às transformações produzidas a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

A formação sociopolítica e econômica do Brasil se deu de forma bem diferente daquela trilhada pelos países europeus, líderes desse processo de acumulação de capital, todavia, também responderá aos interesses do capitalismo crescente.

De acordo com Argemiro Brum (1995), a colonização do Brasil é dirigida oficialmente pelo governo português e processa-se, no decorrer de três séculos sob a influência dominante dos interesses do capitalismo mercantil. A preocupação central consistia na exploração das riquezas da terra e na remessa aos mercados europeus, não havendo assim em todo esse período nenhum interesse em se criar

sólidas bases para o desenvolvimento social e econômico do país (BRUM, 1995, p.50).

Toda a estrutura criada pela indústria mercantil capitalista irá se sustentar, segundo Caio Prado Jr., na exploração da mão de obra escrava negra (1989). A escravidão moderna participou ativamente do crescimento das riquezas geradas no período mercantil. Santos afirma que é necessário ter claro que o tráfico humano foi uma atividade fundamental para o capitalismo mercantilista, o qual acumulou de forma extraordinária o capital que alavancaria o comércio e as riquezas de países como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda (2001, p. 68).

As mudanças produzidas no seio do sistema capitalista a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII na Europa, não surtirão os mesmos efeitos nos países de via colonial, como era o caso do Brasil. Brum nos aponta para o fato de que as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais modificam substancialmente a fisionomia das sociedades europeias, nos quais a burguesia substitui a nobreza no poder e o monopólio estatal mercantilista cede lugar aos interesses do liberalismo econômico. No caso brasileiro, houve a permanência da estrutura colonial, de base escravista, mantendo assim a estrutura social dicotomizada e a discriminação (1995, p.p. 51-52).

A sociedade brasileira continua sendo formada basicamente por senhores e escravos. Nem a emancipação política do país, no início do século XIX, com a proclamação da Independência em 1822 mudará esse cenário:

No caso brasileiro, a situação colonial não interrompe com a emancipação política, mas se prolonga no tempo, adquirindo conteúdos e contornos mais complexos e sutis. (BRUM, 1995, p. 51).

Do mesmo modo em que autores europeus apontam para a preponderância do modo de produção capitalista na formação sociofamiliar no ocidente no período moderno, pesquisadores brasileiros irão destacar as consequências da ordem colonial escravista na formação sociofamiliar no Brasil, com ênfase no impacto dessa estrutura para a população negra.

A estrutura do Brasil colônia, esta se estenderá também no período posterior, encontrando raízes até os nossos dias, está à marca do patriarcalismo. O

patriarcalismo se caracteriza por uma autoridade imposta institucionalmente do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, da legislação e da cultura.

Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência.

Heleieth Saffioti (2004) define patriarcado como um tipo de hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres e diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. Segundo Kellen Follador, poderes absolutos eram destinados ao homem, chefe e senhor da família na sociedade patriarcal brasileira, enquanto que às mulheres era destinada a obrigatoriedade da reclusão ao lar, com sua vida doméstica junto da criadagem cativa (FOLLADOR, 2009, p. 08).

O domínio do senhor vai além do espaço privado da família e estende-se à toda organização social e política do país. No livro *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire apresenta a força do senhor da terra que aparece como o legítimo dono de tudo que nela se encontrasse, como escravos, parentes, filhos, esposas etc. (FREIRE, 2006, p. 36).

Sergio Buarque de Holanda destaca o domínio das grandes famílias patriarcais no comando da vida econômica e política do país e vê a administração estatal como sendo na verdade uma extensão das grandes fazendas:

A família patriarcal fornece assim o grande modelo de onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida (HOLANDA, 2006, p. 84-85).

O grupo social que mais sofria nessa estrutura patriarcal de base escravista era sem sombra de dúvida aquele formado por negros cativos, africanos ou afro-brasileiros, pois eram impossibilitados legalmente de dispor de suas próprias vidas e eram tidos como peça na engrenagem produtiva daquele sistema. O que caracterizava a escravidão era o direito de posse do senhor sobre o escravo

(SANTOS, 2001). Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida ou exportada do Brasil foi fruto da exploração do trabalho escravo.

De acordo com Wlamira Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), a escravidão foi mais do que um sistema econômico, ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência:

(...) Pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (2006, p. 66-68).

Será nesse contexto marcado pela dominação pessoal entre senhores e escravos e determinado principalmente pela coação e pela violência, que iremos compreender como se deu a formação da família negra no Brasil e perceber como é desenvolvido o papel da mulher negra nesse universo. A própria situação de cativo e de exploração inviabilizava para os negros escravizados a possibilidade de uma formação familiar composta por mulher, marido, filhos e netos.

Considerados como mercadorias, estes deveriam satisfazer aos interesses econômicos e comerciais dos seus senhores. Havia a possibilidade, sempre presente, de um escravo ser vendido para outro senhor. Impedir a formação de qualquer rede de solidariedade entre os cativos fazia parte da política de dominação dos escravagistas e o rompimento dos vínculos familiares entre os povos escravizados era uma das estratégias.

Santos (2001) apresenta mais dois outros aspectos que devem ser considerados quando se fala na dificuldade para se construir a família do escravo. Ele aponta para o fato de que muitos grupos de negros que vieram para o Brasil provinham de grupos étnicos distintos, com línguas, costumes e culturas diferentes. Essa prática dos senhores possibilitava dominar mais amplamente a senzala, e mantinha os escravos mais isolados em vez de solidários entre si. Em segundo

lugar, para que as famílias pudessem se estruturar, teria de haver um maior número de mulheres, porém, em muitas vezes, as mulheres eram segregadas para fins sexuais ou mesmo familiares dos proprietários de escravos. (SANTOS, 2001, pp. 69-70).

Essas situações eram fontes inesgotáveis de dor. É compreensível a dificuldade de uma família negra tinha para estruturar-se como tal. Todavia, há estudos que demonstram que, à medida que a família cativa surge, os negros passam a enfrentar melhor a escravidão e a resistir ao domínio do sistema.

Robert Slenes, no seu livro *“Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava”* combate a opinião que prevaleceu durante muito tempo de que as relações entre escravos eram marcadas pela promiscuidade sexual, e de que não havia um mínimo de vida familiar normal entre os cativos.

Ao pesquisar a escravidão no sudeste brasileiro no século XIX, mais precisamente na região de Campinas, no estado de São Paulo, Slenes (2011) conclui que a família tem enorme importância para entender a vida dos escravos. Segundo ele, em meio ao sofrimento da escravidão, essas pessoas conseguiram formar espaços familiares que, apesar de precários e instáveis, não eram irrelevantes. Desta forma, cultivaram suas esperanças e recordações.

Isabel Reis (2007), no seu trabalho sobre a família negra no tempo da escravidão na Bahia na segunda metade do século XIX, consegue compor histórias de experiências de vida familiar de negros com diferentes estatutos jurídicos: escravizados, livres e libertos, que eram ligados por laços de família, parentesco, relacionamentos afetivos e comunitários.

A autora apresenta na sua pesquisa como a questão da recriação do padrão de vida familiar entre os negros no período escravista pode ser evidenciada a partir das várias formas de parentesco simbólico ou ritual (relações de compadrio, “famílias de santo”, irmandades religiosas negras, grupos étnicos). Desta forma, articulava-se uma rede de solidariedade que lhe proporcionasse maior amparo, uma vez que a família consanguínea imediata se encontrava permanentemente sob ameaça de desagregação. (REIS, 2007, pp. 35-38).

A tese de que a utilização de formas de parentesco ritual foi uma das soluções encontradas pelos negros africanos e afro-brasileiros ao longo de seu processo de ressocialização para substituir os vínculos familiares desfeitos com o cativo também é defendido por Oliveira (1995):

Paralelamente às irmandades religiosas e às famílias-de-santo organizadas nas comunidades dos terreiros, os africanos valeram-se também do compadrio como mais uma instituição destinada a fortalecer os laços que o ligavam aos membros de sua comunidade e tecer uma rede de proteção e apoio para os seus filhos. (OLIVEIRA, 1995, p. 184).

Observa-se dessa forma a capacidade desses indivíduos de formar grupos familiares e de parentesco extensos, como estratégia de enfrentamento das vicissitudes impostas pela sua condição de escravizado e socialmente inferior.

A importância do papel da mulher nesse cenário aparece em vários estudos que apontam para esse caráter ambíguo do lugar da mulher negra, cativa ou liberta, uma vez que por um lado era um dos elementos mais vulneráveis na estrutura escravagista, mas por outro eram as figuras basilares na manutenção das diversas formas de solidariedade, familiar ou simbólica, entre esses grupos oprimidos.

Kátia Mattoso (1988), num artigo em que estuda as consequências da Lei do Ventre Livre de 1871, em Salvador, no final do século XIX, constata que mesmo no caso das crianças que não perderam sua mãe biológica, o ambiente que o cerca é majoritariamente composto por mulheres. Sem deixar de levar em conta o contexto no qual a população masculina está inserida, chama a atenção o fato de haver uma constância feminina que servirá de referência para a vida das crianças nascidas livres numa sociedade ainda escravista.

A figura das mães de criação ou madrinha ocupará o espaço deixado pela mãe ausente (MATTOSO, 1988, p.47-48). No universo religioso e simbólico do Candomblé, a força feminina se manifesta de uma maneira impressionante. Segundo Klaas Woortmann (1987), o Candomblé é percebido como um sistema predominantemente feminino, *matrifocal* e cuja organização central é conceitualizada em termos de parentesco. (WOORTMANN, 1987, p. 258-259).

A “família de santo” é um espaço de vivência da fé, por meio de ritos e cultos ancestrais, de apropriação dos valores e conhecimentos da cultura de matriz africana e da solidariedade. Há um nascimento simbólico que vincula o indivíduo a uma coletividade, unida na mesma crença e na mesma dor, mas que consegue dar um novo significado para a sua existência, possibilitando a aquisição de uma identidade ancestral através do pertencimento à tradição do povo de santo. Segundo o autor, a família de santo é também uma linhagem:

Se o negro não conseguiu, conforme já discutido, replicar no Brasil as linhagens africanas, logrou, no entanto, recriá-las no plano da família de santo, com uma inversão: a linhagem yoruba tradicional era patrilineal, mas a família de santo é uma matrilinearidade. Não somente é o “terreiro” um grupo corporativo, como a descendência e a transmissão se faz pela linha da “Mãe de Santo”. (WOORTMANN, 1987, p. 263).

Vivaldo Costa Lima (2003), ao falar do Candomblé na Bahia no século XIX, afirma que:

Os laços familiares criados no Candomblé através da “iniciação no santo” não são apenas uma série de compromissos aceitos dentro de uma “regra” mais ou menos estrita, como nas ordens monásticas; (...) são laços muito mais amplos no plano das obrigações recíproca e do sentimento: são laços efetivamente familiares. De obediência e disciplina, de proteção e assistência (COSTA LIMA, 2003, p. 146).

Em todas as redes de apoio criadas pelos negros no período escravagista é possível perceber a importante, e muitas vezes fundamental, presença feminina. A figura das “ganhadeiras”, negras, escravizadas, livres ou libertas, que exerciam atividades de ganho, por meio da comercialização dos mais variados produtos ou serviços nas ruas das cidades para garantir o seu sustento e o de seus filhos e agregados.

Essas negras circulavam com tabuleiros, gamelas, e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças e ocupavam ruas e praças das cidades ou pontos estratégicos destinados ao comércio varejista com tabuleiros fixos em algumas áreas urbanas.

Segundo Cecília Soares, no seu artigo intitulado: “*As Ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX*”, as atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importante para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupava as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites.

O embate das mulheres com as autoridades policiais era constante, e a preocupação em controlar as negras de ganho não foi peculiar à Bahia, mas também em estados como Minas Gerais e São Paulo (SOARES, 1996, p. 09-10).

Uma análise sócio histórica sobre o papel desenvolvido pela mulher, negra e mãe, na sociedade brasileira, desde o período colonial e imperial é fundamental para perceber como seres humanos são reduzidos à condição de mercadorias, não possuindo nenhum domínio sobre as suas próprias vidas nem dos seus filhos e sentindo na pele o peso do racismo e do preconceito, materializado em todas as esferas da vida social.

Essas mulheres conseguem criar alternativas de sobrevivência que lhes garantam resistir à ordem imposta pelo sistema, e ao mesmo tempo criar redes de solidariedade e de apoio, essenciais para suportar o peso da escravidão e do racismo. São agentes responsáveis pela perpetuação da cultura e da reconstrução da identidade negra no país.

Essa herança histórica deixada pelo passado escravista coloca a mulher negra brasileira num ciclo de marginalização e discriminação social. A abolição da escravatura sem planejamento e a sociedade de base patriarcal e machista resulta na situação atual, em que as mulheres afrodescendentes são alvo de duplo preconceito, o racial e o de gênero (SANTOS, 2009, p. 1).

Todo esse preconceito resulta em salários mais baixos para as mulheres negras, que mesmo com a expansão do trabalho formal nos últimos anos no Brasil, ainda ocupam o lugar mais baixo na pirâmide ocupacional no país.

A situação educacional da mulher negra também não é diferente. Segundo Santos (2009), entre as mulheres afrodescendentes, com 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é duas vezes maior do que entre as mulheres brancas. O mesmo ocorre em relação ao acesso à saúde, na qual o percentual de mulheres negras que não possuem acesso aos exames ginecológicos básicos é significativamente inferior ao número de mulheres brancas (idem, 2009, p. 03).

A situação de violência contra a mulher negra também aparece de forma alarmante. De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a partir dos dados apresentados no Mapa da Violência de 2010, morreram 48% mais mulheres negras do que brancas vítimas de homicídio, e essa diferença vêm se mantendo ao longo dos anos.

Conhecer os fatores históricos que determinam o contexto de opressão e de discriminação no qual se encontra a mulher negra brasileira é fundamental para uma compreensão mais profunda da nossa realidade, e é essencial para o nosso estudo sobre o universo das mulheres mães das crianças e adolescentes que sobrevivem no espaço das ruas. Com certeza, a situação dessas mulheres e de suas famílias é a expressão dessa história marcada pela luta e pelo sofrimento, ao mesmo instante que em suas vidas particulares, buscam estratégias de sobrevivência e de superação às dificuldades que a vida lhes apresenta.

2.4 A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA

A violência praticada contra a população negra em geral, e contra as mulheres negras em particular, não é um acontecimento novo no Brasil. Desde o período colonial até os nossos dias essa parcela da população vem sendo espoliada, oprimida e negligenciada, ou seja, sofrendo as consequências da violência sob todas as formas que esta pode incidir sobre uma pessoa ou comunidade.

Na base de toda violência impetrada pelo sistema escravagista, que imperou no Brasil durante o período colonial e imperial, estava à estratégia de coisificação da

população escravizada. De acordo com Sharyse Piroupo do Amaral (2011), a condição jurídica dos escravizados seguia a mesma norma do direito romano, a de “coisa”. A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma tática de dominação que buscava desumanizar os escravizados, ao mesmo tempo em que os destituíam de todos os direitos criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição (2011, p. 13).

Essa ideologia senhorial foi constantemente confrontada por mulheres e homens escravizados, que há todo momento e das mais diversas formas construíram formas de resistência e de valorização da sua humanidade por meio da constituição e manutenção de laços afetivos e familiares, do culto ao Sagrado e da luta por melhores condições de vida, sem nunca se conformarem com a escravidão.

Os vários mecanismos criados para punir e controlar a população escravizada é uma prova da constante resistência desse povo à escravidão. Todavia, não se pode deixar de perceber os efeitos de toda a herança escravagista na realidade social no Brasil nos dias atuais.

Em relação à população feminina negra, também se faz necessário buscar no processo histórico das relações de raça no Brasil o fio que conduz para a reflexão diferenciada na situação de vitimização dessas mulheres e perceber o quanto os quatro séculos de escravidão marcaram de forma significativa o seu papel social e sexual.

Segundo Sueli Carneiro (2003), as condições históricas das mulheres negras foram construídas sobre uma relação de coisificação na qual a dominação e a apropriação sexual dessas mulheres resultavam na afirmação de superioridade dos homens brancos, ao mesmo tempo em que contribuía para a construção de uma identidade nacional, onde prevalece, ainda nos dias atuais, o mito da democracia racial.

Mirian Lúcia dos Santos (2012) analisa as subcondições que as mulheres negras vivenciaram, tanto do ponto de vista racial quanto do ponto de vista de gênero. Do ponto de vista racial, a situação de objeto e discriminação foi perpetrada tanto pelos homens brancos, quanto pelas mulheres brancas. E do ponto de vista da relação de gênero, a desigualdade adveio também pelos homens negros, que

mesmo em “menor grau”, exerciam e reproduziam o papel de macho em delimitar com precisão o lugar social das mulheres negras, em especial na relação conjugal (SANTOS, 2012, p. 100).

Toda essa vivência histórica particular, que ainda hoje marca e determina o papel social e sexual da mulher negra na nossa sociedade, foi durante muito tempo esquecida no debate sobre gênero. Foi nesse contexto que as mulheres negras questionaram a generalização da categoria mulher e reclamaram o respeito às diversidades étnicas, ao mesmo instante que exigiam atenção à realidade de opressão na qual as mulheres negras estão historicamente submetidas.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p. 49).

Carneiro destaca que muita das questões que historicamente foram combatidas pelo feminismo clássico por representarem o domínio paternalista dos homens sobre as mulheres, como é o caso do mito da fragilidade feminina ou o mito da rainha do lar, não estão se referindo à condição da mulher negra, pois estas nunca foram tratadas como frágeis.

Elas fazem parte de um imenso contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, e mesmo hoje, desde muito cedo, precisam trabalhar para garantir a sua sobrevivência e a da família. Ontem, a serviço das frágeis sinhazinhas e dos senhores de engenho e, hoje, empregadas domésticas. Mulheres, que segundo a autora, nunca foram rainhas de nada, mas, sim tratadas como antimusas, numa sociedade que sempre valorizou o modelo estético da mulher branca. Um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde nas suas especificidades, rejeitadas por um mercado de trabalho que discrimina a sua aparência antes mesmo de analisar a sua competência e aptidão profissional.

Segundo a autora, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação feminista e antirracista,

enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira.

– CAPÍTULO III –

AS VOZES SILENCIADAS: AS HISTÓRIAS DAS MÃES DOS MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS:

Nesta tese optamos pela modalidade de pesquisa social estratégica de abordagem qualitativa. Segundo Antônio Carlos Gil (1999, p.42), entende-se por pesquisa social o processo que “permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (...) em todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”.

Nas pesquisas sociais o objeto de estudo é essencialmente histórico, caracterizado pela provisoriedade, dinamismo e especificidade. Além disso, por ser intrínseca e extrinsecamente ideológica, na qual a visão de mundo dos sujeitos participantes permeia todo o processo, na pesquisa social observamos a identidade entre o sujeito e o objeto e o caráter qualitativo que lhe é inerente (MINAYO, 2006).

É importante salientar que a nossa escolha por um referencial qualitativo não se sustenta por uma visão de oposição ao referencial quantitativo, mas sim, por acreditarmos na sua adequação ao nosso objeto de estudo.

O estudo da trajetória de vida foi a modalidade de estudo qualitativa adotada, pois acreditamos que por mais particulares que sejam os relatos, eles são práticas sociais que expressam o cotidiano. Esse método ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito e possibilita penetrar em sua trajetória e dessa forma acreditamos que será possível compreender a dinâmica das relações que se estabelecem entre as famílias. O cotidiano das pessoas é retratado por meio de suas histórias de vida, experiências anteriores que lhes deram o referencial de comportamento social.

Como parte do quadro referencial da metodologia qualitativa biográfica, a história e a trajetória de vida tem sido bastante utilizadas nas ciências sociais, principalmente na educação e na psicologia social. De acordo com Nogueira (apud Barros et al. 2007, p. 31), essa metodologia propõe uma escuta comprometida,

engajada e participativa. Na relação de cumplicidade entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados encontra-se a possibilidade daquele que narra sua história experimentar uma ressignificação de seu percurso e dar continuação à construção de um sentido frente a este relato endereçado.

Pierre Bourdieu apresenta a ideia de trajetória de vida como sendo: “(...) uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes relações” (2007, p. 81). Segundo o autor, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha, previamente, construído os estados necessários do campo no qual ela se desenvolveu e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2005).

Bourdieu (1996) denomina de “ilusão biográfica” a escrita de uma trajetória individual que interpreta a vida como um todo, um conjunto coerente e orientado, que transcorre a partir de uma ordem cronológica (começo, meio e fim). Para ele, tratar a vida como um relato coerente de uma sequência de significação e direção, talvez seja uma ilusão teórica. Bourdieu afirma que os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social. Apoiando-nos no referencial apresentado por Bourdieu, a partir da análise das trajetórias de vida das mulheres mães de crianças e adolescentes em situação de rua queremos perceber o quanto esses relatos individuais vão se articulando em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos, superando assim a caráter unicamente subjetivo.

Dessa forma, queremos reforçar a noção de indivíduo como sujeito social. Sobre esse aspecto, Oracy Nogueira (1975) relembra que o relato da experiência individual revela as ações do sujeito como agente humano e como participante da vida social. Nesse sentido, a análise se constitui a partir de um conjunto de relatos de indivíduos representativos de um grupo ou segmento social sobre o qual se tem interesse. Desse conjunto de informações surge um mosaico de relatos a partir do qual se estabelecem as formulações a respeito dos processos e ações sociais, que caracterizam o grupo (NOGUEIRA, 1975, *apud* RAMOS e KOGA, 2001, p. 14).

De acordo com Frederico Ramos e Dirce Koga (2001), os registros sobre as trajetórias individuais devem estar orientadas para a análise da organização social e do papel do indivíduo. Trata-se de um processo de procura constante de “fios de meada” orientado para o foco de análise e não simplesmente uma narrativa sequencial de acontecimentos (*Op. cit.*, p. 14).

Para esses autores, um dos principais aspectos a serem considerados para a compreensão do uso que se faz em análises baseadas em histórias de vida é que, em última instância, o maior interesse não é na história de um *indivíduo*. Por mais paradoxal que isso possa parecer, o interesse principal está em descobrir no que as experiências de vida desse indivíduo podem revelar a respeito de determinado objeto de pesquisa sobre o qual se tem interesse. Busca-se com essa técnica, segundo os autores, revelar como operam sobre o sujeito os processos sociais nos quais ele está inserido, quais as suas redes sociais e o potencial significado na conformação da identidade de determinado grupo social.

Marcelo Cedro (2011), ao discutir a relação entre história e memória na produção das fontes orais em pesquisa social, apresenta a distinção entre a autobiografia e trajetória de vida. Muito embora ambas se inscrevam em um processo narrativo, a autobiografia se caracteriza pelo comprometimento do autor com a sua história pessoal, de modo a selecionar o que melhor lhe convém a ser revelado. A análise da trajetória de vida se aproxima dos objetivos do pesquisador em tentar captar significados e interpretações para acontecimentos, movimentos e ações individuais ou coletivas (CEDRO, 2011, p. 132). A imagem de mosaico é trabalhada pelo autor para a utilização das fontes orais na pesquisa social, sobretudo em se tratando de trajetória de vida. Isto é, esclarecer como as fontes orais podem se articular às outras fontes documentais e procedimentais de pesquisa.

3.1.1 SUJEITOS

A pesquisa empírica para verificação das trajetórias de vida foi realizada com três mulheres de idades entre 31 e 49 anos de idade, todas elas mães, cujos filhos estiveram/estão em situação de rua. As mães da amostra pesquisada foram

escolhidas a partir do atendimento de seus filhos ou delas mesmas pela AACRIANÇA e apresentaram suas experiências de rua ou a de seus filhos vivenciadas na região central e adjacentes do município de São Paulo.

3.1.2 A ESCOLHA DA AMOSTRA

A amostra de sujeitos da pesquisa foi definida a partir de alguns critérios pertinentes à investigação aos quais nos propusemos desde o início. Dentre os critérios definidos, destacamos a experiência das mulheres entrevistadas com a maternidade, a vivência com o atendimento institucional de assistência social, particularmente promovido pelo CEDECA-SÉ, a experiência de seus filhos com o desabrigo ou a situação de rua. Cuidamos para que, dentro da amostra escolhida, as mães tivessem filhos adolescentes de ambos os sexos, para que assim pudéssemos excluir o critério gênero como variável qualitativa das análises realizadas.

3.1.3 AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram abertas e realizadas com os sujeitos da pesquisa individualmente, em momentos diferentes, entre outubro e dezembro de 2014. Com autorização prévia, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Elegemos um norteador para a definição das principais perguntas que foram realizadas ao longo do nosso contato com as entrevistadas. Durante a realização das entrevistas, interessou-nos muito, além das informações gerais, como nome e origem, conhecer aspectos mais relacionados à vivência da maternidade por parte dos sujeitos em questão e aos vínculos existentes entre elas e os seus filhos. Saber como esses laços se desenvolvem e de que forma são alimentados é de suma importância, pois pode confirmar ou não a nossa hipótese de “sacralização” da figura materna por parte dos meninos e das meninas em situação de rua. Caso haja situações de rupturas, indagamos da entrevistada, quais as razões que, segundo elas, explicam esse distanciamento físico e afetivo.

A categorização e análise das falas das pessoas-sujeitos foi feita levando-se em consideração a coleta de dados na pesquisa qualitativa em um contexto fluente de relações no processo interativo com os sujeitos, propiciado pela entrevista aberta. A opção por essa forma de pesquisa deve-se justamente ao fato de ela estimular as entrevistadas a pensar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, permitindo o acesso do pesquisador a aspectos objetivos, mas também subjetivos, dos entrevistados, de maneira espontânea.

3.1.4 A ANÁLISE DOS DADOS

Nas entrevistas, buscamos identificar na pessoa entrevistada informações essenciais que ajudassem a responder às questões norteadoras da pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento da tese.

Alguns critérios emergiram na análise dos dados levantados e foram levados em consideração justamente por ilustrarem o objeto estudado, sobretudo no que diz respeito ao posicionamento das mães entrevistadas quanto à condição de rua vivida por seus filhos adolescentes. Interessante notar que nas entrevistadas muitas situações comuns foram verificadas de forma recorrente em suas falas, como se apontassem um padrão de realidade nas experiências apresentadas por elas, similares em muitos aspectos.

As experiências comuns percebidas nos relatos das entrevistadas levaram-nos a notar um modelo repetitivo de vivências que assinalam o universo destas mães, marcado sobretudo pela caracterização peculiar de suas relações junto aos filhos, assim como a semelhança do meio social em que estão inseridas, tanto em seus aspectos econômicos quanto culturais.

A maneira pela qual estas mães vivenciam suas experiências com seus filhos adolescentes nas ruas assemelha-se em todas as entrevistadas, a destacar-se sobremaneira, em todas as entrevistas, a manifestação clara do temor materno no que diz respeito à ameaça constante de perder estes filhos em situação de rua, em função da constante vulnerabilidade apresentada por estes adolescentes junto ao crime, às drogas, ou à própria morte.

É recorrente no discurso das entrevistadas relatos sobre as condições de moradia das entrevistadas, observando-se nos três casos a permanência em áreas de alto risco, com a incidência de crimes e pobreza extrema. De igual modo, o universo marcado pela presença do consumo e comércio de drogas lícitas e ilícitas, sinalizando nas entrevistadas a experiência direta com o meio significativamente caracterizado pela violência do mundo das drogas.

Destacamos outro ponto em comum que parece delinear claramente o perfil do histórico social destas mães, a saber, a gravidez precoce no período da adolescência, que de certo modo sinaliza também um componente que deve ser considerado na análise de cada caso, ou seja, o despreparo para o exercício da maternidade como agravante da condição de vulnerabilidade em que se encontravam no momento da concepção e criação de seus filhos.

As entrevistadas apresentaram ainda uma posição familiar bastante semelhante, haja vista o relato de todas elas reincidirem sobre o fato de que cada uma ocupava, dentro da família, o papel de responsável pelo provimento da sobrevivência familiar, fato este que corrobora inclusive com as pesquisas que deslocam o patriarcalismo familiar para outro contexto diferente deste analisado, a partir da realidade das mães entrevistadas. A família monoparental feminina parece se repetir nas trajetórias destas mães e de certo tal contexto coteje a realidade de vulnerabilidade em que se encontram, bem como a de seus filhos e filhas.

Por fim, apontamos como não menos importante a repetitiva experiência das entrevistadas junto aos contatos institucionais de atendimento social. O relato das mães evidencia em todos os casos a descrição de experiências violentas praticadas por agentes públicos, tais como polícia, conselheiro tutelar e magistrado. A descrição das entrevistadas junto às experiências vivenciadas nestes órgãos sinaliza o temor e o desconforto quanto ao atendimento recebido.

3.2 A HISTÓRIA DE DONA MARINA

“Oh, pedaço de mim,
Oh, metade adorada de mim,
Lava os olhos meus,
que a saudade é o pior castigo(...)”.

(Pedaço de Mim/ Chico Buarque, 1978).

“Eu vou levando a vida como dá e pode, mas tá tudo bem graças a Deus!”, foram essas as primeiras palavras daquela senhora que seria a primeira a participar da minha pesquisa de campo.

A entrevista aconteceu na sede da entidade social, no bairro da Luz, modificando a proposta inicial, que estabelecera a realização do encontro na residência da entrevistada. Esse encontro já havia sido marcado por duas vezes, sendo que Dona Marina o suspendera, alegando a presença de um clima “tenso” na vizinhança, devido a questões ligadas ao tráfico de drogas e a atuação do crime organizado naquela localidade. Seria assim melhor evitar muita circulação por lá. Foram essas as suas palavras.

Dona Marina vivia num cortiço da região da Luz. Uma grande parte do público atendido pela AACRIANÇA é composta por famílias que vivem nos cortiços da região central de São Paulo. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão do governo do estado, cerca de seiscentas mil pessoas moram em cortiços em São Paulo.

A realidade vivida por milhares de famílias nos cortiços e ocupações urbanas é hoje grande exemplo da expressão das desigualdades sociais e dos riscos aos quais está exposta grande parte da população brasileira, atingindo de maneira mais direta crianças e adolescentes devido ao seu maior grau de vulnerabilidade e de dependência.

Os cortiços são casas antigas que servem de habitação coletiva para várias famílias, apresentando-se em geral sem a menor condição de higiene e salubridade.

Esta forma de alternativa habitacional dos segmentos sociais de baixa renda não é um fenômeno recente na sociedade brasileira, ela acompanha todo o processo de urbanização das grandes cidades, principalmente a partir do século XIX.

O romancista Aluisio de Azevedo, em obra consagrada como romance da época, “*O Cortiço*”, de 1890, retrata bem as ideologias e o modelo das relações sociais no Brasil do século XIX. Neste livro, o espaço do cortiço é visto como sendo um amontoado de casebres mal arranjados, onde vivem os pobres, representando a mistura das raças e a promiscuidade das *classes baixas* da sociedade. A intenção do autor, por meio da sua literatura, é defender a tese naturalista de que o meio é que faz o homem. Segundo ele, a mistura de vários segmentos marginalizados em um mesmo ambiente desemboca na promiscuidade moral e na degenerescência.

Esta ideologia, somada à doutrina higienista, que considerava a doença como um fenômeno social capaz de abarcar todos os aspectos da vida humana, motivou várias ações das elites e do governo da época com o intuito de controlar aqueles segmentos da população que eram considerados uma ameaça para a sociedade. Neste cenário, os cortiços e seus habitantes aparecem como alvo principal das medidas profiláticas empreendidas pelas autoridades públicas.

Estas medidas tiveram grande influência sobre o urbanismo das grandes cidades brasileiras, logo após a Proclamação da República, em 1889. Foram várias as reformas urbanísticas e higiênicas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Grandes avenidas foram criadas, ruas e calçamentos alargados e centenas de casas demolidas para dar espaço ao novo modelo de cidade moderna, agravando ainda mais a situação habitacional das camadas mais empobrecidas da sociedade (CARVALHO, 2011, p. 73).

Aqui, mesmo com todas essas mudanças, os cortiços permaneceram, motivados ainda mais pelo processo de degradação da região central, que, segundo Luís Octávio da Silva (2005), teve seu início ainda na passagem do século XIX para o XX, com o fenômeno de seu abandono por parte das elites cidadinas. Estas, em pleno momento de hegemonia da economia cafeeira (1870-1930), se transferiram para as áreas mais altas da cidade. Esse processo de desvalorização e de popularização da região central, no seu sentido mais amplo, vai ter seu auge a partir

dos anos de 1970/1980, a partir do momento em que a região perde espaço para outros centros comerciais e econômicos que foram se desenvolvendo na cidade a partir daquele momento:

Na década de 1980, um novo e sério golpe foi desferido contra o prestígio da Área Central: à concorrência já consolidada da Av. Paulista e Av. Faria Lima somou-se o aparecimento de um quarto pólo de escritórios da cidade: Av. Luiz Carlos Berrini. Nos anos 1990, foi a vez da região da Marginal do Rio Pinheiros. Ficaram assim colocadas várias alternativas locacionais, distantes e relativamente desarticuladas do centro da cidade, especialmente dirigidas para sucursais e sedes de grandes corporações da economia globalizada (SILVA, 2005, p. 03).

Dona Marina é o exemplo do quão complexa é a realidade das pessoas que vivem em cortiços, não apenas devido ao conjunto de situações precárias vividas por seus moradores, espaços reduzidos e praticamente nenhuma qualidade de vida, mas também devido às condições de exploração financeira, uma vez que os valores cobrados pelos aluguéis são significativos. Luiz Kohara chama atenção para o complexidade desse fenômeno:

Parece inacreditável a constatação de que os problemas que existiam nos cortiços no início do século 20, conforme estudos e jornais da época sejam os mesmos dos dias de hoje. Dentre eles, destacam-se a grande concentração de pessoas em pequenos espaços; um único cômodo como moradia; ambientes com falta de ventilação e iluminação; uso de banheiros coletivos; instalações de esgotos danificados; falta de privacidade; e o fato de comporem um mercado habitacional de alta lucratividade (KOHARA, 1999).

A pesquisa realizada por Angélica dos Santos Simone (2014) sobre os cortiços na região do Brás e do Belenzinho apresenta uma transformação na própria utilização dos cortiços que deixam de ser espaços unicamente habitacionais e passam também a abrigar atividades de trabalho, na sua grande maioria, voltadas para a indústria de vestuário. Dessa forma, desenvolve-se o fenômeno da oficina cortiço, somando-se as condições precárias de habitabilidade às péssimas condições de trabalho.

Ademais de todo esse universo de carências, chama-nos a atenção o fato de que, dentre todas as preocupações que envolvem as famílias vivendo em cortiços -

e que são atendidas pela AACRIANÇA, a questão da violência e do tráfico de drogas está no topo de todas elas.

Essa informação é o resultado de uma pesquisa realizada pela ONG AACRIANÇA, com os pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos. Eles participam mensalmente de um grupo chamado “Qualidade de Vida”, orientado pela psicóloga e pela assistente social da entidade, no qual discutem-se questões relacionadas aos desafios das famílias, seja em relação aos cuidados com os filhos, ou a questões relacionadas à comunidade de maneira geral. Por meio de rodas de conversas, terapias comunitárias e palestras, as famílias partilham os problemas do dia a dia e buscam estabelecer espaços de reflexão e de superação conjunta dos problemas comuns.

Uma vez que a insegurança é a principal questão de preocupação para essas famílias, as duas negativas em relação à possibilidade de se realizar a entrevista em seu domicílio encontra sentido. Apesar de conhecer bem a localidade na qual ela habita e em não ter nenhum receio em ir visitá-la, resolvi não insistir e esperar o melhor momento de recebê-la na sede da AACRIANÇA, o que veio acontecer algumas semanas depois do nosso primeiro contato.

Apesar de já ter conhecimento do acompanhamento realizado pela equipe do CEDECA-SÉ através das discussões de casos semanais, que acontece com todo corpo técnico da Organização, nunca havia tido nenhum contato pessoal com aquela senhora.

O nosso encontro ocorreu num fim de tarde e já de início me chamou atenção a ligação que Dona Marina mantém com a equipe. Como era final de expediente, alguns funcionários já haviam saído. Assim que a entrevistada chegou, foi perguntando por cada um deles e deixando “um abraço”.

Dona Marina é uma senhora de aparência frágil, de baixa estatura e magra, com uma pele escura e cabelos negros. O seu corpo é de alguém bem calejado pela vida e essa impressão se confirmou mais tarde, ainda no início da entrevista, ao perguntarmos a sua idade. Aquela senhora, de 49 anos, parecia ter muito mais idade.

A assistente social ao apresentá-la a mim disse: “Essa é Dona Marina, ela é uma guerreira!”. Ela me olhou e disse: “Sabe alguém que já apanhou muito da vida? Pois é, sou eu!”. Aquela mulher, apesar de possuir uma aparência delicada, tem um olhar altivo e uma voz pausada, mas forte. Expliquei sobre a pesquisa e a mesma me disse que a assistente social Cláudia já havia adiantado a proposta. Perguntei se ela autorizaria a gravação e não houve problema. Declarou que, se a sua história ajudar alguém, para ela será uma alegria.

Iniciei a entrevista pedindo que falasse o seu nome e idade e em seguida, que contasse um pouco sobre a sua vida, ao que me respondeu: “A minha vida é complicada (risos)”. Perguntei porque estava dizendo isso e Dona Marina me contou que desde pequena sua vida é só labuta.

Ela é natural de Monte Santo, uma cidade do semi-árido baiano. Sobre a sua infância no interior, ela diz:

Ah, a minha infância, quase que eu não tive infância, né? Porque eu saí pro mundo, saí pro mundo pra trabalhar desde cedo, ganhar a vida, ajudar meus pais, então eu quase que não tive... quase nada de infância. (Marina)

Essa vida de trabalho, segundo ela, era na roça, mas devido à seca e à dificuldade de se tirar alguma coisa da terra, trabalhava nas “*casas de família*”, na lida da casa. Na Bahia, essa expressão é bem comum e serve para designar as famílias com um melhor poder aquisitivo, que pode pagar por trabalhos domésticos, com dinheiro ou mesmo com alguns favores. Essa é sem dúvida uma das mais cruéis formas de exploração do trabalho infantil de meninas e que ainda persiste nos mais diversos rincões do nosso país. Há uma perversão muito grande, na medida em que essa prática vem travestida de uma áurea caritativa, pois há um discurso de que, ao acolher uma menina em sua casa, estão ajudando-a a fugir da miséria, enquanto na verdade exploram-na precocemente.

Apesar de contar sobre uma infância difícil, Dona Marina fala com muito carinho da sua família e da relação que até hoje tem com eles. Mesmo estando todos vivendo na Bahia, ela diz que sempre pôde contar com o apoio dos quatro irmãos e dos pais:

Me dou bem, graças a Deus, até hoje me dou bem com a minha família. Graças a Deus, até hoje tenho bastante ajuda deles, entendeu, em matéria de... assim, de... certas coisas que eu passo, entendeu? Não me abandona. Minha relação com meus pais é muito boa. (Marina)

Dona Marina fala que sua vinda para São Paulo está relacionada à busca por melhores condições de vida, pois a vida no interior não estava fácil. Ela migrou para cá com sua prima. Ficou por um período e depois retornou para Monte Santo, onde conheceu aquele que seria mais tarde o seu futuro marido e o pai de seus filhos.

Embora não consiga precisar a idade exata de quando veio trabalhar em São Paulo pela primeira vez, é possível deduzir que foi ainda muito cedo, uma vez que seu casamento e o nascimento do primeiro filho ocorreram quando ela tinha quinze anos.

Ao ser indagada sobre a gravidez na adolescência, ela responde: “Foi uma experiência meio complicada, mas graças a Deus fui mãe. Pude dar amor, carinho, atenção...” (Marina).

Sobre esse tema, o trabalho de Elba Couto Teixeira (2007) é um material de referência no estudo sobre a gravidez de adolescentes das classes subalternas. A pesquisa evidenciou que, para algumas adolescentes e jovens das classes populares, a gravidez representa a possibilidade de um projeto de vida e a oportunidade de se sentir valorizada pela sociedade, a despeito de sofrer, ao mesmo tempo, restrições e discriminações sociais.

A relação com seu ex-marido, a quem a todo momento ela se refere como “o pai dos meus filhos”, foi marcado por muito conflito. Segundo ela, era o álcool em excesso que motivava todas as brigas. Com a bebida, ele ficava agressivo e fazia dela a sua principal vítima. Brigas e violência física marcaram os anos de vida a dois.

Eles eram da mesma cidade, e, logo depois do casamento na sua terra natal, ele veio trabalhar em São Paulo, e, sendo seguido, depois de alguns meses, por ela, tendo ambos resolvido ficar nesta cidade. Sobre esse relacionamento ela diz:

Até um certo momento era bem, mas depois começou a beber, sabe? Começou o inferno na minha vida. Aí pra nós não deu certo, aí

separamos, aí eu fiquei com os meninos e ele foi viver a vida dele.
(Marisa)

Juntos eles tiveram cinco filhos (três meninos e duas meninas), o que muito a orgulha pelo fato de “todos serem do mesmo pai”. A ênfase dada a esse fato é um reforço, segundo seu ponto de vista, da sua condição de mulher moralmente correta e respeitosa. Numa sociedade machista e sexista como a nossa, isto ainda é visto como motivo de orgulho e como medida para mensurar a índole e a moral de uma mulher. Mas de qualquer forma há certa positividade no modo em que ela se refere à sua maneira de estar em família, com seus filhos, mesmo separada do marido.

Como é muito comum ocorrer nessas situações, a responsabilidade pelo cuidado da prole fica à carga da genitora e no caso de Dona Marina não foi diferente. Todos os cinco filhos ficaram com ela e o pai a ajudava financeiramente com as despesas. Eles viveram separados por oito anos e há dois anos ele faleceu, deixando para a família uma pensão, que é com o que ela se mantém, juntamente com os filhos menores. Os dois mais velhos já não vivem mais com ela, estão casados.

Dona Marina conta que depois da separação se mudou com os seus filhos para um quarto de pensão, e passou a trabalhar para manter a família, com a ajuda dos filhos maiores. Sobre o relacionamento com os filhos é otimista:

É muito aberta a minha relação com meus filhos, tudo a gente divide, entendeu? As coisas do dia a dia, nós conversa bastante, eles me ajuda bastante em certas coisas, entendeu? Graças a Deus eu tenho uma boa relação com eles. (Marina)

Dona Marina, a todo instante, destaca a sua condição de provedora da família e diz que sempre foi a mãe e o pai dos seus filhos. Nesse instante lhe pergunto como é para ela o fato de ser “mãe e pai”, ao que ela responde:

É, eu me sinto muito feliz, sabe porque? Porque eu consegui criar eles do meu jeito, entendeu, dei amor, carinho, não ensinei coisa errada, entendeu, nunca fiz nada errado, graças a Deus, chance eu já tive, entendeu, mas nunca fiz, mas porque? Pra dar o bom exemplo da família. Porque os outros, graças a Deus, nunca me deram trabalho em nada, então só o único. Então eu me sinto assim uma mãe realizada, entendeu, sendo mãe e pai porque... quando eu

me separei do pai deles a minha filha mais nova, a minha mais nova tinha dois anos de idade, ela hoje tá com quatorze. Então, assim, fui mãe e pai, quando eu me separei eu me separei desempregada, eu falei “seja o que Deus quiser”, e venci. Até hoje, graças a Deus, não tenho preguiça pra nada, corro atrás das minhas coisas, entendeu... nunca abandonei nenhum! Nunca dei nenhum, e nem dou (Nesse instante, cerra os punhos), só se for pra Deus, né, se ele quiser, pois é dele, né? Minha mãe é doida pra levar ela, a minha mais nova, eu não deixo não, Deus me livre, é minha, oxe, eu vou dar pros outros? Então, assim, meus filhos é tudo na minha vida! (Marina)

A maternidade aparece como fonte de realização pessoal, missão honrosa, incluindo a grande responsabilidade de ser a provedora material e afetiva de toda a família. Essa foi a única vez em que Dona Marina se definiu como alguém feliz, pois, em todos os outros momentos, o que apareceu mais em evidência na sua trajetória de vida foram as experiências duras e difíceis.

Ter os seus filhos é o que dá sentido para a sua vida e por isso não abre mão de nenhum deles, só se for para Deus! Há sem sombra de dúvida sentimento de grande responsabilidade enquanto mãe, que deve dar amor e carinho, mas também o exemplo moral. No seu discurso, fica claro que é papel da família ser a transmissora dos valores morais, mas acompanhado de amor e carinho. Essa dimensão afetiva aparece a todo instante na entrevista.

Dona Marina apresenta a sua “missão” de mãe, enquanto aquela que deve cuidar e proteger em qualquer situação os seus filhos. É assim que define a maternidade:

Ser mãe é... Tá sempre atenta, ser mãe é nos bons, nos melhores momentos, nos piores momentos, na hora difícil também. Pra mim é isso que é ser mãe. É nunca abandonar o seu filho, pra mim eu acho que é isso que é ser mãe! (Marina)

Neste instante, a senhora dá um suspiro profundo, e pergunto se ela pode falar sobre o que está sentindo; ela balança a cabeça, sinalizando positivamente, e começa a falar: “Os meus filhos, tirando esse da droga, eu não tenho o que falar dos meus filhos não” (Marina).

E começa a falar do filho que vivia em situação de rua:

Olha, ele era muito quieto, muito calado, até hoje ele é. Só que quando a gente foi descobrir isso já era tarde, já estava muito profundo. Aí eu perdi várias coisas também por causa dele, entendeu, joguei muitas coisas para o alto por causa dele, mas também nunca abandonei ele. Em parte não. (Marina)

O seu filho, hoje com quinze anos, cumpre medida de internação em uma unidade da Fundação Casa, na Raposo Tavares. Esta não é a primeira vez que o adolescente cumpre medida de internação, mas, segundo a mãe, todos os atos infracionais cometidos por ele, estão relacionados à sua condição de dependência química, pois este é usuário de crack.

Este adolescente é o seu quarto filho, e ela o descreve como um menino calmo e tranquilo:

Ah, do meu filho eu tenho várias lembranças. É um menino meigo, um menino carinhoso, ele assim, por muito que ele, ele chegava assim em casa na droga dele, ele nunca estranhou ninguém, sempre tratava as pessoas bem... é um menino assim, se você entrega uma casa, você chega. Você acha comida feita, casa limpa... é um menino super carinhoso, com os sobrinhos, com os irmãos. (Marina)

O filho de Dona Marina, que aqui o chamaremos de Junior, começou a sua vivência nas ruas ainda com dez anos de idade.

A equipe de educadores sociais do CEDECA-SÉ já o conhecia há cerca de dois anos, a partir das abordagens de rua que são realizadas semanalmente por eles, nas principais áreas onde se concentram as crianças e adolescentes em situação de rua, no centro da cidade.

O conhecimento do trabalho feito por essa organização nos permite ponderar a relação que os profissionais estabelecem diante das demandas de crianças e jovens, conforme a situação de Junior.

Segundo o educador social Ataíde França⁵, os plantões de rua – terminologia utilizada pela instituição para designar o trabalho feito nas ruas – são essenciais para a atuação junto a esta população em situação de rua, pois:

⁵ Informação pessoal obtida em conversa informal, 22.08.2014.

Através do plantão de rua, nós conseguimos conhecer novas crianças e adolescentes num espaço fora do institucional, e a partir daí ir construindo um vínculo de confiança com esse menino ou essa menina. Também podemos amadurecer a nossa relação com aqueles que já possuem um vínculo com a nossa equipe, e com eles, aos poucos entendendo como se deu para cada um deles o processo de saída de casa, quais os fatores causadores de tudo isso e também qual a relação que eles tem com a rua, com a família, com a polícia, com o tráfico, com as drogas, com as organizações sociais, e com todos que circulam ou vivem pelo centro. Estar na rua é também fundamental para que a gente possa perceber a dinâmica do próprio centro e como essa dinâmica interfere no nosso trabalho. Por exemplo, uma ação policial em determinada área do centro, a atuação do tráfico ou do crime organizado, ou até mesmo as já famosas operações da Prefeitura na Cracolândia, tudo isso pode indicar um maior ou menor número de crianças e adolescentes nas ruas, já que muitas vezes devido a esses fatores, eles acabam migrando para outras partes da cidade ou até mesmo voltando para casa. Tá na rua também é importante porque, como também existe uma subdivisão territorial entre os próprios grupos de crianças e adolescentes em situação de rua, onde cada área é “dominada” por um grupo, e isso tá relacionado a como cada um desses grupos vivenciam o espaço da rua, a mudança de um menino ou menina para um outro território pode indicar muita coisa, inclusive um maior ou menor envolvimento com a prática de delitos, maior envolvimento com o crack ou até mesmo se está vivendo situação de exploração sexual. (Ataíde França)

Foi nos plantões de rua que a equipe teve contato com o adolescente. Desde as primeiras vezes, Junior estava na região conhecida como “Cracolândia”, devido à forte atuação do tráfico e à grande concentração de usuários de crack naquela área.

De acordo com os relatos dos educadores, o adolescente sempre se mostrou tranquilo, nunca foi agressivo, mas ao mesmo tempo arredio, sem querer muito contato, de poucas palavras, mas sempre educado com a equipe. O pedagogo Mário Crispin fala que o contato com a pessoa usuária de crack é mais difícil:

Há uma maior dificuldade de aproximação, pois eles estão sempre muito agitados e focados em conseguir mais e mais pedra de crack. É uma compulsão imensa, esquecem até de comer, de dormir e querem se isolar para curtir a fissura da droga. Mesmo quando conseguimos uma aproximação, essas crianças e adolescentes têm uma grande dificuldade de se concentrar e logo levantam e saem, em busca de mais droga. (Mário Crispin).

No caso do adolescente em questão, apesar dos contatos feitos na rua, ele nunca esteve na CASA 20. É importante deixar marcado que, de acordo as

informações que constam na instituição sobre o Júnior, apesar deste não ter se mostrado disposto a falar sobre a sua família e o seu local de origem, ele faz referência apenas à sua mãe, que gosta muito dela e que sempre vai visitá-la.

A figura materna aparece positivamente no discurso do adolescente, o que se confirma com a fala da mãe ao referir-se sobre a sua relação com o filho. Quando começamos a falar mais diretamente sobre o seu filho Junior, Dona Marina fica visivelmente emocionada, e lembra que ela sempre trabalhou muito para que não faltasse nada dentro de casa e também sempre fez questão de que os filhos fossem para a escola. O Júnior, segundo ela, gostava da escola, mas:

Ele gostava da escola. Aí ele começou a não gostar depois que ele começou a conhecer a rua, aí ele pegava os amiguinhos, fugia da escola... até aí eu não sabia, né? Quando eu ia pras reunião que eu ficava sabendo que ele fugia. Ele não ficava na rua, voltava pra casa. Ele ia pra rua, fugia, e quando chegava o horário de sair da escola, ele voltava, entendeu? Então eu não dava pra perceber se ele fugia, ou não, da escola. (Marina)

Autores como Graciani (1997), Gregori (2000) e Rizzini (2003) já discutiram esse processo gradual de ida para as ruas. Há uma mágoa em relação à escola, uma vez que segundo ela, os professores não a informavam logo sobre as ausências do filho na escola.

Ao ser perguntada sobre as razões que, do seu ponto de vista, o levaram a ir para as ruas, ela responde:

Essa pergunta eu já fiz várias vezes para mim mesmo, você acredita? Quando ele foi internado da outra vez (na Fundação Casa), a psicóloga (da Fundação) me perguntou: "O que levou esse menino a isso? Eu falei que não sabia, já fiz essa pergunta pra ele, ele é muito fechado. Tem uma psicóloga nessa última internação que teve, disse "Dona, o seu filho tem um algo, lá dentro dele, que tá lá dentro, que ele não solta pra ninguém". Eu já fiz essa pergunta, o que é que é... Quando o pai dele morreu, ele não viu nem o enterro do pai dele. Ele veio, mas não tinha liberado o corpo, ele chorou, fez aquele escândalo, chorou, chorou. No dia do enterro ele sumiu. Mas acho que não tem nada a ver com o pai. Eu acho que é influência, muita influência de amizade, amizadinha. Começou pela maconha, depois foi pro crack, e assim foi. (Marina)

É interessante frisar que, do ponto de vista da genitora, mesmo havendo alguma questão de ordem subjetiva, que interfere no comportamento do seu filho, ou até mesmo alguma relação com a ausência paterna, ou da morte do pai, a principal razão para a situação na qual ele se encontra nas ruas, e a dependência química, está relacionada às influências externas. São as “amizadinhas”, as más companhias que levaram o seu filho ao contexto no qual se encontra.

A partir da minha experiência profissional, em todos esses anos acompanhando crianças e adolescentes em situação de rua, e suas famílias, é possível afirmar que grande parte das famílias atribui às más companhias a razão pela realidade dos seus filhos, de uso de drogas ou o envolvimento com a prática de atos delituosos. É claro que existem famílias que reconhecem os conflitos familiares (violência física e psicológica, abusos sexuais e abandono) como os principais motivos para a saída de seus filhos de casa, mas muitos buscam respaldo no discurso de que são as falsas amizades as causadoras dessas situações.

É comum também que pessoas atribuam essa responsabilidade a forças diabólicas. Com o avanço das Igrejas neopentecostais, principalmente entre as camadas mais empobrecidas da sociedade, propaga-se fortemente, entre os adeptos dessas doutrinas religiosas a compreensão de que está no Diabo a origem e a razão de todos os males. Estes, sob esta perspectiva, não possuiriam uma motivação humana, mas sim sobrenatural. Esse discurso cumpre um papel alentador, na medida em que dá uma justificativa para todo o sofrimento.

Pesquisadores como Antoniazzi (1994) e Torres (2007) já discutiram sobre o crescimento do neopentecostalismo no Brasil nas últimas décadas e a sua grande inserção entre as camadas mais subalternizadas, mostrando que, além do discurso libertador, o acolhimento e os laços afetivos são também elementos catalisadores, que congregam as pessoas, dando-lhes uma sensação de pertencimento. Sobre isso, Monique Leite afirma:

A construção e o fortalecimento dos laços de afeto e confiança têm uma importância fundamental na rotina daqueles que vivem próximos à realidade de insegurança, movidos pelo sentimento de desrespeito e de descrédito nas instituições. O acolhimento proporcionado pelos neopentecostais cria um vínculo de segurança material, emocional e espiritual. A autoestima, o impulso empreendedor, o acolhimento são construídos a partir de uma lógica de valorização do indivíduo e das relações pessoais por parte dos evangélicos ou mais precisamente,

no modelo de atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (LEITE, 2014 p. 03).

No caso de Dona Marina, apesar de se dizer frequentadora, mas não de forma assídua, da Igreja Universal do Reino de Deus, ela diz que a culpa não é do Diabo, “porque nada é maior do que Deus”:

Nada é maior do que Deus. Eu vou, mas de vez em quando, na Igreja Universal. Vou porque me faz muito bem. Saio muito aliviada, muito confortada. Quem é pobre só tem que se apegar com Deus mesmo, é o que nos resta! (Marina)

A busca de conforto e de amparo na religião é um fenômeno muito comum entre as famílias que vivenciam situações-limite, como ocorre no caso daquelas que possuem filhos em situação de rua e dependentes químicos. Dona Marina fala que do sofrimento que viveu com o seu filho na rua e que, de todas as situações, a mais dolorosa era vê-lo usando crack, na região conhecida como Cracolândia: “A lembrança que eu não gosto era de quando eu ia na Cracolândia que eu via ele lá dentro. Aquilo me doía muito!”. (Marina)

Eu perguntei como era aquela experiência para ela, no que me respondeu: “Nossa, era muito difícil! Muito difícil, difícil mesmo! [*nesse instante, ela abaixa a cabeça e chora silenciosamente*]” (Marina).

Aquelas lágrimas sentidas daquela mãe produziram um silêncio entre nós e, naquele instante, também fiquei angustiado e com a sensação de estar provocando lembranças muito dolorosas para aquela senhora. Pensei em sugerir que continuássemos com a entrevista num outro momento, mas antes que eu fizesse qualquer proposta, Dona Marina levantou a sua cabeça e voltou a falar: “Mas eu agradeço muito a Deus... Assim, eu tive muita força dos meus filhos, entendeu, da minha família, entendeu, porque se fosse eu sozinha eu não tinha conseguido”. (Marina)

A família aparece nesse discurso como o seu grande apoio, como afirma Cyntia Sarti, a ideia de que para os pobres a família se constitui enquanto um lócus fundamental de proteção e solidariedade:

A família para os pobres, associa-se àqueles em quem se pode confiar.(...) Como não há status ou poder a ser transmitido, o que

define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam dentro da dinâmica das relações descritas neste capítulo (SARTI, 1996, p. 63).

Logo após a sua última fala, aproveito para lhe perguntar se ela se sente sozinha, no que ela me responde:

Não! Sabe, eu não me sinto sozinha, uma que eu creio muito em Deus, graças à Deus. E uma que eu tenha assim, pouca, mas eu tenho uma família, sabe, meus filhos, a minha mãe, o meu pai... Quando eu tô de cabeça baixa sabe, minha filha, meu filho vem conversar bastante comigo, porque se não fossem eles, eu acho que eu tava no fundo do poço. (Marina)

Eu lhe pergunto o porquê de ela achar que sem o apoio da família ela estaria no fundo do poço, e a resposta foi a seguinte:

Porque é difícil... é muito difícil, é complicado. Ó, eu já pensei... várias vezes, várias vezes, não vou negar, eu pensei muita besteira, logo no começo. Nossa, eu pensava em me matar, sabe, eu não me... nossa, eu pensava em jogar tudo pro alto, deixar eles aí, sair no meio do mundo, não dar, não dar mais notícias, mas depois sabe... (Marina)

Indaguei sobre o que a levou a não jogar tudo para o alto, no que me respondeu:

Porque assim, sabe, você conversando com as pessoas, sabe, assim, a minha filha, ela mesmo, me falou: "Não, você não pode fazer isso, não pode abandonar, porque ele agora que precisa de você. Ele só tem você. Você e Deus. Então, e aí? Ele já não tem pai, e aí ele vai fazer o quê, vai se matar também? Então, aí eu voltei atrás, seja o que Deus quiser, Deus tá na minha frente. (Marina)

Diante do desespero, resta-lhe contar com a fé em Deus e o apoio dos filhos e da família. Pergunto se ela já teve algum outro apoio além da família:

Não [*silêncio*]. Eu tive um apoio uma vez, aqui, não vou mentir. Uma vez que o outro tava preso, aí a Cláudia, conversando com a Cláudia ela me informou, entendeu, que eu poderia tá caçando um advogado, que era direito dele, que eu poderia vir aqui, porque aqui tinha um advogado que podia tá me informando. Mas aí eu fui conversar com a moça lá no fórum e ela disse: "Não adianta você colocar um advogado, porque vai ser a mesma coisa do advogado daqui". Então eu deixei quieto. Aí eu tive um apoio, entendeu? Mas tirando esse eu nunca tive o apoio de ninguém, a não ser da minha família. (Marina)

Neste depoimento ela esta se referindo à primeira apreensão do seu filho e à sua primeira internação na Fundação Casa. Nesse momento, Dona Marina esteve no CEDECA-SÉ, e a assistente social a orientou a falar com o advogado sobre a situação do adolescente, e este tinha direito a uma defesa jurídica. Porém, como o Estado já havia designado um defensor público para acompanhá-lo, a mãe foi informada pela funcionária da Vara da Infância que não haveria diferença entre a defesa realizada pela Defensoria Pública e àquela realizada pelo CEDECA-SÉ, o que a fez desistir de transferir o caso do filho para a equipe jurídica da entidade social.

É importante frisar que, para a Dona Marina, mesmo tendo havido um acompanhamento processual do caso do seu filho por meio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ela não a contabiliza como um “apoio” à sua família.

Apesar de não ter sido feito uma problematização maior sobre essa questão específica, em relação ao fato da entrevistada não ter citado o atendimento jurídico gratuito como sendo uma ajuda na hora do sufoco, não é difícil imaginar que tal omissão não foi resultado de um lapso de memória, mas pode ser um exemplo do sentimento que as pessoas mais pobres têm em relação ao serviço público.

A baixa qualidade e a dificuldade de acesso aos serviços públicos são realidades que fazem parte da vida das populações mais vulneráveis, e comprometem a vivência plena da sua cidadania. Mesmo aqueles direitos fundamentais, indispensáveis não somente para o pleno exercício da cidadania, mas também para a existência do Estado Democrático e de Direito, quando não negados, a sua efetivação ocorre de forma precária e seletiva, excluindo na maioria das vezes aqueles que mais precisam.

O direito efetivo ao acesso gratuito à justiça é um exemplo de um direito fundamental à cidadania e à democracia. Segundo Maria Cecília Ahrens (2010), o direito do acesso à justiça supera uma garantia constitucional, sendo elevado a uma prerrogativa de Direitos Humanos, dada a sua importância. Segundo a autora, o inciso XXXV, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é um exemplo da garantia legal do acesso à justiça:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; (Brasil, CF/1988)

Cabe ao Estado garantir tal assistência aos mais necessitados: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (CF/1988, Art. 5º, LXXIV).

Será também a CF/88 que determinará a criação de Defensorias Públicas em níveis federal e estadual, estabelecendo-as enquanto “instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV” (CF/1988, art. 134).

Apesar da expressa previsão contida na Carta Magna que designava a implantação das Defensorias Públicas com a missão de orientar juridicamente e defender os mais necessitados, esse processo se dá de forma desarticulada e desigual, gerando distorções. A título de exemplo, de acordo com o Mapa da Defensoria Pública no Brasil 2013, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADep), mesmo já havendo se passado 25 anos da promulgação da Constituição Federal, na data da publicação da pesquisa, quatro unidades da Federação ainda não haviam efetivamente implementado as suas Defensorias.

Mesmo nos Estados em que já existem as Defensorias Públicas, a falta de estrutura operacional e a carência no número de defensores, somadas à grande demanda pelos mais variados serviços, além de outros problemas estruturais, comuns no sistema jurídico brasileiro, comprometem a qualidade do serviço ofertado à população mais carente e aumenta o descrédito na justiça num Estado que o defenda:

Dados coletados por ocasião desta pesquisa indicam que os estados contam com 11.835 magistrados, 9.963 membros do Ministério Público e 5.054 defensores públicos (nas 1ª e 2ª instâncias). O número de magistrados e de membros do Ministério Público permite que esses serviços sejam oferecidos na quase totalidade das comarcas brasileiras. Na maioria delas (72%), contudo, a população conta apenas com o estado-juiz, o estado-acusação/fiscal da lei, mas

não conta com o estado-defensor, que promove a defesa dos interesses jurídicos da grande maioria da população, que não pôde, de contratar um advogado particular (IPEA & ANADEP, 2013, p. 12).

Num cenário onde se estabelece mais fortemente a presença de um Estado acusador e repressor não é de se estranhar que a entrevistada afirme veementemente que, além da família e da ONG, nunca recebeu a ajuda de ninguém.

Essas expressões do Estado, juiz acusador, repressivo e ao mesmo tempo ausente, aparece na fala da Dona Marina de várias maneiras. Num dos momentos em que ela relatava da sua triste experiência de ter que, por muitas vezes, passar a noite em busca do seu filho em plena Cracolândia, ela conta que um dia quase foi presa pela polícia militar:

Uma semana, se eu deixasse ele só vinha se eu fosse buscar. E tinha vez que eu pegava pela gola da camisa, ainda tinha que trazer agarrado. Uma vez a polícia quase me prende! Porque tava eu e minha filha mais velha, e a outra. E eu vinha com ele, porque ele ia fugir, se eu soltasse, eu peguei aqui (nesse momento ela pega na gola da minha camisa para exemplificar), enrolei a mão e vinha com ele. A polícia foi pra cima de mim! “Solta, solta o adolescente”, eu falei, “eu não vou soltar, se vocês não podem fazer nada eu como mãe tenho que fazer alguma coisa”. Aí ele falou, “mas não é assim que funciona” eu falei assim, “é assim mesmo e eu vou levar ele, nem que você não queira. É meu filho”. Aí ele falou assim, “você sabia que você poderia ser presa?”. “Então me prende, vai ter que me prender eu e ele, porque na rua ele não vai dormir!”. Aí a minha menina disse, “vai mãe, que eu fico conversando com eles”. O policia disse que eu era folgada e eu respondi que não era folgada não, eu era é mãe. Minha filha ficou conversando e tal, tal, tá acontecendo isso, e tão. Aí eles foram e me liberaram, e eu levei ele pra casa naquela noite. (Marina)

Há um tom de muita revolta na voz, dessa mãe que além de viver uma tragédia pessoal e familiar com a situação do seu filho, arrisca-se em plena madrugada na busca do seu filho e, ao encontrá-lo, usa das suas próprias forças, numa atitude desesperada para tirá-lo do uso incontrolado do crack, nem que seja apenas por aquela noite.

Mesmo não sendo esta a atitude mais adequada, num contexto de total desamparo e falta de perspectiva, esta parece ser para ela a sua única saída. A atuação policial neste caso é bem emblemática, pois foi desenvolvida não na perspectiva de resolução de um conflito, ou visando proteger e garantir a vida do

adolescente, mas apareceu de forma arbitrária e violenta, com um caráter altamente ameaçador e repressivo, não havendo nessa ação nenhum elemento que representasse para aquela família algum tipo de amparo ou de apoio. Ao dizer: “Se vocês não podem fazer nada, eu como mãe tenho que fazer alguma coisa”, Dona Marina denuncia esse Estado, representado pela Polícia Militar, que não somente pode fazer alguma coisa em defesa dos direitos essenciais do cidadão, quanto deve cumprir o seu dever republicano de garantir o bem comum. Mas, infelizmente, a história do Brasil revela esse processo de construção cidadã que se dá de forma enviesada, onde grande parte da população mais empobrecida vive excluída dos seus direitos básicos, como bem nos diz Carvalho (2001).

Diversos estudos já abordaram a atuação policial no Brasil (PAIXÃO, 1993; ADORNO, 1998; PINHEIRO, 1998; MESQUITA NETO, 1999; CALDEIRA, 2000; SUDBRACK, 2008; LOCHE, 2010). O reconhecimento da importância das instituições policiais nas sociedades democráticas é incontestável. No Estado Moderno, o uso legítimo da violência passou a ser monopólio do Estado, como um de seus instrumentos específicos de dominação dentro de um determinado território (Weber, 2010). A instituição policial é um dos órgãos do Estado encarregados pela prevenção, repressão e contenção da violência e da criminalidade. Uma função protetiva da sociedade.

Desta forma, a ação policial tem como atribuição o uso legítimo da violência, dentro de parâmetros delimitados pela legislação, sujeito a imperativos legais que se fundam no respeito aos direitos das pessoas (LOCHE, 2010, p. 41).

Todavia, são várias as situações de violência por parte da polícia e que atingem principalmente os segmentos mais pobres da população, mostrando assim uma inversão perversa da ação Estado, que ao invés de proteger, agride, e até mesmo extermina os seus cidadãos. Segundo Paulo Mesquita Neto:

A violência policial é também um tipo de violência que preocupa cada vez os cidadãos, os próprios policiais, os governantes, os jornalistas e os cientistas sociais, em parte porque é praticada por agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública, a quem a sociedade confia a responsabilidade do controle da violência. Os casos de violência policial, ainda que isolados, alimentam um sentimento de descontrole e insegurança que dificulta qualquer tentativa de controle e pode até contribuir para a escala de

outras formas de violência. A violência policial, principalmente quando os responsáveis não são identificados e punidos percebida como um sintoma de problemas graves de organização e funcionamento das polícias.” (MESQUITA NETO, 1999, p. 131).

Esta violência produzida na esfera do próprio Estado, não atinge igualmente a todos e diz respeito não apenas a questões de ordem socioeconômicas, mas passam fundamentalmente por dimensões socioculturais e étnico-raciais. São principalmente os jovens negros e oriundos das periferias as principais vítimas dos agentes do sistema de segurança pública, confirmando assim a visão marxista, segundo a qual a polícia não seria um instrumento de manutenção da segurança e da democracia, mas um meio pelo qual são garantidas as configurações de dominação na sociedade (CHAUÍ, 2000).

Além da experiência negativa com a polícia, Dona Marina relatou durante a entrevista também outra situação que lhe gerou muita tristeza. Dessa vez foi com um agente do sistema de justiça, um juiz de direito, em uma das audiências em que foi chamada logo após o seu filho ter sido apreendido. Ela relatou o seguinte:

Lá na sala, o juiz olhou para mim e falou, “foi essa a lição que a senhora deu pra seu filho?”, e eu falei, “não, eu nunca fiz e também nunca dei um pedaço de papel nem uma caneta pra ele fazer isso, se ele tá fazendo é da imaginação da cabeça dele. Eu dei um caderno e caneta pra ele aprender coisas boas”. Aí ele me perguntou, “o que é bom pra senhora?” eu falei, “ir pra escola, brincar, entendeu? Ele nunca teve necessidade de roubar, então, o senhor quer dizer isso, que ele tá roubando por minha causa? Não senhor, pra mim não é, porque graças a Deus eles nunca passaram fome, nunca andaram descalços. Tem um teto pra morar, então ruim ou bom a gente tem. Então senhor, eu não posso falar nada se ele tá roubando, pra casa ele não tá levando”. (Marina)

Ao relatar esse fato, Dona Marina mais uma vez, ficou visivelmente emocionada, e aproveitou para perguntar o que ela havia achado da atitude do magistrado, e ela me diz: “Não sei. Eu realmente na hora chorei lá dentro da sala. Fiquei arrasada! Eu saí, sabe, nossa, arrasada”. (Marina)

Eu lhe pergunto por que ela chorou e Dona Marina responde:

Ah, sabe, porque assim, acho que... não sei. Ele quis dizer assim que fui eu que incentivei ele, entendeu, então aí me deu um aperto no coração, uma coisa ruim, sabe ali, senti um peso, foi uma palavra que... ele não mediu as palavras, entendeu, então me chateou,

sabe? Dele ser uma lei e tá culpando uma coisa que eu não tinha nada a ver, que eu nem sabia que ele tava roubando. (Marina)

A indagação feita pelo juiz de direito àquela senhora reflete uma visão muito comum na sociedade e que permeia também as mais diversas esferas do poder estatal, inclusive na magistratura, que é a da responsabilização da família, e mais diretamente da mãe, pelos desvios e desacertos dos filhos.

A partir da nossa experiência no acompanhamento de crianças e adolescentes autores de atos infracionais, no CEDECA-SÉ, acumulamos uma série de relatos de mães e ou responsáveis em que foram acusadas por juízes e promotores de justiça de serem as responsáveis pelos atos cometidos por seus filhos, sem que, nesses casos, fossem levados em consideração outros fatores que pudessem justificar ou até mesmo explicar esses atos.

Essas mulheres se referem a esses momentos como sendo de grande humilhação, nos quais são julgadas de maneira sumária e a partir de critérios preconceituosos e elitistas. Julgam-se por meio de conceitos padronizados de família, que na maioria das vezes estão muito distantes da vida real em que essas pessoas estão inseridas.

Esses julgamentos prévios, fundamentados em determinadas visões estereotipadas da realidade, contribuem para alargar as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que macula o princípio de igualdade e da imparcialidade, fundamentais para o bom andamento da justiça.

A capacidade dessa mãe se contrapor à indagação do magistrado revela a postura de alguém que se sentiu “injustiçada” por aquele que representava a lei e a possibilidade da justiça, e que faz questão de reafirmar a sua dignidade e os seus valores morais. Valores estes que ela fez questão de transmitir para a sua família, inclusive para o seu filho infrator: “(...) eu nunca fiz e também nunca dei um pedaço de papel e nem uma caneta pra ele fazer isto. Eu dei pra ele fazer coisas boas”.

Antes de encerrar a entrevista, perguntei para Dona Marina se em algum momento durante todo esse processo com o seu filho Junior ela se sentiu culpada, no que ela me respondeu:

Não, eu não me senti culpada porque assim, eu ensinei as coisas boas pra ele. Se ele aprendeu coisas ruins foi lá fora, eu não posso fazer nada. Foi isso que eu falei pra ele, o que eu pude fazer por você eu fiz, e to fazendo. Nunca vou abandonar, por muito errado que seja, entendeu, vou até o fim. Como uma mulher mesmo lá de onde eu moro falou, “Deus me livre eu tá atrás de um filho desse jeito!” E falei, “mais é meu fia! Ele seja o que for, mais saiu aqui de dentro de mim, é um pedaço de mim, jamais eu vou abandonar ele!” E outra coisa, meu filho não é ruim comigo, não é... é uma pessoa carinhosa comigo, sempre foi meu filho, então ele pode ser o que for, eu sempre vou tá na frente dele, doa a quem doer. Eu só não posso tá na frente de Deus, mas do resto eu posso tá. (Marina)

Ao negar o sentimento de culpa frente à situação vivenciada por seu filho, Dona Marina reforça a sua missão de ser uma presença incondicional na vida do seu filho adolescente. Ela entende ser esse o seu papel de mãe, uma vez que ele não somente saiu do seu ventre, como é um pedaço dela, no qual ela nunca poderá abandonar.

Dona Marina aproveita e revela uma faceta do seu filho que talvez, a sua condição de *infrator* impeça os outros de ver. Ela o apresenta como um filho bom e carinhoso com ela, indicando assim uma reciprocidade no amor.

Sabemos que esse amor incondicional materno é resultado de um processo histórico e se insere num contexto de transformações sociopolíticas e culturais, além daquelas de ordem econômica, num cenário de avanço do capitalismo, todavia, não podemos negar que nesse caso concreto, a despeito de qualquer outra explicação sócio-histórica e cultural, essa mãe sabe que certamente ela é o único porto seguro com o qual seu filho pode contar. E é nesse universo, de tantas carências e contradições, que muitas mulheres-mães carregam o peso de serem único apoio com o qual seus filhos podem contar.

Encerro a entrevista indagando a entrevistada sobre o seu maior medo. Dona Marina reflete um instante e responde:

Meu medo, meu medo era ele assim... eu não dormia a noite, porque qualquer gritinho que desse pra mim já era ele. Porque na vida que ele vive você pode esperar tudo. Então, eu não dormia mais, eu não sabia o que era dormir. Quando ele tava dentro de casa, eu tava boa, mas quando ele saía, eu não dormia. Eu não sabia o que era dormir mais. Então, assim, estou magoada, como eu tava falando pra ela (assistente social), magoada eu estou, porque não era isso que eu queria pra ele (a internação na Fundação Casa), mas no mesmo

tempo eu estou feliz, porque poderia ser pior aqui fora. Agora pelo menos eu sei onde ele está. (Marina)

O medo de ter seu filho assassinado é o que lhe assombrava a todo o momento. Este era sem dúvida um risco real e constante na vida de Junior, por isso, ela enxerga algo de positivo na sua internação, uma vez que diante da ameaça constante de morte, a privação de liberdade é um mal menor.

3.3 A HISTÓRIA DE DONA CARLA

“Oh, vós todos que passais pelo caminho, parai e vede se há dor semelhante à minha dor” (Cântico de Verônica – Liturgia Católica da *Via Crucis*).

A nossa segunda entrevistada, que nesta pesquisa será identificada com o nome fictício de Dona Carla, é a mais nova dentre as pessoas pesquisadas.

O contato com essa mãe de quatro filhas se deu pelo fato de ela ser acompanhada pela equipe do CEDECA-SÉ. Dona Carla é atendida pela psicóloga do projeto, por meio de sessões de atendimento terapêutico individual, semanalmente, e é também atendida pela assistente social quanto a demandas específicas, sempre que necessário. Foi por intermédio da assistente social, Claudia Arantes, do CEDECA-SÉ, que conseguimos contatar a entrevistada. Segundo Claudia, o vínculo com ela se deu a partir de um encaminhamento que foi realizado por outra organização social que também atua no centro da cidade, com crianças e adolescentes em “situação de rua” e suas famílias - o Projeto Travessia.

A Fundação Projeto Travessia é uma organização da sociedade civil que, desde 1996, trabalha na atenção a meninos e meninas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

A AACRIAANÇA, através do trabalho desenvolvido pelo CEDECA-SÉ, juntamente com o Projeto Travessia e com outras organizações sociais que atuam no mesmo sentido, na região central da cidade de São Paulo, desenvolveram já há alguns anos um espaço para discussão e encaminhamentos dos casos que eram acompanhados em comum pelas entidades sociais.

É muito comum que as pessoas em situação de rua utilizem como uma das estratégias de sobrevivência a circulação, entre os mais variados projetos, retirando de cada um deles o que melhor lhe aprouver.

Segundo Riccardo Lucchini (2003), essa é uma estratégia de sobrevivência nas ruas, onde muitas vezes a relação com as entidades e os serviços de assistência visa à satisfação imediata de suas necessidades materiais (LUCCHINI, 2003, p. 83). Porém, tal circulação não se dá somente entre as instituições e os

serviços de atendimento. É uma característica da própria dinâmica que essas pessoas constroem nas ruas com os inúmeros agentes e cenários que se entrelaçam nas suas vidas. As idas e vindas para as suas famílias, as diversas rupturas com as escolas e outras instituições, são exemplos dessas experiências de “viração”, como aponta Maria Filomena Gregori (2000), e fazem parte dessa luta constante das crianças e dos adolescentes em busca de proteção e sobrevivência.

Se a estrutura oferecida pelas ONGs, que engloba: a acolhida, a alimentação, a higienização e lavagem de roupa, o lazer e atividades lúdico-pedagógicas, dentre outras formas de atendimento, ocorrer de maneira desarticulada e isolada, pode tornar-se um elemento favorável à permanência da criança e do adolescente na rua, além de constituir uma perda de tempo e de recursos, uma vez que o menino, ou a menina, recebe o mesmo tipo de serviço proporcionado pelas diferentes organizações.

Diante desse cenário, as organizações envolvidas deram início, ainda no final da década de 1990 a uma proposta de atendimento em rede, através da criação de um espaço de reflexão, discussão e encaminhamento dos casos atendidos em comum, além de ser também um lócus privilegiado de debate sobre as políticas públicas voltadas para a população das crianças e adolescentes em situação de rua. Os encontros aconteciam mensalmente, de maneira rotativa, sendo cada mês realizado na sede de um dos projetos envolvidos.

De acordo com a assistente social Claudia Arantes, no decorrer de todos esses anos, essa rede tomou configurações que variaram, na dependência do contexto político local e da realidade institucional de cada organização.

Muitas organizações que já fizeram parte da rede não atuam mais com esse público específico, outras não existem mais, e algumas novas organizações sociais foram aos poucos compondo também esse grupo. Segundo Claudia, dentre as organizações que vem persistindo no trabalho em rede para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo, e que comungam de uma mesma perspectiva político-ideológica, ela destaca o CEDECA-SÉ, o Projeto Travessia e o Projeto Quixote. Atualmente, as reuniões ocorrem mensalmente, sempre na segunda terça-feira de cada mês.

Dona Carla foi encaminhada pelo Projeto Travessia para o acompanhamento psicológico no CEDECA-SÉ. Nossa entrevista com ela aconteceu na sede da entidade, aproveitando assim sua presença na organização para o atendimento semanal.

Esta jovem senhora parecia apreensiva para a entrevista, e estava visivelmente nervosa. Depois de ter me apresentado para ela, expliquei as características da pesquisa que estava realizando e solicitei que ela me confirmasse o seu interesse em participar desse trabalho. A Dona Carla disse que sim, e iniciei a entrevista perguntando seu nome e a sua idade. Ela me disse o nome completo, informando a sua idade, 31 anos.

Em seguida, perguntei sobre o seu lugar de origem e de sua moradia atualmente. prontamente me respondeu que havia nascido em São Paulo mesmo, tendo sido nascida e criada na zona norte da cidade, no bairro do Peri Alto. O bairro do Peri Alto pertence ao Distrito de Vila Nova Cachoeirinha. De acordo com o Levantamento do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, que pesquisou a taxa de homicídios dolosos por distrito da cidade de São Paulo, a região que engloba o bairro do Peri Alto ocupa o 29º lugar mais atingido, entre os 93 distritos que compõe o Município (NEV-USP, 2014).

Segundo a Fundação SEADE, a renda per capita nesta área da cidade é de R\$ 688,68, bem abaixo da média municipal que é de R\$ 1.126,97 (SEADE, 2013).

O problema habitacional também é um grande desafio para as pessoas que vivem naquela região. São doze comunidades formadas por barracos e moradias irregulares. Em setembro de 2012, o então candidato à Prefeitura de São Paulo na época, Fernando Haddad, visitou a favela no Jardim Peri Alto. Logo depois de eleito, afirmou para a Folha de São Paulo que aquele foi o pior lugar da cidade que visitou durante toda a campanha eleitoral (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/12/2012).

As favelas são o retrato da grande desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira. Além da ausência de serviços públicos essenciais, saneamento básico, saúde, educação de qualidade, habitação digna e lazer, as pessoas convivem com o domínio do tráfico de drogas e do crime organizado que

estabelecem nessas áreas uma nova ordem, transformando-se no poder e na lei, e em muitos casos assumindo o papel do próprio Estado.

Somado a tudo isso, as pessoas que vivem nas favelas são submetidas a um julgamento social que as colocam numa condição marginal:

Assim é o favelado na sociedade brasileira, ele possui uma identidade social que implica vários estigmas – gente perigosa, sem educação, bandido, traficante, etc. A identidade negativa que a sociedade atribui aos habitantes da favela reflete um imaginário social cercado pelo medo. O estereótipo do malfeitor é um aspecto espelhado do mundo do crime (ARAÚJO, 2002, p. 56).

Numa sociedade marcada por tantas mazelas, a favela representa dois mundos divididos, como bem retrata Ferreira Gullar (2000) em seu poema “*Quem Matou Aparecida?*”:

Da porta de seu barraco,
de zinco e madeira velha,
olhava o mundo dos ricos
com suas casas de telha.
Os blocos de apartamento
quase tocando o céu
dos quais nem em pensamento
um deles seria seu.

Daquele chão de monturo,
via o mundo dividido:
Do lado de cá, escuro,
e do de lá, colorido.
À sua volta a pobreza,
a fome, a doença, a morte;
e ali adiante a riqueza
dos que tinham melhor sorte.

Nossa Aparecida achava

que tinha era dado azar
porque ela ignorava
que o mundo pode mudar.

Já conhecia a cidade
de gente limpa e bonita,
menina de sua idade
de seda e laço de fita.

Gente que anda de carro,
vive em boate e cinema
que nunca pisou no barro,
que não conhece problema
que acha que o Rio é mesmo
Copacabana e Ipanema.

Respondendo à nossa pergunta anterior, a entrevistada contou que nasceu e sempre viveu na região do Peri Alto:

Eu sou daqui mesmo, da zona norte, zona norte... Ali do Peri Alto. Tenho três irmãos, comigo, né, somos quatro. Mas assim, eu fui criada pela minha mãe e pela minha vó. Pelo meu pai eu não fui não. Só pela minha mãe e minha vó. E eu vivo no mesmo lugar que eu nasci. (Carla)

Aproveito para lhe perguntar sobre a sua relação com a sua família, o que ela define rapidamente como: “tranquila”.

Peço que me fale um pouco sobre a sua infância, sobre a sua vida e ela fala:

Minha vida é corrida, né? Levantar cedo, arrumar minhas meninas pra ir pra escola, deixar tudo arrumado para elas ir pra escola e ir me arrumar pra trabalhar, né? Aí chega em casa e é outra luta que é (risos) o sono, que eu não durmo... tenho problema de insônia, muito, mas... eu acho que é devido a minha filha, né, que vive na rua, eu fico muito preocupada. Não sei se tá viva, se tá bem, se tá comendo... Minha preocupação é essa. (Carla)

Dona Carla dá nesse instante um suspiro angustiado e silencia-se. É importante perceber que, no instante em que é perguntado sobre a sua infância e a sua vida em geral, toda a sua resposta está focalizada no seu papel de mãe e provedora da casa e das filhas.

Além da lida diária do cuidado das filhas que estão com ela e do trabalho, ela vive atribulada com a ausência da sua filha que vive em situação de rua. O ponto central entretanto é que há uma anulação da sua história e da sua subjetividade e, mesmo que de forma inconsciente, a sua vida se resume ao duro papel de ser mãe, papel este que lhe tira o sono.

Pergunto mais uma vez sobre a sua infância e Dona Carla responde numa frase: “Minha infância foi boa, graças a Deus (risos)”. Ao perceber que ela não tem mais nada a falar sobre essa questão, pergunto sobre a sua família, no que me responde: “Eu tenho quatro filhas, duas de seis anos, a menorzinha de quatro e a que vive na rua que tem quatorze” (Carla).

Esta última, bastante conhecida pela equipe do CEDECA-SÉ, é chamada de Jéssica nesta pesquisa. Por algumas vezes esteve no projeto e participou das oficinas propostas pelos educadores sociais. Segundo o educador social Ataíde França, a presença de Jéssica nas atividades da casa não era constante, mas as vezes em que esteve no projeto sempre agiu de forma tranquila e nunca criou nenhum tipo de problema.

Os educadores do CEDECA-SÉ relataram ainda que por diversas vezes fizeram contato com a adolescente, durante os plantões de rua, e que era comum encontrá-la nas imediações do vale do Anhangabaú. Eles chamaram atenção para o fato de que a Jéssica, mesmo com pouca idade, trazia em um dos braços uma tatuagem com um nome feminino, e sempre quando perguntada sobre a tatuagem, dizia ser em homenagem a sua mãe.

Com o passar do tempo, e a partir do amadurecimento do vínculo com a adolescente, foi possível constatar que aquele nome não era o da sua mãe, mas sim o nome da sua avó materna, que foi a pessoa que sempre cuidava dela enquanto a sua mãe trabalhava. O educador ainda disse que a adolescente comentou que, se assim que fosse possível, tatuaria o nome da mãe no outro braço.

Dona Carla cita o auxílio que recebe da mãe no cuidado com as suas filhas. Isso ocorreu na instante em que lhe pedi para falar sobre a sua relação com as suas filhas:

Assim, minha relação é assim (riso nervoso) eu tenho contato mesmo assim é de manhã, porque eu trabalho o dia todo, ou na minha folga, né? Porque eu trabalho assim direto, não tenho muito tempo, né? Quem fica com as crianças é a minha mãe. Ela sempre me ajudou a cuidar delas, desde quando a Jéssica era pequena. (Carla)

A luta pela sobrevivência material, no caso das famílias pobres chefiadas por mulheres, conflita com as exigências atribuídas ao papel tradicionalmente delegado à mãe, que demanda bastante tempo, o que gera desgastes físicos e psíquicos, reforçando muitas vezes um sentimento de culpa:

A dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a limitação financeira, agravada pelas extensivas horas de trabalho geralmente mal remuneradas, é uma questão relevante na vida dessas mulheres. Essas mulheres vivenciam um sentimento de culpa em relação aos cuidados com os filhos e à atenção que lhes dispensam, especialmente aquelas que trabalham fora em tempo integral. A sobrecarga de responsabilidades, que se expressa em um acúmulo de papéis (provedora, funções domésticas e criação dos filhos), gera um sentimento de mal-estar, de estar permanentemente em falta com seus filhos (COSTA e MARRA, 2013, p. 145).

O auxílio da sua mãe é fundamental para a manutenção da família. No Brasil, tem sido cada vez maior a participação das avós na criação dos netos. A pesquisa da antropóloga Clarice Ehlers Peixoto (2005), sobre gênero, família e trabalho, aponta para o fato de que quando as mães trabalham fora de casa a tarefa de “ficar” e “cuidar” das crianças fica por conta da avó. Esse estudo também mostrou que apenas 6,6% das mulheres de baixa renda que trabalham fora de casa, conseguem pagar alguém para auxiliá-las no cuidado com os filhos. Isso resulta na presença quase automática das avós como auxiliares das filhas, assumindo a tarefa de prover e educar os netos.

Apesar do apoio da mãe, a entrevistada afirma ser o homem e a mulher da casa. Pergunto se ela tem algum companheiro e ela responde negativamente com a cabeça, e somente depois começa a falar:

Não. Não tenho ninguém! Ele se envolveu com o crack. Ele começou a usar, aí eu não quis mais ele na minha vida, foi assim. Aí agora ele vive com a mãe dele. Ele é o pai das minhas gêmeas e da pequena. Aí eu não quis mais ele não, não quis aceitar ele. Não quis ajuda e eu também não queria ficar com ele dentro de minha casa, né? Preferi ficar sozinha. (Carla)

Sobre o pai da sua primeira filha, Jéssica, ela disse que nunca viveram juntos, e apesar de morarem na mesma região, não têm contato, nem ela, nem a filha. Perguntei com o que ela trabalhava, e respondeu:

Eu trabalho na área de limpeza, hospital. Trabalho sábado, domingo feriado, trabalho esses dias todos, tenho uma folga por semana. (Carla)

Dona Carla permanece a maior parte do tempo de cabeça baixa, e fala num tom quase inaudível. Poucas são as vezes que levanta o rosto na minha direção. Em alguns momentos pergunto se está tudo bem, e se ela deseja continuar a entrevista. Ela sempre me diz que sim.

Peço para ela falar um pouco sobre o sentimento de ser mãe. Ela esboça um sorriso nervoso e fica em silêncio. Depois de alguns segundos responde: “Ah, eu... Eu não pretendia ter tudo isso de filho, mas se Deus mandou, né? Mas sou feliz de ser mãe, graças a Deus” (Carla).

Ao indagar com quantos anos ela teve a sua primeira filha, Dona Carla me diz: “Tive a minha primeira gravidez com 17 anos.” (Carla). Insisto com a pergunta sobre o que é ser mãe para ela, e mais uma vez ela silencia. Passado alguns segundos diz de forma cabisbaixa: “Ah... Não sei responder, não sei... É muito difícil!” (Carla)

Diante daquilo que era dito, mas principalmente a partir do que não era dito, mas mostrado pelas das expressões físicas daquela jovem senhora, pude imaginar o quanto tudo era realmente difícil. O contexto socioeconômico da sua região de origem e onde ela vive até hoje, com índices consideráveis de violência e empobrecimento, a experiência de ser mãe ainda na adolescência e a responsabilidade de hoje, ao ser a provedora de quatro filhas, tendo que lutar pela sobrevivência material de todas elas, sem o apoio de mais ninguém. E, além de tudo isso, conviver com o fato de ter uma filha adolescente vivendo em situação de rua.

Dona Carla, depois de um longo momento de silêncio, e visivelmente emocionada e nervosa, começa a falar da sua trajetória com a filha de quatorze anos, que vive em situação de rua:

A grande preocupação da minha vida é a minha mais velha. O nome dela é Jéssica, ela tem quatorze anos. Ela começou a ir pra rua devido umas amizades na escola. Ela começou a ir pro farol, vender bala, com essas meninas. Eu nunca mandei ela vender balas. Ela ia com umas meninas. Aí ela começou a ir pro centro de Santana. Aí de lá ela conheceu outras pessoas, outras crianças e foi indo lá pro centro da cidade. Aí de lá, não veio mais. (Carla)

É importante destacar que o processo de saída para as ruas não ocorre, na grande maioria das vezes de maneira repentina ou abrupta, mas paulatinamente (GREGORI, 2000; LUCCHINI, 2003; OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, 2008).

O caso da adolescente em questão é um exemplo de como em muitas situações o menino ou a menina vai aos pouco se afastando de casa e se vinculando ao espaço da rua. Pergunto sobre idade em que a menina começou a partir, para a rua, e ela me responde: “Onze anos. Ela começou a acompanhar as amiguinhas com onze anos. Tem três anos que ela tá nessa vida”.

Quero saber se nesses três anos a Jéssica sempre manteve contato com ela. Dona Carla responde:

Ela costuma ligar sempre pra casa da minha irmã, né? É a única pessoa que liga a cobrar lá é ela. Quando ela quer ligar ela liga, ela fala que vai vir pra casa e nunca vem, mas assim, no dia da minha folga eu vou sempre, toda minha folga eu vou lá no centro e vejo ela. Antigamente, eu chegava la na rua e pegava ela à força e trazia, mas agora eu não faço isso porque já fui agredida lá também pelos menores, né, de lá do começo. Agora eu vou lá, vejo a situação dela, pergunto se ela quer alguma coisa, se eu tenho dinheiro eu compro algum lanche, alguma coisa deixa pra ela lá, mas... aí eu falo “você não quer ir comigo pra casa? Eu não vou pegar você à força”. Aí eu deixo ela lá, mas ela sempre fala “ah, eu vou ir tal dia em casa, porque eu to com saudade das minhas irmãs, da minha vó, das minhas tias e da senhora”, mas só que ela não volta. Já tem dois meses já que ela não vem pra casa. (Carla)

O vínculo da adolescente com a família, mesmo fragilizado, existe, e é mantido de várias maneiras. Uma ligação a cobrar, é uma forma de dizer para os parentes que está bem e matar um pouco a saudade de alguém da família. Na minha experiência como educador social, por diversas vezes ouvia dos meninos e das meninas o seguinte pedido: “Tio, liga para minha mãe...”. Dentro da metodologia

de trabalho da AACRIANÇA com as crianças e adolescentes em situação de rua, aprendemos que é preciso respeitar o momento e o tempo de cada um deles. Muitas vezes, aproveitávamos desse instante em que o menino ou a menina pedia para ligar para a sua família para perguntar sobre a sua relação com a família, o seu contexto doméstico e dessa forma entender melhor a realidade daquele atendido.

O relato de Dona Carla revela mais uma vez uma situação de total desespero de uma mãe frente ao contexto no qual a sua filha se encontra vivendo na rua. Diante da falta de apoio, ou de uma solução efetiva que resolva o seu problema, ela utiliza dos recursos disponíveis, mesmo podendo não ser os mais adequados, para levar a sua filha adolescente de volta ao convívio familiar.

No primeiro momento, há uma tentativa desesperada de, através do uso da força, conduzi-la para casa. A reação do grupo de crianças e adolescentes que acompanhavam a sua filha Jéssica, a sua família de rua, não foi das melhores, e Dona Carla acabou sendo exposta à uma situação de risco. Acabou sofrendo agressões:

Foi complicado. Eu fui num dia... Eu tinha passado mal porque eu tenho problema de pressão, aí eu fui no hospital, mediquei, tomei medicação e fui lá né, no centro. Aí cheguei, peguei ela pelo braço, fui trazendo, ela tava sob efeito do thinner, aí tinham outras crianças junto com ela com o efeito da droga também, né, aí eu falei que ia levar ela de qualquer jeito, aí os meninos falaram, “você não vai levar ela embora, não, ela vai ficar aqui com nós, ela vai ficar aqui, você não vai levar ela a força, se você levar vai apanhar”. Aí eles vieram pra cima de mim, puxaram minha bolsa e a sacola que tava com meus exames, jogaram no meio da avenida, aí o pessoal que tava no ponto de ônibus chamou uns policiais que estavam por lá. O polícia olhou e nem foi lá. Ai o pessoal do ponto de ônibus que me ajudou.
(Carla)

Pergunto-lhe qual foi o seu sentimento naquele instante e ela me diz:

Ah... Eu fiquei muito triste naquele dia, porque eu nunca imaginei que ia acontecer aquilo comigo. Porque eles já sabiam, não era a primeira vez que eu tinha ido lá, eles já sabiam que eu era a mãe dela, mas acho que por causa do efeito da droga né, que eles estavam. Minha filha também tava no efeito do thinner, também, não falava nada, só mandava eu soltar ela, que ela queria ficar lá, que não queria vir embora. (Carla)

Por meio desses depoimentos, é possível desenhar o contexto de total abandono e violação dos direitos sociais fundamentais, no qual as populações mais

empobrecidas se constituem as principais vítimas. A existência de crianças e adolescentes que fazem do espaço da rua o seu lugar de moradia e de sobrevivência já é por si só, um dos mais cruéis exemplos da injustiça social que assola esse país (FRONTANA, 1999; RIZZINI, 2003; LEME, 2004, OLIVEIRA, 2008).

A exposição às drogas e a todos os riscos a ela associados não é certamente um fenômeno que atinge apenas crianças e adolescentes em situação de rua no país, estando presente em todas as camadas sociais, nos mais variados níveis, mas tendem a ser mais danosos no caso dessa população específica, como elemento que amplia a sua condição de vulnerabilidade e o seu estado marginal. Na verdade, comprometem de maneira irreparável seu desenvolvimento biopsíquico e social.

De acordo com o último Levantamento Nacional sobre o uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, de 2003, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), nas 27 capitais brasileiras, constatou-se que em todas elas existiam meninos e meninas em situação de rua, sendo que parte significativa desse contingente fazia uso de algum tipo de substância ilícita. A pesquisa mostrou que 88% dos entrevistados afirmaram já ter utilizado algum tipo de droga na sua vida, e 71,7% disseram ter feito o uso de drogas nos últimos 30 dias que antecederam a pesquisa (CEBRID, 2004). Dado esses altos índices, é possível notar que, no caso das crianças e adolescentes em situação de rua, o uso de substâncias psicotrópicas não pode ser visto com um fenômeno esporádico, ou eventual, mas sim como um grave problema que se faz presente no cotidiano dessa população, comprometendo o seu pleno desenvolvimento e ampliando a sua situação de exclusão.

Alguns estudos realizados na última década analisam especificamente os contextos do uso de drogas entre meninas e meninos em situação de rua no Brasil (KUCHENBECKER, 2000; MOURA, 2003; NEIVA-SILVA, 2008). Eles investigam o impacto do uso de drogas nas vidas dessas crianças e adolescentes; a relação entre os distintos padrões de uso e os fatores de risco e proteção associados e o perfil dos usuários segundo os distintos agrupamentos relativos ao uso de drogas.

O uso do “thinner” segundo Dona Carla foi o que justificou a agressão sofrida por ela na rua, pois os meninos e as meninas agiram sob o efeito do inalante. Essa afirmação coincide com dados de algumas pesquisas que apontam o solvente como

a principal substância ilícita utilizada por essa população, sendo também a primeira droga utilizada na trajetória desses sujeitos (NEIVA-SILVA, 2008, p.18). O expressivo aumento do uso do crack entre crianças e adolescentes em situação de rua e os múltiplos fatores de risco associados a isto também são abordados nesses estudos.

A imagem de uma jovem mãe sem rumo, que tenta solitariamente, a todo custo, resgatar a sua filha das ruas e das drogas, e que mesmo sendo agredida, não desiste de recuperá-la, simboliza esse senso de responsabilidade extremo que é atribuído às mães, e que por elas é assumido, como um fardo que cabe somente a ela carregar. A expressão popular: “quem pariu Mateus que embale”, é a síntese desse sentimento que perpassa o inconsciente coletivo e que delega àquela que pariu, no caso a mãe, a missão de cuidar e proteger o seu rebento por toda vida.

A postura dos policiais, que não a socorreram no momento da agressão, é bem sintomática e expressa um sentimento que é muito comum nas populações mais carentes, a de que a polícia não cumpre a sua missão de proteger a todos igualmente. Sergio Adorno e Nancy Cardy (1999) apontam em seus estudos sobre a violência em inúmeros casos de abusos cometidos contra as populações desprovidas de proteção legal. Eduardo Machado e Ceci Noronha (2002) também analisam o fenômeno da violência policial nas classes populares urbanas como uma realidade constante e legitimada pela ideologia da ordem.

O dualismo presente na sociedade é reproduzido também na ação policial. Há uma polícia para os pobres e outra para os ricos, porém todas irão agir de acordo com os interesses do segundo grupo. O caráter repressivo e punitivo que caracteriza a ação policial contra as classes subalternizadas pode ser muito bem ilustrado no documentário do cineasta João Moreira Salles, intitulado “Notícias de uma Guerra Particular”, realizado em 1997 e veiculado a partir de 1998. O documentário aborda o narcotráfico na favela carioca de Dona Marta, nele o policial fala a um morador da favela: “Olha, meu amigo, eu não quero saber se é velho, criança, aleijado, eu meto o cacete mesmo e não quero que ninguém fale nada”.

Além da violência física, muitas vezes letal, existe outro aspecto também danoso e na mesma medida fatal na relação da polícia com as camadas populares, é o descaso e a indiferença frente às necessidades dessas populações. Diante de

um trágico caso de assassinado de um adolescente em situação de rua, em dezembro de 2014, no centro da cidade de São Paulo, um grupo de pessoas ligadas a organizações de Direitos Humanos foi buscar informações sobre a investigação policial sobre o caso, ouviu de um agente de polícia a informação num tom desinteressado de que não havia o que investigar, foi um acerto de contas entre “eles”.

O homicídio de um adolescente no centro da maior cidade do país foi totalmente ignorado não somente pela polícia, mas por todos de maneira geral. Não saiu na grande mídia, não virou notícia, não chocou a opinião pública. Numa outra situação que considero emblemática dessa prática de ocultamento de situações de violentas, e que compõe um daqueles casos que me motivaram a desenvolver essa tese, foi a de uma mãe que teve o seu filho, também em situação de rua, assassinado logo após um dos seus retornos à sua comunidade de origem. Esse adolescente foi morto por um grupo de criminosos que dominavam o tráfico local e, no instante em que eu e outro educador fomos visitá-la, pouco tempo depois do ocorrido, ela nos recebeu em sua casa simples, e nos disse que ela sabia quem havia assassinado o seu filho: Na verdade todos sabiam, até a polícia sabia, mas isso não interessava a ninguém: “A minha dor não interessa a ninguém!”.

Todas essas histórias revelam o sofrimento de uma parcela da população numa sociedade que, em nome da ordem produz injustiças (RAGO, 1985; SANTOS, 2006). À Dona Carla restou o apoio de alguns transeuntes que tentaram levá-la daqueles que também são as maiores vítimas desse sistema reprodutor de desigualdades. “Oh, vós todos que passais pelo caminho, parai e vede se há dor semelhante à minha dor”. (Liturgia Católica da *Via Crucis*).

Apesar de todas as dificuldades essas pessoas buscam estratégias para superar os seus desafios e encontrar sentido para continuar tocando a vida para frente. Em relação à nossa entrevistada, é importante frisar que mesmo depois da experiência traumática que vivenciou na rua com a sua filha, ela não desistiu de tentar levá-la de volta para casa. Não mais a partir do uso da força, mas sim na tentativa de se criar um canal de diálogo e de, aos poucos, convencê-la a voltar para o convívio familiar. Do outro lado, a adolescente também joga, e sempre diz para a

mãe que está com saudade de todos e que logo voltará para casa. E assim vão tocando a vida.

Como muitas outras mães que vivenciam o mesmo dilema que ela, Dona Carla não desiste da sua filha, mesmo reconhecendo que há momentos em que a vontade é de abandoná-la à própria sorte. A maior prova da persistência dessa mãe está no fato de que a adolescente está em situação de rua há cerca de três anos e, segundo ela, nesses três anos, ela se entregou a essa busca, nas ruas do centro de São Paulo, em todas as suas folgas. Nunca ficou uma única vez num dia de folga sem ir atrás da Jéssica:

Ah, eu já tive vontade de abandonar. Teve uns tempos que eu falava pros pessoal do Quixote que eu ia abandonar ela, deixar ela lá, porque não tava aguentando mais, é muito sofrimento. Mas aí eu falo da boca pra fora, né? Aí chega na hora assim, no dia da minha folga eu falo “ai, hoje eu não vou lá”, mas ai depois dá uns cinco minutos eu me arrumo e sai pra lá, vou atrás dela, Mas já tive vontade de desistir, de deixar ela lá. Ah, eu me sinto mal. Eu já tive... uns tempos em que eu ia atrás dela, eu já tive vontade de ficar lá e não voltar mais pra casa, eu já tive, vontade de sumir no mundo, eu acho mas... depois que eu fiquei pensando, “não, eu não posso fazer isso porque eu tenho as outras que precisam de mim também, né?”. Mas é complicado... Eu tive sim, vontade de sumir no mundo e deixar...
(Carla)

Eu perguntei o porquê dessa vontade de sumir e ela me diz:

Ah, porque eu vejo ela nessa situação e tipo, eu não acho um apoio de nenhuma pessoa, ninguém pra me ajudar, um lugar pra, já que eles arrumam internação, sei lá, alguma coisa pra acolher ela pra ela não ficar nessa situação na rua, né? (Carla)

Dona Carla se sente triste porque apesar de todos os seus esforços, a sua mãe a culpa pela situação em que a neta se encontra e a acusa de tê-la abandonado:

Assim, pra ir atrás dela só eu. Minhas irmãs não vão. A única pessoa que vai assim comigo é o meu sobrinho. A minha mãe é assim, ela fala, fala, fala, mas nunca vai atrás. Igual, eu não falo muito com minha mãe sobre isso, né? Assim, falo pouco. Eu tento fazer de tudo, nos dias que to trabalhando, ligo pro Travessia, eu ligo pro Quixote e ela acha que eu não ligo, que não faço nada. Mas ela não pergunta pra mim: “você ligou pro pessoal? Você falou isso ou aquilo?” Ela não pergunta e também não liga, mas aí do tipo, fala que eu

abandonei (choro). Mas eu não abandonei não, porque toda vez eu vou no centro e também ligo pra Thaís, ligo pro pessoal do Quixote, falo que to indo lá, falo que encontrei ela e quando eu vou no centro e não encontro ela, ligo perguntando se eles viram ela. Eu só tenho uma amiga que também me ajuda muito, ela trabalha na República, aí quando ela pode ir lá onde tá a menina ela vai ver ela, e me traz notícia. Ela é a única pessoa que me ajuda, as minhas irmãs não. Eu tenho uma irmã que me fala que não tem obrigação de ir, que ela não é mãe dela, que quem tem que ir é eu. Mas eu nem peço, eu mesmo vou... Então é só eu mesmo. (Carla)

Além de toda a pressão externa, existe também uma forte tensão intrafamiliar, imputando-lhe a responsabilidade pelos insucessos de sua filha, ao mesmo tempo em que lhe falta a solidariedade das irmãs e da mãe. Em nenhum momento a entrevistada faz alguma referência a uma presença masculina na família, exceto o sobrinho do qual ela não especificou a idade, mas aparece como alguém que vai acompanhá-la. A solidariedade é externa à família (ONGs e amiga) que são os que atualizam as notícias sobre a situação da sua filha na rua.

Durante vários momentos da entrevista a Dona Carla se mostrou bastante emocionada, chorando algumas vezes inclusive. Mas nesse instante, em que se referiu ao fato de ser responsabilizada pela mãe quanto à situação da filha, houve um choro copioso e demorado.

Dona Carla fala das vezes em que está na rua com a Jéssica e os próprios meninos em situação de rua aconselham a sua filha a voltar pra casa:

Ai Jessica, você é besta, vai pra casa, você tem mãe, você tem família, sua mãe vem sempre atrás de você, vai pra casa. Ela até vem. Fica uns dias, mas depois volta tudo de novo, à estaca zero de novo. Ela já ficou três meses, quase quatro meses sem vir em casa. Assim, eu indo atrás dela e tinha vezes que eu nem encontrava ela, é que eles não ficam só num lugar, né? Eles ficam em vários lugar, né? No tempo da Copa que foi difícil, que eu andava, no tempo da copa eu não achava nenhuma criança, nem as outras que eu já conhecia eu não via. Eu falava, “meu Deus do céu, será que tá viva, sei lá onde tá, né?”. Depois descobri que ela foi levada pra uma casa de acolhida em Parelheiros. Eu só descobri porque foi um pessoal atrás de mim. (Carla)

A percepção desta mãe sobre o que ocorreu com as crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo no período do evento da Copa do Mundo de Futebol confirma o que havia sido denunciado por diversas organizações de Direitos Humanos, que alertavam para a ação higienistas das diversas esferas do

Estado, em nível estadual e municipal. Estes agiam deliberadamente para afastar a população em situação de rua dos pontos turísticos do centro da cidade. O fato de a adolescente ter sido levada para um abrigo no extremo da zona sul da cidade, dificultando a volta, é a prova cabal dessa política.

Mas o pior ainda viria por acontecer. De acordo com a entrevistada, esse pessoal que foi até a sua residência era do conselho tutelar da sua região: aí foi quando o conselho tutelar chegou a ir na minha casa e falou que eu ia perder a guarda dela (Jéssica) e das minhas outras filhas. O conselheiro falou isso pra mim. (Carla).

Eu perguntei sobre qual era a argumentação desse conselheiro e Dona Carla respondeu:

Não sei, ele pegou e disse que devido ela, que vivia assim, e ela foi encontrada nesse abrigo eu ia perder a guarda das minhas outras filhas. Ele disse que a filha era minha e que a responsabilidade era mim e ninguém tinha nada a ver com isso. Eu fiquei louca, e falei que ele não podia falar isso não, porque o problema era com ela e não com as outras, né? Que as outras estudam, graças a Deus, vão pra escola direitinho, mostrei que tomam vacina direitinho, inclusive mostrei o cartão de vacina da mais velha também e disse, a única coisa é a Jéssica. Mas nem ela eu abandono.

E ela continuou:

Ah, eu fiquei com medo, né? Eu falava “nossa, eu não tenho vício, trabalho, nem durmo de tanta preocupação com as minhas filhas e o conselheiro chega na sua casa e fala que você vai perder a guarda de suas filhas? Qual mãe que aguenta uma coisa dessa?”. Ficou meio difícil, mas aí esse conselheiro eu conhecia ai pedi pra nora dele, que me conhecia ir falar com ele que eu sou uma pessoa de bem, e ela chegou a falar com ele assim: “a filha dela é que é assim, ela não, ela trabalha, eu conheço ela há muito tempo, ela não, não é uma pessoa má... você pode chegar e perguntar pros vizinhos como é a situação dela que o pessoal vai falar”. Vixi, nossa eu fiquei com medo, perder a guarda das minhas outras meninas? Isso não! (Carla)

É importante salientar que, apesar de todos os avanços nos marcos legais no reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, muitas práticas institucionais ainda se desenvolvem a partir de uma perspectiva repressiva

e punitiva, atribuindo à família a total e absoluta responsabilidade no cuidado e proteção da criança e do adolescente.

A Constituição Federal de 1988 inaugura uma nova história na defesa dos direitos da infância e da adolescência no nosso país. Os artigos 226 e 227 incorporam a lógica da proteção integral, em que as crianças e os adolescentes são titulares de direitos, além de destinatários de absoluta prioridade, respeitando-se a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2004; MENDES, 2006; OLIVEIRA, 2008).

Uma vez que esse segmento da sociedade não dispõe de meios próprios para a sua autodefesa, a nossa Carta Magna introduz a participação efetiva da Família, da Comunidade, da Sociedade e do Estado, definindo-os como verdadeiros defensores desses direitos (MENDES, 2006, p. 10).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (ARTIGO 227, CF/1988).

A Constituição cria as bases para a Elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, o qual preconiza e regulamenta todo o direito, inerente às crianças e aos adolescentes, brasileiros ou naturalizados, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos. Também o ECA estabelece a corresponsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado na proteção e efetivação dos direitos desta população e também incorpora entre os direitos fundamentais a convivência familiar e comunitária.

A elaboração do Plano de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em 2006, e mais recentemente, a promulgação da Lei nº 10.012, de 2009, conhecida como a “Lei da Adoção”, são exemplos dos esforços feitos para que esse direito essencial seja garantido, cabendo ao Estado e à sociedade a coparticipação nesse processo, por meio do atendimento das peculiaridades e da garantia da proteção social aos núcleos familiares, por políticas públicas e de redes sociais.

A postura do conselheiro tutelar vai totalmente de encontro aos princípios e marcos legais presentes no nosso ordenamento jurídico, e também viola o Paradigma Contemporâneo da Doutrina da Proteção Integral que vê a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Direitos estes que lhes são inalienáveis e essenciais para o seu pleno desenvolvimento biopsíquico, social, profissional e cultural.

Essa violência institucionalizada é extremamente perversa, na medida em que viola duplamente os direitos daqueles seguimentos mais fragilizados social e politicamente. Num contexto no qual o Estado e a sociedade não cumprem a sua parte no apoio e fortalecimento do núcleo familiar, principalmente daquelas famílias que estão numa situação de maior vulnerabilidade, o que já representa, mais do que uma ilegalidade, uma violência cruel contra os que mais necessitam, são desenvolvidas de maneira sistemáticas ações como esta praticada pela instituição conselho tutelar, de culpabilização e marginalização desses segmentos subalternizados.

Num universo de total desamparo, resta ao “indefeso” criar estratégias para se defender, não necessariamente a partir dos mecanismos legais, até mesmo porque tendo em vista a sua experiência pessoal, a lei que devia lhe proteger é comumente utilizada para lhe atacar. Recordando o clássico de Ariano Suassuna, *O Alto da Compadecida*, no qual a Compadecida aparece como a grande advogada do indefeso e indefensável João Grilo, a sua frase na hora derradeira em que o diabo queria levá-lo para o inferno talvez sintetize o que muitas pobres vivenciam no seu dia a dia: Não, porque eles lhe exploravam! A esperteza é a coragem do pobre! A esperteza era a única arma que você dispunha contra os maus patrões (ARRAES, 1999).

Ao se aproximar da família do conselheiro tutelar e usar a sua nora como testemunha da sua boa índole, Dona Carla encontrou uma alternativa doméstica para se livrar do risco de perder a guarda das suas filhas. Muitas vezes a lei é propiciada em caráter particular, já que as instâncias responsáveis por sua garantia são míopes, ou cegas, e não garantem a proteção devida.

Dona Carla volta a falar sobre o motivo que a leva a não abandonar a Jéssica: “Ah, ela é minha filha, minha menina. Eu fico pensando, é só eu, ela tem só eu, não

tem mais ninguém”. Nesse instante, mais uma vez vem um choro amargurado e um silêncio que só é interrompido pelo seu soluço.

Eu lhe pergunto: “A senhora se sente culpada?”. No que ela me responde entre as lágrimas: “Não sei, isso eu não sei dizer... Muita gente diz que sim, mas eu mesmo não sei não (*choro*)”.

Pergunto sobre o seu maior medo e ela me diz:

Meu medo? Ah, eu não durmo de preocupação, eu tenho medo de um dia, assim, me ligar alguém e falar que ela tá morta! Meu medo é esse. Ela é só uma menina... Porque na rua, a pessoa que vive na rua corre todo tipo de risco, imagine uma menina? Tem muita gente que tem maldade, né? Ela é só uma menina, então meu medo é esse (*choro*).

Agradei a Dona Carla pela entrevista e, neste instante, ela se levanta e me abraça. E naquele instante me senti solidário com o sofrimento daquela jovem mãe, e também naquela noite, como ela, eu não consegui pegar no sono.

“(...) Olhai e vede, se há dor semelhante à minha dor!”. (Cântico de Verônica – Liturgia Católica da *Via Crucis*)

3.4 A HISTÓRIA DE DONA MARIS

O meu guri

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar

Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice, ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí! Olha aí! Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega

Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar

Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar
Olha aí, Ai, o meu guri, olha aí...

Chega no morro com carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador

Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos está um horror

Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar

Olha aí! Ai, o meu guri, olha aí...
Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais

O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo eu não disse, seu moço!
Ele disse que chegava lá

(O Meu Guri, Chico Buarque de Holanda, 1981)

Esta terceira entrevista teve um sentido especial para mim, pois o contato com a nossa entrevistada, diferentemente dos outros sujeitos da pesquisa, remonta ao início do meu trabalho como educador social na AACRIANÇA, no final dos anos de 1990.

Esta, que neste trabalho responderá pelo nome de Maris, é a mãe de dois dos primeiros meninos atendidos, com os quais atuei como educador social, nas ruas do centro de São Paulo, em 1998. Sem dúvida, uma dessas mães que, durante todos esses últimos anos, me impressionaram e me provocaram a refletir sobre essa temática e a elaborar esta tese.

O nosso encontro se deu no CEDECA-SÉ, no final do expediente - único horário possível para Dona Maris - que também estava saindo do trabalho. Mais uma vez, contei com a presença da assistente social Claudia Arantes.

Dona Maris é uma mulher negra, de estatura média e bastante sorridente. Ela chegou às 18 horas, conforme havíamos combinado, e já foi dizendo que conhece o CEDECA-SÉ há tanto tempo, que já parece de casa. Depois de uma forte gargalhada, olha para nós dois e diz:

Vocês ainda estão por aqui? Parece que vocês enterraram o umbigo de vocês nesse trabalho (risos). É muito problema, não sei como vocês aguentam esse povo todo na cabeça de vocês (risos). (Maris)

A observação inicial de Dona Maris é válida, pois tanto eu quanto a Claudia chegamos a AACRIANÇA em 1998 e somos os únicos dessa época que permanecem na instituição.

Comecei explicando sobre a pesquisa e confirmando com ela o seu livre interesse em participar da entrevista. Dona Maris aceitou participar e se mostrou muito disposta para falar sobre a sua vida: “A minha história vocês já conhecem, mas pode perguntar qualquer coisa que eu respondo e, se puder ajudar, fico bem contente!” (Maris).

Pedi que dissesse o nome e a idade: “Meu nome é Maris e tenho 44 anos”. (Maris)

Solicitei que falasse sobre a sua vida, onde nasceu e como foi a sua infância. Dona Maris respondeu:

Bom, a minha infância é meia... foi meio complicada, né? Mas eu nasci aqui mesmo em São Paulo, mas fui pra Bauru. Eu fiquei lá em Bauru, e aí minha mãe me internou, eu e minha irmã, e veio pra São Paulo. Deixou nós num colégio interno lá em Bauru. Minha mãe não tinha como cuidar de nós e veio pra São Paulo trabalhar em uma casa de família. Quando eu já tinha uns doze anos, eu acho é que ela voltou pra Bauru atrás de nós, aí nós já tava internada aqui em São Paulo. Daí pra frente foi só colégio interno e FEBEM. Não tive bem dizer, infância, não tive... não tive criação de pai e de mãe, fui, fui sozinha no mundo. Aí foi quando eu fiquei na FEBEM. (Maris)

Pergunto se ela teve algum tipo de contato com o pai, no que ela me responde:

Contato mesmo a gente não teve, nem com minha mãe. Eu fui ter contato com a minha mãe eu já tava com dezessete pra dezoito anos. Foi logo quando eu já tive a minha primeira filha. Mas a minha mãe – também não culpo ela, não – porque ela morou também mais de vinte anos na casa de família e não tinha pra onde levar a gente. E na casa de família você não pode levar filho, tem família que não permite levar filho. E era eu e minha irmã. A gente sabia que o meu pai morava na Vila Matilde, só que ele, ele não podia... ele até queria criar a gente, mas tinha a madrasta. A gente já tava grandinha e toda vez que a gente ia lá era uma briga, então a gente pra não atrapalhar o casamento dele, então a gente resolveu evitar de ir lá atrás dele. Era melhor, então já que a gente viveu tanto tempo sozinhas, depois de grande, vai querer viver com pai? Então nós fomos nos criando assim. A minha irmã teve até contato com meu pai, porque quando ela engravidou, meu pai pegou ela, eu já não tive contato com ele assim. (Maris)

Dona Maris fala com muita fluidez e desinibição sobre a sua trajetória de vida. Sem dúvida, o vínculo que já existe entre nós facilitou essa nossa interlocução. Ela fala com clareza de cada acontecimento, com a preocupação de explicar alguns detalhes. Além da voz clara e firme, há toda uma linguagem gestual que acompanha cada palavra que ela diz.

Já no início da entrevista, ela destaca a sua história da institucionalização precoce e do pouco contato familiar que tanto ela quanto sua irmã tiveram na infância. Essa institucionalização se deu devido à carência material de sua família, no caso a sua mãe, para cuidar das suas filhas, levando-a a deixá-las sob tutela de uma instituição de assistência.

Essa prática era comum, e motivada pela legislação da época, que considerava as crianças e adolescentes em condições de desamparo moral e material como em situação irregular, e devendo por isso ser tratadas e protegidas pelo Estado.

O Código de Menores de 1927 surge como a primeira lei sistematizada e voltada especificamente para a criança e o adolescente. Consolidado em 12 de outubro de 1927, por meio do Decreto número 17.943-0, o Código teve como

objetivo dar assistência e proteção aos menores, especificamente aos que se encontrassem em estado de abandono ou delinquência:

Art.1º - O menor, de um ou de outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código (BRASIL, 1970, p.490-491).

Segundo Londoño (1991), o termo menor passa a fazer parte do vocabulário jurídico brasileiro, a partir desse momento, para referir-se e indicar a criança e o adolescente em relação à situação de abandono e marginalidade, além de marcar sua condição civil e jurídica bem como seus direitos (LONDOÑO, 1991, p. 129).

A Doutrina da Situação Irregular também será adotada no novo Código de Menores, promulgado em 10 de outubro de 1979 (Lei 6.697/79). De acordo com Faleiros (1995):

O Código de 1979 define como situação irregular: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim, as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância (FALEIROS, 1995, p. 81).

A pobreza passa a ser um agravante e as famílias nessas condições, são penalizadas pela sua própria miséria. Sem o devido apoio social, muitas famílias perdem o direito de conviver com seus filhos. Em alguns casos, devido à ausência de estrutura material, se veem obrigadas a deixá-los sob a tutela institucional até que consigam um meio de buscá-los.

Parece que foi este o caminho tomado pela mãe de Dona Maris, que deixou as suas filhas num abrigo e foi trabalhar como doméstica numa casa no bairro da Vila Mariana. Lá ela morava e servia à família, mas não podia levar suas filhas. Muitas dessas histórias nos remetem a um tipo de escravidão moderna, em que as empregadas domésticas trabalham diuturnamente a serviço das famílias de classe

média, em condições desumanas e ganhando salários vergonhosos, muitas vezes sem a menor proteção previdenciária e trabalhista. Cozinham, lavam, passam, cuidam das crianças e fazem parte diretamente do dia a dia dessas famílias, sem que isso signifique uma proximidade que lhes traga algum tipo de reconhecimento. O que interessa é o seu trabalho e a sua dedicação a esse novo modelo de casa grande, nem que para isso tenham que sacrificar o convívio com a sua família. No caso da mãe da nossa entrevistada, foram vinte anos servindo a mesma família.

Ela fala da ausência de contato com o seu pai, mas o isenta de qualquer responsabilidade, pois atribui à falta de um contato maior com o seu genitor a sua madrasta.

Dona Maris fala do seu sentimento de ter sido abrigada pela mãe:

Lembro do dia em que a mãe falou: "Eu não posso ficar com vocês, eu vou trabalhar em casa de família, e eles não aceitam". Então a gente foi ficando, ficando... A gente não queria ficar mais lá. Ah, eu sentia um pouco assim, de revolta, um pouco né? Mas depois de um tempo também, mas hoje quando a gente já é grande, e já é mãe, a gente entende um pouco. A situação dela, porque ela também não tinha moradia, ela era sozinha, não tinha onde por a gente, então a situação dela era internar mesmo... Então, que nem hoje em dia ela pede perdão por ter abandonado a gente, isso e aquilo, mas pra mim isso é coisa passada. A gente não pode viver do passado. Eu sofri muito, eu e minha irmã sofremos muito. Porque a gente queria apoio da família, né, de alguém. Tão ruim você não ter pai nem mãe pra contar isso, contar aquilo, é que nem eu falo pros meus filhos hoje, "vocês têm que agradecer, tudo bem, não tem pai, mas tem mãe!".
(Maris)

O discurso de Dona Maris mostra que ela, com o passar do tempo, conseguiu ressignificar a sua experiência de abandono e dar um sentido novo para a sua vida, inclusive utilizando atualmente a trajetória pessoal como um exemplo para os filhos. Ela não deixa, todavia, de reconhecer que tudo o que viveu lhe trouxe muita dor e sofrimento, para ela e para a sua irmã. É preciso, entretanto, perceber que, durante muito tempo, o fato de ter sido abrigada por sua mãe numa instituição de assistência a crianças e adolescentes carentes, com todos os desdobramentos que se seguiram a partir daí, produzia nela uma revolta. Segundo ela, a questão já foi superada e ela não cita na mesma proporção algum tipo de revolta com o pai, mostrando que o

abandono paterno é mais tolerável, já no caso da mãe existe um peso infinitamente maior em seus sentimentos.

A entrevistada comenta o fato de ela e sua irmã terem sido trazidas para um abrigo aqui em São Paulo e de depois terem fugido da instituição, passando a viver nas ruas:

Eu e minha irmã, nós nunca nos separamos, só que hoje ela está pra Recife. Mas sempre fomos juntinhas. Fomos pra Praça da Sé também juntas, ficamos dormindo no “ventinho”... É o ventinho que tem do metrô, lá na praça. A gente dormia lá que era mais quentinho, nós e uma pá de moleques. (Maris)

Sobre essa vivência nas ruas ela diz:

Minha vida na rua, nossa.... aprendi muita coisa, aprendi coisas ruins também, né, só não aprendi usar droga, porque nunca fumei, nunca bebi, mas aprendi a roubar, né, pra poder vestir, comer, porque naquele tempo lá, ninguém dava um prato de comida (risos). Hoje, o povo dá, tem as instituições que dão as coisas, os crentes que dão sopa, mas naquele tempo não dava. Então, você tinha que fazer alguma coisa pra você comer, pra você vestir. A gente andava toda suja, já não tomava banho... tinha aquele projeto que se chamava, lá na Vila Maria, que hoje é a Fundação Casa, mas era o projeto que eles passavam, pegavam a gente na Sé e levavam lá, tomava banho e depois voltava pra rua de novo. Mas na verdade a rua nunca foi boa não. Nunca foi bom. É muito assim, você corre muito risco, de pessoas mexerem com você, que nem, eu corri muito risco, de homem até querer me matar assim porque não quis, não quis fazer o que ele queria... é muito risco. Até que na Sé tinha assim uns rapazes maiores que tomavam conta dos menores lá, então não deixava os outros assim, vim mexer com a gente. Eles falavam, “pode dormir sossegado que ninguém vai mexer”. Então a gente ficava mais sossegada porque tinha uns que cuidavam mesmo da gente, não é, mas tem que se cuidar, né? E menina na rua é mais perigoso que menino, porque menina é mais, você sabe, é fome, é frio, é abuso... Minha irmã estava sempre comigo, tudo que passei a minha irmã passou. Tudo, só que ela foi pras drogas e também engravidou primeiro do que eu. Eu nunca usei droga, mas minha irmã usava. Acho que ela é um ano só mais velha que eu. (Maris)

A nossa entrevistada relata a sua trajetória nas ruas, os riscos, os medos, os delitos e as relações que caracterizam a vida dos meninos e meninas em situação de rua, enfatizando o risco maior para as meninas quanto ao abuso e à exploração sexual.

A prática de infrações nas ruas a levará por diversas vezes para a FEBEM. E nessa rotina entre as ruas e a FEBEM ela fala de uma tia que constantemente ia visitá-la, tanto nas ruas quanto na Instituição:

Quem entrou em contato com a minha mãe pra falar onde a gente estava foi a minha tia que morava no Treme Treme. Aí essa tia sempre teve contato com a gente, ela sempre foi na Sé atrás de nós, sempre foi ver a gente, falava pra gente ir com ela, mas a gente não queria também, porque a minha tia era sozinha, pobrezinha e a gente não queria levar problema pra ninguém. Mas mesmo assim ela sempre ia lá e perguntava para os moleques: “cê viu as meninas, cê viu onde elas estão?”, então o pessoal lá tranquilizava ela e dizia:” as meninas tão bem, elas estão sempre por aqui com a gente”. Ela ia atrás da minha mãe e falava: “as meninas estão em tal lugar assim. A situação das meninas não é boa”. Uma vez ela foi na FEBEM nos visitar e na rua ela ia, levava roupa pra gente, tentava fazer de tudo, mas a gente, né, ficava na rua. (Maris)

Nesse instante aparece uma figura familiar positiva, que apesar de suas limitações materiais, como a própria entrevistada relatou, é alguém que se fez presente e tentou, dentro das suas possibilidades, cuidar das duas irmãs. Dona Maris fala com carinho da sua tia materna. A tia nessa história ocupa o lugar que tradicionalmente é atribuído à mãe, como sendo aquela que apesar da situação dos filhos não os abandona.

Esta tia muito provavelmente vivia em situação de extrema pobreza, pois habitava numa área conhecida em toda a cidade pelas precárias condições de habitabilidade. O Treme Treme era o nome dado aos edifícios São Vito e Mercúrio, que ficavam em frente ao Mercado Municipal de São Paulo, e abrigavam centenas de moradores em situação de vulnerabilidade. Era conhecido como Favela Vertical, dadas às péssimas condições estruturais e de infraestrutura. O conjunto de edifícios foi demolido em 2011, na gestão do Prefeito Gilberto Kassab, como parte do projeto de revitalização do centro da cidade.

Dona Maris fala que viveu na rua dos 12 aos 18 anos e que foi na rua que ela engravidou pela primeira vez. O pai de sua primeira filha, que iremos chamar de Luana, também era um adolescente que vivia em situação de rua:

Fiquei, fiquei na rua até que conheci uma pessoa e engravidei da Luana e fui morar onde? Debaixo do viaduto. Não tinha onde morar, quer dizer nunca tive, não tinha a orientação de ninguém, e você é menina, tem que se proteger, tem que se prevenir disso, daquilo, mas sem orientação, o que fazer? Até que fiquei grávida dela e foi... O pai dela era outro que não valia nada (risos). Ele também vivia na mesma situação que eu, e também vivia preso. Acho que deve está até hoje por aí, porque depois eu fui vivendo sozinha, e não tinha experiência de nada, não tinha orientação de ninguém, aí fiquei morando debaixo do viaduto, sozinha com uma criança. (Maris)

A imagem de dois adolescentes em situação de rua que tentam sobreviver a todo custo, muitas vezes cometendo pequenos furtos e fugindo a todo o momento dos riscos que a vida nas ruas oferece, agora com uma criança e sem nenhum tipo de apoio ou de orientação, é sem sombra de dúvidas algo desesperador. Dona Maris relata que, logo depois do nascimento da criança, o adolescente que era o pai do bebê foi preso. Como já tinha dezoito anos, foi encaminhado para a Casa de Detenção, e aquela adolescente, agora mãe, encontra-se mais uma vez sozinha e com uma criança para cuidar.

Tendo agora uma filha para proteger, a sua primeira providência é sair da rua, pois, segundo ela, seu receio era de que a polícia ou a Vara da Infância tomassem a sua filha. Ela constrói um barraco embaixo do viaduto e vai morar com a sua pequena filha:

A gente foi para debaixo do viaduto Alcântara Machado. Fiquei morando no Alcântara Machado. Primeiro tinha a favela aqui no Brás, aqui na Caetano Pinto. Tinha uma favela debaixo do viaduto do metrô, hoje é uma praça lá, mas antes tinha uma favela lá, aí tiraram o povo de lá, aí não tinha pra onde ir, aí nós fizemos o barraquinho lá na Alcântara Machado. (Maris)

Leme (2004) e Teixeira (2007) apontam para o fato de que, no caso das meninas que vivem em situação de rua, a gravidez pode ser um momento privilegiado para se trabalhar com a adolescente a construção de um novo projeto de vida, diferente da vida na rua. Segundo as autoras, a maternidade pode desencadear o desejo de saída das ruas, que está relacionado com a busca de proteção ao filho e o medo de perdê-lo. Não que necessariamente esta seja a regra, mas não se pode esquecer de que, apesar de algumas delas não terem vivenciado uma experiência positiva de maternidade e sofrido com a ausência materna, há a

internalização e a reprodução das ideologias que colocam a mãe como a grande responsável pelo cuidado e proteção dos seus filhos.

Dona Maris ficou na favela da Alcântara Machado com a sua filha Luana e sobrevivia como podia para criar a sua filha:

Quem me ajudou assim bastante foi a assistente social da creche, que tem ali na estação do Brás. Ela foi lá e viu a minha situação porque eu comecei a puxar carroça também, né, porque eu não estava trabalhando, e não podia também ficar roubando porque já tinha uma criança e aí podia perder ela, daí comecei a puxar carroça. Ai colocava ela dentro da carroça e saía pela Rua Paes de Barros lá, andava lá catando um monte de coisa e assim fui vivendo. O pai dela saiu e veio atrás de mim, mas continuava nas coisas dele. Ah, burrice também a minha, né? Acabei engravidando dele de novo. O pai já não valia nada e tendo outro filho. Daí nasceu o Klebinho. (Maris)

Pergunto qual era a sua idade e ela responde: “Eu já estava com 19, entre 19 e 20 anos, né?” (Maris).

A nossa entrevistada, agora com duas crianças pequenas, e para complicar ainda mais a sua vida, todos os moradores da favela onde ela vivia foram despejados:

Nossa, tinha bastante gente, tinha bastante gente mesmo. Fiquei lá morando um bom tempo. Uns dois anos, mas daí a Prefeitura foi lá e tirou todo mundo. Indenizou a gente com 280 reais (risos), foi tudo que a Prefeitura deu pra tirar o povo do viaduto. Não encaminhou ninguém pra nada, pra lugar nenhum. (Maris)

A situação vivenciada por Dona Maris denuncia a falta de políticas públicas eficazes na área habitacional, que dessem conta do imenso déficit existente neste ponto, além de possibilitar uma vida mais digna a esse contingente enorme de famílias vulneráveis, dada a situação de moradia.

Mesmo com os avanços que foram empreendidos nos últimos anos, mais a criação de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal e outros programas congêneres em níveis estaduais e municipais, o Brasil ainda possui, segundo dados do último Censo do IBGE, de 2010, um déficit de cerca de 5.792.508 domicílios. Somente na região metropolitana de São Paulo são 700.279 que precisariam ser construídos para suprir a demanda represada.

Dona Maris vive hoje com a família em um apartamento da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo), na região central da cidade, que ela recebeu há cerca de dez anos. Até chegar a essa residência, sua vida foi marcada por muitas mudanças. Segundo ela, assim que foi despejada da favela da Alcântara Machado, foi viver com seus filhos e seu companheiro em outra favela, na região da Mooca.

Eu fui mesmo com a Luana e com o Klebinho ainda novinho, foi o tempo em que tinha uma favela na linha do trem lá na Mooca, e eu fui morar lá. Aí, lá tinha de tudo, muito sofrimento e muita violência, até, até as pessoas, você via até o outro matar o outro, assim... coisa horrível, sabe? Ali era uma situação complicada. (Maris)

A nossa entrevistada relata uma experiência que aconteceu nesse momento, poucos meses depois do nascimento do seu segundo filho:

Aconteceu também várias coisas erradas, né, porque eu acabei sendo presa, porque também, por ver várias necessidades. O pai das crianças foi preso e eu fiquei sozinha com os dois filhos ainda pequenos, eu acho que não é por aí que a gente tem que ir, né? Não deve ir pro caminho das drogas, dessas coisas, mas eu vi a situação apertando e falei: “ah, tive o Klebinho, o pai dele continuava na mesma coisa, eu vou ter que fazer alguma coisa”. Aí foi que eu fui pra vender droga e fui presa. (Maris)

Dona Maris foi presa e os seus dois filhos ainda pequenos ficaram com uma vizinha, que morava na mesma favela que ela. Diz que esse foi um dos piores momentos da sua vida, porque agora ela tinha duas crianças para cuidar, na cadeia, não parava de pensar nos seus filhos. Ainda havia outra situação, que também a levaria a viver mais um triste dilema na sua vida. Foi na prisão que ela descobriu que estava grávida de mais uma filha:

Eu fui presa, aí aconteceu que eu tava grávida e nem sabia, né? Eu fiquei sabendo que eu tava grávida lá dentro e os meus dois filhos ficaram na mão de uma moça, tomando conta. Fiquei presa até ganhar o neném, só que quando eu ganhei o neném tinha o não sei o quê lá de família me perguntando se eu tinha alguém da família pra buscar o neném. Aí eu fiquei pensando: “se eu falar que eu tenho mais dois filhos e falar que eles tão debaixo do viaduto, é capaz deles ir pegar os dois, aí em vez de perder um, eu vou perder três”. Foi assim que eu pensei, né? O que é que eu ia fazer? A minha mãe não podia, porque trabalhava e morava em casa de família, a minha irmã era usuária de droga, também não podia. Com quem que eu ia

contar? Aí não tem! Aí eu falei: “Não tem ninguém não!” e eles falaram: “Ah, então essa criança vai pro Pacaembu”, lá onde deixava as crianças pra adoção. Só que o juiz pensou que eu fosse ficar muito tempo, só que eu não fiquei muito tempo lá. Assim, quando ela completou uns dois meses, eu saí da cadeia e o primeiro lugar que eu fui foi lá no Pacaembu, e quando eu cheguei lá, ela já não estava mais (silêncio). Fui no juiz no Fórum, querendo saber, e lá ele falou que foi pra adoção. (Maris)

Fico surpreso com o fato de, em tão pouco tempo, essa criança ter ido para adoção e ela diz:

Foi, disseram que foi pra adoção, que não podia dar o endereço. É, até hoje eu tento e nunca tive contato com ela. Hoje ela com... 21 anos, hoje ela tá com essa idade e bem que eu gostaria de saber onde ela está, já sonhei várias vezes com ela, mas eu já tentei saber lá no Fórum e falam que não podem falar, não podem nada. O nome da minha filha é Janaina. Eu achava que ia conseguir recuperar a minha menina. (Maris)

Sem poder contar com o apoio familiar, e muito menos com o suporte estatal, que lhe garantisse, mesmo que no sistema prisional, conviver com a sua criança e ao mesmo tempo ter a segurança de que os outros filhos estavam protegidos, Dona Maris foi obrigada a calcular os riscos e fazer uma escolha cruel. Entre correr o risco de perder a guarda de todos os filhos diante do seu estado de penúria, e ficar sem a recém-nascida, ela opta por ficar sem essa última, até mesmo porque nutria a esperança de com o tempo conseguir recuperá-la e com isso reunir toda sua família.

Assim que sai do presídio, ela volta a viver na favela da Mooca com os seus dois filhos, e é nesse momento que conhecerá aquele que será o seu novo companheiro e pai dos seus outros quatro filhos. Mas terá que também sair daquela área e dar início a uma via *crucis*, em busca de novos lugares para viver com os seus filhos:

Ficamos na favela até que teve o incêndio lá, no viaduto da Mooca, na linha do trem, acho que foi em 97... 98! Teve o incêndio, a gente perdeu tudo... Aí a Prefeitura alugou um galpão pra gente, pra gente ficar lá até indenizar a gente, até indenizar. Ficamos lá todo mundo amontoado. Aí indenizaram a gente e com o pouquinho dinheiro compramos um barracão lá na Zachi Narchi, atrás do Carandiru. Mas e em 2000 pegou fogo na favela... Olha a situação! Pegou fogo e perdemos tudo de novo, e ficamos no alojamento da Prefeitura. Aí não deram nada, só deram um dinheiro pra gente, e aí a gente foi

morar num barraco lá na Bresser, que o povo chamava de favela do Cimento. Nós ficamos morando lá com os meninos, naquele sofrimento, pega galão de água, esquenta água, toma banho, lava a roupa na tábua, esse sofrimento todo. Mas os meus meninos sempre limpos, indo pra creche, estudando, nunca deixei eles ficar sujo, jogado, em creche ou na escola, sempre limpinhos. Até a diretora falava: “nossa! Seus filhos vêm todo dia limpinhos, tem mãe que tem casa e os filhos vêm aqui, ó relaxado”. Quer dizer, eu morava numa situação né, num barraco, mas os meus filhos sempre limpinhos, sempre. Eu cuidava dos cabelos, das unhas, e não tinha relaxamento de sujeira. Meu barraco era sempre limpinho, pegava água num carrinho, buscava longe, mas sempre tudo limpo. Mas lá era muito complicado. Aí saímos da Bresser e invadimos uma casa (risos), e fomos morar nessa casa invadida. Aí foi quando a Marta entrou, acho que em 2001, né? Foi por aí... Que a Marta entrou e pegou o nome das pessoas. Ela era prefeita e estava cadastrando o pessoal que morava embaixo do viaduto, e nesse dia, que a assistente social estava lá, eu também estava. Aí ela perguntou: “você mora aqui?” e eu menti, falei que morava (risos), mas só que eu não morava, eu morava na casa invadida do lado de onde era a favela (risos). Ela pegou o meu nome, perguntou se eu tinha filho, pegou o nome deles e falou: “Daqui a um mês vai vir uns caminhões pra tirar o povo todo daqui e vai alugar um prédio pra alojar esse povo todo”. Eu não acreditei e fui a primeira a falar pra todo mundo que era mentira aquilo e que era porque era ano de política, eles prometem e prometem... Mas já que estava lá eu pensei: “A gente não tem nada a perder, está na rua mesmo, vamos arriscar”. Aí começou a ter as reuniões, teve uma reunião, duas reuniões quando foi na terceira, aí o caminhão foi tirar as coisas e foi quando a gente morou dois anos na São Joaquim, no prédio que a Marta alugou, ficamos dois anos lá. Aí as assistentes sociais da COHAB iam lá, elas eram ali do Martinelli, elas iam lá sempre, tendo reunião com a gente, conversando com a gente tudo, até que mudamos pra esse prédio onde eu moro. (Maris)

Dona Maris elogia a gestão da prefeita Marta Suplicy, que governou a cidade de São Paulo entre 2001 a 2004 e que, segundo a nossa entrevistada, foi quem facilitou a moradia para o pobre. Sem dúvida, a sua análise tem a ver com a sua experiência pessoal.

Direciono nossa conversa para a questão da vivência dos seus filhos nas ruas, sobre a partir de quando aconteceu o processo e como foi, para ela, essa experiência:

Os meus dois primeiros que viveram na rua, o Klebinho e a Luana. O que eu passei não desejo para nenhuma mãe passar, nenhum filho, porque é muito triste! Não sei por que esses dois foram assim, assim, viver na rua. Ó, pra você ver, eu fui descobrir bem depois que eles estavam fugindo da escola, saindo e fugindo da escola. Eu levava na

escola todo dia e eu deixava na porta da escola todo dia. Deixava a Luana e o Klebinho na escola e o meu menino que hoje está com dezoito anos eu deixava na creche. Eu deixava eles primeiro na escola e depois levava os pequenos pra creche. Aí a diretora me chamou um dia e disse: “Mãe, tem mais de um mês que seus filhos não vêm pra escola”. E eu falei: “Mas como, se eu mesmo trago todo dia eles aqui?”. A escola vem me falar só depois de um tempo, sendo que eu levo eles todos os dias? Eles já estavam até cheirando cola. E eu fiquei sabendo que eles estavam cheirando cola, porque um colega do meu marido falou que tinha visto eles na Praça da Sé cheirando cola. (Maris)

Segundo a mãe, a menina e o menino começaram a ir para rua com oito e sete anos, respectivamente. Pergunto sobre qual razão ela atribui o fato dos seus dois filhos terem ido viver em situação de rua e ela responde: “Acho que deve ser o meio onde a gente vivia, porque eu sempre fui amorosa com eles. Não batia, não maltratava, não usava drogas. Acho que foi o meio” (Maris).

Dona Maris dá como justificativa para a situação dos seus filhos nas ruas a influência do meio em que eles viviam e faz questão de salientar a sua relação de carinho com as crianças:

Eu não sei se é por causa da situação que a gente morava, porque dentro de casa não tinha motivo, porque eu não batia, eu não uso droga, eu não fumo, eu não bebo, então eu não tinha um motivo pra dar pra eles irem pra rua. (Maris)

Conheci os dois filhos de Dona Maris, nas ruas próximas à Praça da Sé e ao Vale do Anhangabaú, no centro da cidade. Era no ano de 1999 e eu trabalhava como educador social do CEDECA-SÉ. Todos os dias estava junto a minha equipe, interagindo com as dezenas de crianças que perambulavam pelas ruas da região central. A Luana e o Klebinho eram umas delas. Recordo-me que essas crianças eram bastante carinhosas e bem articuladas. Elas circulavam em vários projetos que atendiam essa população e sempre chamavam a atenção pela educação que tinham no trato com os educadores e também na sua relação com as outras crianças e adolescentes.

Eles também falavam muito bem da sua mãe e do seu padrasto, que ambos chamavam de pai. Inclusive, recordo-me de uma primeira visita familiar que realizamos na casa da Dona Maris, e foram os próprios meninos que nos levaram

até a sua mãe. Nessa época, a família morava numa favela no bairro do Bresser. Essa lembrança coincide com o relato feito pela entrevistada.

Os filhos de Dona Maris possuíam um forte vínculo com a rua, ficavam nesse movimento constante entre a rua e a casa. Inclusive, sempre que encontrávamos as crianças bem arrumadas na rua, já sabíamos que elas haviam passado um período com a família. A Luana voltava para rua sempre bem arrumada, com cabelos trançados, o que era o indício de que estavam de volta às ruas há pouco tempo.

Todavia, o contato com a rua era intenso e também não é possível deixar de reconhecer o vínculo que eles tinham com a droga, principalmente a cola de sapateiro e o solvente.

Realizamos algumas visitas domiciliares e também por algumas vezes convidamos a Dona Maris para ir até o CEDECA-SE para juntos discutirmos sobre alguma maneira de ajudar a família em geral e as crianças em particular.

Sobre esse período, ela comenta:

Eu não podia ficar de braços cruzados e ver a coisa acontecer. Esses meninos na rua ficavam dois, três, meses sem aparecer e eu não dormia, eu ficava doida. Saía de noite procurando eles em Santana, na Santa Cecília, naquele Minhocão, na Sé, na República. E eu pensei: “Não é possível ficar assim, eu não vou ficar de braços cruzados deixando esses meninos desse jeito”. (Maris)

A solução que ela encontra é buscar ajuda no Conselho Tutelar da região central, em busca de um lugar para interná-los.

Eu fui procurar o Conselho Tutelar, aí eu conheci o Zé Maria, que era o conselheiro ali da República. Eu fui lá e falei: “Ó, os meus meninos já estão uns dois a três meses que eu não vejo eles, porque eles sumiram. Eu já andei, já andei tanto, já procurei, apesar de saber que na rua ninguém fala, eu procurei muito”. Aí eu mostrei as fotos dos meus dois para ele e disse: “eu quero procurar um lugar pra por eles, porque eu não posso deixar eles na rua”. Aí, o conselheiro tutelar, o Zé Maria me falou: “Olhe, tem um casal que trabalha com crianças de rua, e eles têm um abrigo em Juquitiba. Então, eu vou entrar em contato com eles e eles vão vir aqui pra conversar com você e ver se eles querem ir, porque não pode levar obrigado, a criança tem que querer ir”. Eu deixei a foto e o Zé Maria deu pra eles, e no mesmo dia esse casal achou a Luana e o Klebinho, eles são de lá da Inglaterra. O casal achou os meninos e eles levaram até onde eu morava. Nessa época eu morava no prédio da São Joaquim. Os meninos

levaram eles lá, conversaram comigo, com eles e tudo e eles aceitaram ir pra Juquitiba, aí levou. A Luana ficou lá dos onze até os dezesseis, então ficou cinco anos. O menino ficou menos tempo, porque ele fugiu. Ele entrou com dez e saiu de lá com treze anos. (Maris)

Diante do desespero de ter os seus filhos vivendo nas ruas, e usando drogas, Dona Maris repetirá com os seus filhos o mesmo que um dia a sua mãe fizera com ela e com a sua irmã, coloca-os numa instituição. Ela relata que os visitava sempre que possível e dessa forma ia tocando a vida com os seus outros filhos.

Ela passará por outro momento que, segundo diz, será a maior provação da sua vida. O seu filho Klebinho fugiu da instituição em Juquitiba e voltou a viver nas ruas de São Paulo, porém, a família não foi informada: “Ah, ele tinha fugido já tinha dois meses... e eu achei errado ele ter fugido e o pessoal da casa não ter entrado em contato comigo” (Maris).

E nesse período em que ele estava na rua novamente, acabou morrendo:

Eu fiquei sabendo, assim, porque o meu marido, ele trabalhava nesses caminhões de lixo, né, de recolher o lixo e nesse dia eu estava numa reunião da, você sabe, aquele negócio igual ao CJ (Centro de Juventude), aí eu fui nessa reunião e, quando eu voltei da reunião, estranhei que meu marido chegou cedo em casa, né, aí eu perguntei: “Ué, hoje não teve trabalho?”. E ele falou: “É que eu tenho um assunto pra lhe falar”, o meu coração gelou e já logo eu fui falando: “Ah, se for sobre o meu filho fala logo, eu não gosto que fique rodeando, fala logo!”. Ele disse: “ Ah, mas não sabe se foi ele... é que mataram um menino lá debaixo do viaduto e parece que é o Klebinho, mas não tem certeza”. Ele já sabia, porque ele foi reconhecer o corpo debaixo do viaduto, mas ele não sabia era como me falar... (Maris)

Pergunto como seu companheiro ficou sabendo e ela me conta:

Porque ele viu aquele tumulto debaixo do viaduto e foi ver. Tinham colocado ele dentro de um saco preto de lixo. Mas acho que não mataram ele debaixo do viaduto, acho que, porque assim, foi no laudo que me falaram que ninguém deve ter matado ele, ele deu é, eu acho que ele usou muita droga, deu um negócio, ele caiu, bateu a cabeça e deu hemorragia interna. Foi isso que o pessoal do DHPP (Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa) falou pra mim, né? Acho que ele usou, usou droga, porque contou droga no sangue, né, e acho que deu overdose. Deu hemorragia interna, porque sangrou o nariz e o ouvido. E não tinha marca de agressão, de paulada, de tiro, sabe, não teve nada disso. Eu acho que onde ele morreu era ponto

de droga e pra não sujar lá, eles colocaram ele debaixo do viaduto.
(Maris)

Pergunto como foi para ela viver esse momento da perda de um filho, e ela diz:

Meu Deus, como foi triste! Foi triste, até hoje é (*silêncio*). Não é fácil perder um filho, né? Até hoje, sempre sinto falta, falta, falta alguém. Nada substitui o seu filho, nunca, nunca! Você pode ter outros filhos, mas nenhum ocupa o lugar. Só que a vida continua e a gente não pode cair, não pode deixar cair porque tem os outros filhos pra cuidar. E, quando ele faleceu, eu já tinha mais três. (Maris)

A dor de ter perdido um filho foi, segundo a nossa entrevistada, a maior tragédia de sua vida e aconteceu num momento em que, para ela, o seu filho estava em segurança. As circunstâncias em que tudo ocorreu, cheio de toda morbidez, foi extremamente simbólico. O corpo de um adolescente tratado como lixo foi infelizmente o triste final de uma vida que também foi tratada de maneira indigna, desde a sua concepção até a sua morte. Viveu e morreu na rua, embaixo de um viaduto, sob as marquises e becos escondidos, no coração daquela que é uma das maiores metrópoles do mundo, escancarando a vida e a morte de um menino e denunciando as injustiças e desigualdades que fazem da nossa cidade um triste exemplo de desrespeito aos direitos humanos de crianças e de adolescentes que ainda hoje são eliminados das mais cruéis maneiras.

Somente no último ano, morreram seis adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo, de acordo com informações do CEDECA-SÉ. São mortes não divulgadas, e casos que certamente não terão das autoridades policiais a devida atenção, pois se tratam de menores delinquentes, “craqueiros” ou conhecidos mediante qualquer outra terminologia pejorativa, que sirva para desumanizá-los e, com isso, leve à justificação do seu extermínio.

A sua outra filha, a Luana, continuou acolhida na casa de recuperação até a idade de 16 anos. Quando saiu da instituição, reuniu-se à família que, nesse momento, já estava morando no atual endereço, no apartamento da COHAB. Porém, em pouco tempo, voltou a viver na rua:

A Luana veio com 16 anos. Quando ela veio, eu já estava morando aqui no prédio, né, aqui no prédio. Já era outra vida, já não era mais a vida de rua, nem debaixo do viaduto, já era outra vida, né? Mas a Luana com dois meses ficou boa, mas depois de dois meses virou tudo de novo... Só sofrimento, porque vinha machucada, alguém via e me falava: “olhe, eu vi a Luana dormindo ali na rua...”. Você tem um teto pra morar, tem uma casa, e você vê um filho caído na rua, sujo, dormindo, se tem uma casa pra tomar um banho... Ai, a Luana me deu muita dor de cabeça. E aí vinha na minha casa, me roubava. Eu já não tinha e ainda ela ainda vai e me rouba. Sabe, ela devia pra traficante. Eu já fui até falar com traficante por causa dela, pra não bater nela, pra não matar ela e sabe o que os traficantes falavam? “A senhora vai ter que arrumar um lugar pra levar ela embora, porque se ela ficar aqui...”. Foi aí que arrumei em Jundiá pra ela, arrumei uma casa de recuperação é era de uns crentes, lá em Jundiá. Mas também não quis ficar. Então eu não sabia o que fazer mais. (Maris)

Pergunto se durante todo esse período, na sua labuta com os seus filhos em situação de rua, ela contou com a ajuda de alguém:

[*Silêncio*]... Por isso que eu falo. Tem que ter uma pessoa, um pessoal pra ajudar, né? Pra dar um apoio, assim, à mãe, porque não é fácil. Tudo isso que a gente passou e não ter onde se apoiar? Alguém pra conversar, alguém pra dar uma orientação... Não tem... O governo não tá nem aí! (Maris)

Dona Maris desabafa e mostra a sua indignação. Mais uma vez, relata a sua situação de abandono frente à realidade que os seus filhos apresentam. A falta de apoio do poder público e de uma rede socioassistencial que lhe auxilie a encontrar saídas viáveis para a superação dos seus problemas. Até a atuação das ONGs são limitadas e muitas vezes ineficazes, na medida em que ocorre de forma fragmentada e descontinuada. Sobre a ação contraditória das ONGs, Janaina Lopes do Nascimento diz:

É relevante considerar que as ONGs exprimem um espaço complexo de contradição, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do “terceiro setor” e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital, trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social (NASCIMENTO, 2011, p. 98).

Ao ser perguntada sobre com quem ela podia contar, a nossa entrevistada aponta o seu atual companheiro como seu parceiro e apoio:

O meu companheiro, é, sempre! Ele já foi até pra rua comigo atrás, buscar. Também ajudou muito, ia lá visitar, visitar eles na clinica, nossa, ele sempre adorou... Porque a Luana e o menino não eram filhos dele, mas ele gostava como filho. Nunca bateu, nunca... sabe? Ele é o padrasto deles, é, porque eu vivo com ele já há dezoito anos. Então, ele sempre foi atrás: “vamos lá, vamos atrás deles”. Ele sempre ajudando, apoiando, sabe? Procê ver que eles chamavam até ele de pai! É, o menino chamava e a Luana chama até hoje. E o menino também, o que faleceu, sempre chamou ele de pai. Ele não bate, nem naqueles que são filhos dele, sabe? Mas também é outro cabeça dura, assim, foi entrar também na vida errada. (Maris)

Dona Maris, está se referindo ao fato de seu atual marido ter se envolvido com o tráfico de drogas na região onde ela mora. Segundo ela, logo assim que ele ficou desempregado e com dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho, foi cooptado pelo crime organizado que domina o conjunto habitacional onde eles moram para trabalhar como soldado do tráfico. Ela diz que não somente ele, mas também outras famílias do prédio eram obrigadas a esconder drogas nos apartamentos e foi numa situação dessas que a polícia, depois de uma denúncia anônima, chegou até a sua casa. Tanto ela quanto o marido acabaram presos:

Porque, assim, meu marido estava escondendo essas coisas e eu estava trabalhando à noite. Aí, quando eu chegava de manhã, eu não via nada, tudo normal. Aí um dia que eu cheguei às cinco e meia da manhã, eu vi um monte de polícia na frente da minha casa, eu até estranhei, né? O policial perguntou: “Você mora aqui?”, eu respondi: “moro”, e ele disse: “Ah, tá presa por tráfico de droga”. Eu falei: “Donde moço, estou chegando do serviço agora!”. Ele falou de novo: “A tua casa tá sendo denunciada por tráfico e que aqui é um ponto famoso”. Eu tentei explicar: “Mas como? Eu trabalho, olha que horas eu tô chegando”. Mostrei crachá, mostrei carteira de trabalho, mostrei tudo registrado, quanto tempo de trabalho, mostrei tudo. Um policial até falou: “Realmente, a senhora está comprovando que trabalha, mas está sendo denunciado aqui, a gente vai revirar aqui, se achar alguma coisa, vai todo mundo preso, se não achar, vocês estão livres”. Só que eu estava tranquila, porque pra mim estava tudo normal, porque ainda quando eles falaram assim: “Ah, a gente pode entrar?”, eu falei que sim, os meninos ainda estavam até dormindo. Eles mandaram chamar os meninos, aí chamei os meninos e pus pra cozinha. A nenenzinha ainda estava dormindo. Aí eles começaram. Não reviraram muito, porque eu acho que eles sabiam onde estava. Aí foi quando eles foram nessa tomada, negócio de luz aqui (aponta para a tomada na parede) e acharam lá dentro. Eu vi na hora que eles acharam, aí na hora o meu coração começou a disparar por causa dos meus filhos. Aí na hora o meu marido falou assim: “Minha mulher não tem nada a ver, ela trabalha, meus filhos também não, o negócio é meu, então, quem tem que ser levado é eu”. Mas não teve

jeito, levaram eu também. Fiquei poucos meses porque não tinha culpa nenhuma, mas ele pegou cinco anos. (Maris)

Durante os meses em que ela ficou presa, a sua grande preocupação era os seus filhos:

A minha grande preocupação era meus filhos, eu pedia pra mãe de outra presa ir na minha casa pra ver como estavam os meninos. Os meninos até que escreviam para mim. Eu pedia pra alguém, pedia pra qualquer um que se aproximasse: “Pelo amor de Deus, vai lá, vai dá uma olhadinha, vê como é que está meus filhos, sabe, porque não tem pai, não tem a mãe por perto, não tem ninguém”. Sempre eu tinha notícias. Os meus mais velhos que estavam em casa tomaram conta dos dois mais novos. Foi Deus que pôs a mão. (Maris)

O marido continua preso. Sua mãe, que durante mais de vinte anos trabalhou como doméstica na casa de uma família na zona sul de São Paulo, um dia foi dispensada dessa casa e apareceu no prédio onde ela morava. Ela conta que depois de uma depressão profunda, a mãe se tornou usuária de crack e foi viver na rua. Foi viver num barraco, perto da casa onde ela mora, e passou também a traficar para sustentar o seu vício. Acabou também presa:

É, a vida da minha mãe é outra história complicada. Minha mãe virou também usuária, minha mãe chegou a ficar com quase 30 quilos, de tanto fumar crack. Eu penso assim, numa parte é ruim que ela está presa, mas noutra parte é até bom, porque ela tá se recuperando, porque lá não tem, né? Mas se ela tivesse ficado aqui fora usando, ela já teria morrido, porque tava só o osso (...). Minha mãe virou usuária quando a gente mudou pro prédio, em 2004, que ela começou a usar crack, e ficou até 2012, porque em 2012 ela foi presa, né? Então eu fico pensando.... gente, eu fico pensando assim, eu não fumo, eu não bebo, não uso nada, como as pessoas vão pra droga desse jeito? É irmã, é filho, é mãe, é marido... [*silêncio*]. Deus tem de dar um jeito, não aguento mais ficar nessa vida. (Maris)

Estas são muitas histórias tristes, tragédias familiares que circundam a trajetória de vida dessa senhora. Situações de violência que se reproduzem e passam de uma geração para outra, como um ciclo difícil de ser rompido. O contexto de extrema pobreza, o vínculo com a rua, a experiência prisional, o contato e a dependência das drogas, todos esses aspectos são exemplos dessa reprodução da miséria que os impede de viver de maneira plena a sua condição cidadã.

Dona Maris se diz muito contente com o momento em que está vivendo agora, e se orgulha dos seus quatro filhos que vivem com ela. Não esconde, porém, sua preocupação com a filha mais velha, Luana:

Só Luana que continua sem querer mudar de vida. Não sei o que ela quer da vida. Pergunto, pergunto e pergunto, mas ela não quer mudar. Sempre na mesma vida. Na rua, quer roubar, quer cheirar, quer agora fumar esse crack que não presta, sabe... Já apanhou na rua, já perdeu uns quatro filhos em abortos, sabe, aff, só Deus! Ela teve um menino, já vai fazer o quê? Uns três anos, nunca mais soube do menino, ela foi presa, deixou o menino na mão dos outros e não sabe onde tá esse menino. É triste. Eu não sei o que é. Eu fico perguntando pra Deus assim, sabe, “Deus, como que acontece tanta coisa assim na minha vida desse jeito?”. E faz isso, é luta, luta e luta e não sei por que tanta coisa acontece. (Maris)

Esta filha, hoje com vinte e três anos de idade, encontra-se presa no presídio feminino, no município de Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, e ela a visita regularmente.

A nossa entrevistada fala da experiência de ser mãe, da alegria que vive hoje com os seus quatro filhos:

Eu tive sete filhos, mas hoje vivem quatro comigo. Porque eu tive a Luana, que está presa, né, o Klebinho faleceu, e eu tive a outra menina que tiraram de mim, que eu falei procê, quando eu fui presa, levaram, né? E os outros quatro né? E esses quatro, graças a Deus, estão bem, são educados, estudam, não tenho problema nenhum (abre um sorriso). Eles são amorosos, me abraçam, me beijam e dizem “mãe, eu te amo”, “você é a melhor mãe do mundo” (sorri emocionada). Eles fazem até homenagem pra mim! Eles são meus filhos, acho que Deus falou assim: “Ah, ela já sofreu tanto com os dois, agora deixa ela [risos] ser feliz um pouco com esses”. (Maris)

Pergunto se, em algum momento, ela se sentiu culpada pela situação dos seus filhos que viviam nas ruas e ela responde:

Ah, várias vezes. Quando o Klebinho morreu, eu não dormia porque eu estava me culpando muito. Eu ficava: “eu sou culpada, aconteceu isso porque a culpa é minha”. Depois de um tempo, que tipo assim, as pessoas falavam que era culpa minha e eu chorava muito, eu nem dormia, estava dormindo à base de calmante, aí uma vez dormindo, aí no sonho ele veio no sonho e falou: “mãe, não sofre, não chora que a senhora não é culpada” (enche os olhos de lágrimas). Acho que depois que eu acordei, depois disso, eu comecei, assim, a voltar

ao normal. Mas no começo, uns dois meses, assim, quando ele faleceu, foi terrível. (Maris)

Pergunto se em relação à sua filha Luana ela tem o mesmo sentimento de culpa. Ela faz silêncio e depois responde:

Tenho sim. Eu várias vezes perguntei pra ela: “o que eu fiz, o que a mãe está fazendo de errado pra você tá assim?” Ela me diz: “mãe, a senhora não tá fazendo nada errado, a senhora não tem culpa de nada, eu que quero viver assim”. Eu pergunto sempre a ela: “a onde eu errei, a onde eu estou errando, você me corrige que eu te corrijo”. Mas ela insiste em dizer que eu não tenho culpa de nada, que eu nunca fiz nada pra me sentir culpada. Ela fala: “mãe, é que a gente quer viver assim! Eu gosto de ficar assim, eu gosto de ir pra rua...”. (Maris)

Pergunto se ela se sente culpada pelos outros, e ela diz;

Alguns sim outros não. Já ouvi até me elogiar, falou: “Nossa Maris, você é guerreira mesmo, porque pra aguentar tudo isso, não é fácil”. Você não imagina o que eu sofri na cadeia com os meus quatro filhos aqui fora e a outra na rua. Sofri muito. (Maris)

Dona Maris reconhece que em muitos momentos se sentiu culpada pela condição em que os seus filhos se encontravam, porém, é importante notar que são os próprios filhos que a redimem da culpa, um já morto que vem por meio de um sonho para consolá-la, enquanto a outra traz pra si a responsabilidade por todos os infortúnios da sua vida.

Para encerrar a nossa entrevista, pergunto para Dona Maris, o que é ser mãe para ela e ela me diz:

Pra mim, ser mãe é tudo. Eu adoro ser mãe. Eu sei que tem as dificuldades, tudo. Hoje em dia pra ter um filho não está fácil. Mas não me arrependo de ser mãe, na verdade não sei mais viver sem essa missão. (Maris)

Agradei pela disponibilidade e pela colaboração, e nos despedimos com um abraço.

“A gente passa dificuldade, mas é pra passar com dignidade, né? Porque sofrer é difícil!” (Maris).

3.5 ANÁLISE GERAL DAS ENTREVISTAS

Observando atentamente as trajetórias de vida das três mulheres/mães entrevistadas nesta tese, é possível perceber que, apesar das questões de ordem subjetivas e de aspectos particulares como origem familiar, local de nascimento, diferença etária, dentre outros, todas essas histórias se cruzam e apresentam algumas características que não devem ser menosprezadas, pois ajudam a compreender objetivamente quais os mecanismos que produziram e vem reproduzindo as diversas situações de desigualdade em que se encontram essas mulheres e as suas famílias.

A vivência enquanto mães de crianças a de adolescentes em situação de rua foi o primeiro elemento agregador entre essas três mulheres e a condição fundamental para que se tornassem sujeitos desta pesquisa. Ao vir à tona, seus relatos extrapolaram a dimensão meramente individual e escancararam o quadro de pobreza e de miséria no qual suas famílias estão inseridas e as estratégias criadas por elas para sobreviver num contexto de constante exclusão e negação dos seus direitos fundamentais.

Não queremos dissociar a experiência subjetiva vivenciada por essas mulheres das suas condições objetivas de existência, pelo contrário, acreditamos que muito das vivências subjetivas relatadas pelas entrevistadas foram diretamente influenciadas pelas situações reais em que são subordinadas.

Concordamos com Fernando Gonzalez Rey ao afirmar que a desigualdade social produz fortes ressonâncias na constituição da subjetividade, tanto individual quanto social. Segundo ele, a subjetividade é configurada como unidades representativas das sínteses das histórias individuais, associadas a elementos das histórias coletivas, a partir das quais a subjetividade se organiza (REY, 2005, p. 86).

Nesta perspectiva, o conceito de subjetividade não se resume aos aspectos intrapsíquicos do sujeito, mas sim, está também associado ao contexto social, apresentando assim um caráter sistêmico e compreendendo a expressão do sujeito com manifestação da subjetividade individual, susceptível a mudanças a depender do contexto social.

A partir das narrativas das entrevistadas percebemos, que estas mulheres compartilham de uma origem e de um destino comum e sofrem as consequências de um processo perverso de abandono social e político, que vem se perpetuando e agravando o drama existencial e social de grande parte da população empobrecida desse país.

São pessoas que compõem o que Jessé de Souza (2009) chama de ralé brasileira, segmentos sociais, empregadas domésticas, catadores de lixo, trabalhadores braçais desqualificados, usuários de drogas, prostitutas, dentre outros, que perfazem uma origem e um destino comum, apesar de eventual multiplicidade de destinos individuais.

O termo ralé é utilizado em tom provocativo, sem a intenção de ofender ou humilhar as pessoas que compõem esse grupo social. É na verdade uma categoria teórica que se refere a uma classe de indivíduos desprovidos não somente do capital cultural e econômico, mas também, fundamentalmente do acesso às pré-condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (SOUZA, 2009, p. 38).

Os sujeitos de nossa pesquisa expressaram durante as entrevistas várias situações em que foram marginalizadas devido à sua condição de pobre e de mulher e, apesar de não ter sido feita nenhuma referência direta à questão étnico/racial por parte das entrevistadas, não é difícil constatar que a questão de cor é outro elemento agravante que amplia ainda mais a apartação social dessas mulheres.

São mulheres, negras, mães, provedoras da família, que vivem em áreas consideradas de risco e que carregam sozinhas as responsabilidades na garantia dos meios afetivos, materiais e morais para a sua família, ao mesmo tempo em que sofrem com os preconceitos e estigmas da sociedade, do Estado e da própria família, que reforçam a sua condição marginal.

Para Souza (2006), a marginalização constante de grupos sociais inteiros correlaciona-se com a disseminação ativa de certas compreensões morais e políticas na sociedade. Dentre estas, a noção que reduz a causa da marginalidade à possibilidade de resolução do problema por via exclusivamente econômica é um bom exemplo, pois oculta a dimensão fundamental das relações sociais moldadas a

partir de critérios que atribuem reconhecimento social para uns e marginalidade para outros, de um processo que alia cidadania e subcidadania (Souza, 2006, p.46).

Esta noção de subcidadania (Souza, 2003) ou, como diria Carvalho (2001), cidadania inconclusa, implica uma hierarquização valorativa das pessoas e determina quem é ou não é gente e, por consequência, quem é o não cidadão. Esta hierarquia está desenvolvida de maneira implícita e encontra-se enraizada institucionalmente de modo invisível:

Nenhum brasileiro de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas 'sub-gente'. Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e intransparente. Ela é implícita também no sentido de que não precisa ser linguisticamente mediada ou simbolicamente articulada. Ela implica, como a ideia de *habitus* em Bourdieu, toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que sedimenta e se mostra como signo social de forma imperceptível a partir de signos sociais aparentemente sem importância, como a inclinação respeitosa e inconsciente do inferior social quando encontra com o superior, pela tonalidade da voz mais do que pelo que é dito etc (SOUZA, 2003, p.175).

Esse processo de desqualificação do outro se materializa de várias maneiras na vida diárias daqueles que sofrem essa inferiorização, e se manifesta de maneira direta, por meio das diversas situações de violência e de abandono em que estão submetidos, mas também de forma sutil e não muito perceptível, ainda mais em uma sociedade na qual as desigualdades assumem um caráter tão natural.

Há uma ausência de reconhecimento que legitima a violência e a ação arbitrária contra aqueles considerados cidadãos de segunda categoria. Todas as entrevistadas relataram situações nas quais sofreram algum tipo de tratamento diferenciado ou depreciativo motivado pela sua condição social ou pela situação vivenciada pelo seu filho. A violência institucional constitui uma das violências mais comuns na vida dessas populações. A violência institucional é aquela cometida contra os cidadãos por agentes do Estado. Toda violência é grave, porém as violações cometidas por agentes do Estado ou no interior de espaços em que o Estado é o responsável direto são agravadas, uma vez que é o Estado aquele que deve ser o maior responsável pela garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Comportamentos autoritários e repressores por parte de representantes estatais fizeram parte das narrativas de todas as mães entrevistadas. Figuras como o juiz de direito, o policial, o conselheiro tutelar, o promotor de justiça representam para as entrevistadas esferas legítimas de poder, mas, ao mesmo tempo, se constituem numa ameaça, na medida em que não as tratam com o respeito e a dignidade que merecem.

De acordo com Souza (2006), a desigualdade social no país é naturalizada a tal ponto na vida cotidiana que esta se torna pouco acessível à percepção, permanecendo invisível.

Vera Telles (2001) também denuncia esse processo de naturalização da desigualdade e da pobreza e aponta para o efeito conservador dessa prática que contribui para a manutenção do *status quo*:

Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do país, atraso que haverá de ser, algum dia, absorvido pelas forças civilizatórias do progresso. Paisagem que rememora as origens e que projeta no futuro as possibilidades de sua redenção, a pobreza não se atualiza como presente, ou melhor, na imagem do atraso, aparece como sinal de uma ausência. Como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça, que tenha sido violada (TELLES, 2001, p. 32)

A autora fala de uma desigualdade que ao se transformar em paisagem é banalizada e trivializada e passa a fazer parte do cenário caótico da cidade sem que, com isso, haja algum tipo de questionamento ou de maiores inquietações.

Podemos inserir nessa análise a realidade das crianças e dos adolescentes que sobrevivem nas ruas das nossas cidades, pois se por um lado o seu sofrimento é invisibilizado, por outro se fortalecem os estigmas de coitado ou de marginal.

As trajetórias de vida das suas mães também são marcadas por esse contexto ambíguo e ao mesmo tempo perverso, de invisibilidade e de exclusão. Segundo José de Souza Martins (1993), “A criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada” (MARTINS, 1993, p. 83).

Esta sensação de abandono é real e está presente nos relatos de todas as entrevistadas. Este abandono amplia o sofrimento dessas mulheres e aumenta a sua responsabilidade frente ao cuidado das suas famílias, de maneira geral, e do seu filho em situação de rua, de maneira bem particular.

Estas famílias sobrevivem em um cenário de carência de serviços públicos adequados e de proteção social do Estado e veem crescer paradoxalmente as suas responsabilidades como mecanismo de proteção.

Segundo Inaiá Carvalho e Paulo Henrique de Almeida (2003), nessa sociedade, o crescimento das situações de vulnerabilidade, aliada à crise das instituições que fazem funcionar o vínculo social e a solidariedade, tem obrigado cada um a dar conta de si mesmo, organizando e procurando dar um sentido à sua vida de forma mais individual e solitária (CARVALHO e ALMEIDA, 2003, p. 109).

Nesse contexto, cresce a importância da família notadamente para todos os que carecem de matérias, culturais e simbólicas, necessárias não apenas à subsistência, mas também à criação de uma identidade e à alimentação de uma interioridade. Essa importância cresce entre as pessoas mais frágeis, para as quais não se dá um lugar na sociedade e que não conseguem encontrá-la por si mesmas. É a família, sobretudo, que pode transmitir-lhes, entre outros aspectos, um patrimônio de “defesas internas”.

Se este universo no qual essas mulheres estão inseridas é marcado por fragilidades e limitações e pela falta de proteção estatal e de grande parte da sociedade, há por outro lado um alto grau de responsabilização dessas mães em relação aos insucessos presentes na sua família.

Por meio das narrativas das entrevistadas é possível verificar que todas elas assumem essa responsabilidade do cuidado de todos os filhos sem o menor repouso, ao mesmo tempo em que dedicam uma atenção singular aos seus filhos que se encontram em situação de rua.

Todas elas revelam a sua busca incessante nas ruas, atrás dos seus filhos, numa verdadeira *via crucis*, na tentativa de reaproximá-los da família e afastá-los dos riscos eminentes que a rua representa. A imagem da segunda entrevistada relatando que, em todas as suas folgas, desde que a sua filha foi viver na rua, ela

vai à busca da adolescente, perambulando pelas ruas do centro da cidade para encontrá-la ou no mínimo ter notícias dela.

Este relato é emblemático e mostra o nível de desespero em que muitas vezes essas mães se encontram, que é agravado ainda pelo fato de não poderem contar com o auxílio efetivo do Estado, por meio de políticas e programas sociais eficazes que solucionem ou amenizem o seu sofrimento.

É importante destacar que, apesar do fato da pesquisa ter contado com uma amostra reduzida de sujeitos, os seus relatos são emblemáticos e podem ajudar a desmitificar certa visão generalizada do senso comum que classifica as mães dos meninos e meninas em situação de rua como a figura abandonadora, negligente e sem afeto para com o seu filho ou filha.

Não queremos fazer uma imagem romântica da figura materna e muito menos criar uma análise generalizada do comportamento das mães desses meninos e meninas.

Sabemos o quão complexo é o fenômeno da criança e adolescente em situação de rua, todavia, essas entrevistas mostram o que a nossa experiência com essa realidade também já indicou. Na maioria das vezes, a mãe é aquela que não desiste do seu filho e a que vai à busca dele nas ruas e é aquela que tenta manter o vínculo e constituir algum tipo de ordem no contexto de caos.

Outros trabalhos que estudam a realidade da infância em situação de rua também destacam a forte influência da mãe na busca de manutenção do vínculo com essas crianças e adolescentes, e dessas com a família (ARAÚJO, 2002; LEME, 2004). De acordo com Sandra Simone de Araújo (2004), as mães dos meninos e das meninas que vivem em situação de rua visam a proteger, a amar e a cuidar do filho. A diferença está nas estratégias que elas desenvolvem para cuidar da família. Ela afirma que, em muitos casos, essas mães reproduzem um contexto também vivido por elas quando eram crianças.

Não podemos esquecer que ser mãe consiste não somente numa postura individual, mas também numa identidade social. Essas mulheres, apesar de toda situação adversa em que se encontram, tentam de toda maneira corresponder ao

papel social atribuído historicamente à figura materna, e a todo instante sofrem uma cobrança em torno dele.

As entrevistas também mostraram que todas as mães moram em áreas consideradas de risco (favelas, cortiços e ocupações) e reconhecem que existem perigos reais para os seus filhos próximos às suas casas. O tráfico de drogas e o controle do crime organizado é uma realidade nesses locais.

Todavia, apesar da consciência das ameaças reais que circundam os seus domicílios e põem em risco toda a família, as entrevistadas acreditam que a rua represente um perigo ainda maior para a integridade dos seus filhos. Estar junto à família parece ser, aos olhos dessas mães, mais seguro para os seus filhos do que a vida nas ruas.

Não saber do paradeiro do filho é algo angustiante para todas essas mães. Por este motivo, apesar de todas as ameaças presentes nas localidades onde vivem, elas preferem tê-los em casa, no convívio da família e sob os seus cuidados. Esta seria a situação ideal.

Porém, este desejo se choca com o sentimento de frustração pelo fato de não conseguir manter os filhos em casa. Em todos os depoimentos, é possível verificar que essas mães sofrem por terem “perdido os seus filhos para a rua”. Em todos esses casos, a saída para as ruas aconteceu de maneira lenta e gradativa, entretanto, as três entrevistadas afirmam não terem percebido o momento em que se deu o início desse processo.

Esta falta de percepção deve ser vista não como uma atitude de relapso dessas mães em relação aos filhos, mas pode indicar um contexto de vida em que, a luta pela sobrevivência material leva essas mulheres a terem de se ausentar de casa, deixando os filhos sob os cuidados das avós, ou dos irmãos maiores. Em todos os casos analisados durante a pesquisa para elaboração desta tese, as mulheres aparecem como as principais provedoras do sustento familiar.

Não é raro perceber que a mulher responsável pela família monoparental enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar. O desafio da conciliação entre o trabalho e a sua vida familiar, está presente nos depoimentos reveladores da

dificuldade da mulher/mãe e provedora do sustento da família e de uma participação mais efetiva junto a seus filhos e ao ambiente familiar.

A sensação de perda do filho se repete cada vez em que a criança ou adolescente volta para casa e depois retorna para rua. Todas as mães entrevistadas falam da frustração de não conseguir conter os seus filhos em casa, apesar das tentativas e estratégias que são criadas com esse intuito. Duas das mães entrevistadas atribuem às drogas a razão pela qual os seus filhos não conseguem ficar em casa.

A dependência química do crack é o que os leva a voltar para as ruas e a se envolver com a prática de delitos. Já a outra entrevistada, apesar de reconhecer o envolvimento da filha com as drogas, atribui à ligação da adolescente com a rua muito mais ao vínculo com os amigos de rua do que propriamente com o uso de drogas. Todavia, não podemos esquecer que entre os grupos de crianças e adolescentes em situação de rua, o uso coletivo de drogas é também um sinal de pertencimento. Fazer parte do grupo é compartilhar as aventuras e os riscos vividos pelo próprio grupo. O uso de drogas e a prática de pequenos delitos são exemplos disto.

A presença das drogas na vida dessas famílias acontece de maneira diversa e aparece como um problema de difícil solução. Além da dependência e do uso dessas substâncias por seus filhos, e de todos os problemas que decorrem dessa situação, há também a exploração do tráfico de drogas nas localidades onde vivem. Todas as entrevistadas afirmaram não haver nenhum comprometimento pessoal com o uso de substâncias ilícitas. Nenhuma delas se enquadra na condição de usuária de drogas, porém, em um dos casos entrevistados, houve um envolvimento com o tráfico, que a levou por duas vezes à prisão. No caso específico dessa família, existem casos recorrentes de envolvimento com o uso e o tráfico de drogas, e o encarceramento de pessoas da casa.

Destaca-se o fato de que em todos os casos analisados a maternidade se inicia na adolescência. Todas as mães entrevistadas tiveram os seus filhos entre os quinze e dezessete anos, em nenhum dos relatos apareceu algum tipo de queixa ou

de arrependimento em relação a isto. A gravidez precoce aparece como algo normal, uma dádiva divina.

Apesar de alguns autores que abordam o tema da gravidez na adolescência darem ênfase ao caráter de problema social do fenômeno, partindo do pressuposto de que nas adolescentes existiria uma “incapacidade fisiológica para gerar e uma incapacidade psicológica para criar” (CAMARANO, 1998, p. 44), autores como Teixeira (2007) apontam para o fato de que para algumas adolescentes e jovens das classes populares, a gravidez representa a possibilidade de um projeto de vida e a oportunidade de se sentirem valorizadas pela sociedade, a despeito de sofrerem, ao mesmo tempo, restrições e discriminações sociais.

As mães entrevistadas convivem com o medo contínuo da perda dos filhos. Apesar da violência urbana ser hoje um dos principais receios da população em geral, principalmente da população negra e pobre que vive nas periferias das grandes cidades brasileiras, no caso dessas mães, o contexto em que os seus filhos estão inseridos na rua fazem com que essa possibilidade seja mais iminente.

A violência contra a população que vive nas ruas é uma realidade. Na nossa história recente, registramos inúmeros casos de violência e extermínio de pessoas que fazem das ruas o seu lugar de sobrevivência e de moradia. As crianças e adolescentes em situação de rua são também alvos dessa violência, muitas vezes letal. O massacre da Candelária, no ano de 1993, no qual oito meninos que dormiam em frente à Igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, foram executados se tornou um triste exemplo desta violência contra a infância e a adolescência no Brasil.

A preocupação angustiante presente no relato dessas e o medo de terem os seus filhos assassinados na rua encontra pleno sentido, na medida em que esses crimes continuam acontecendo e sendo tratados pelo Estado e pela sociedade com total indiferença. De acordo com informações do CEDECA-SÉ, entre os meses de abril de 2014 e março de 2015, seis adolescentes foram assassinados ou morreram em situação suspeita no centro da cidade de São Paulo.

A maneira como as entrevistadas descrevem os seus filhos que estão vivendo em situação de rua é bem semelhante. Todas as três falam dos filhos como sendo bons filhos bons e tranquilos. Não há em nenhum dos casos alguma característica

que os definam como agressivos ou violentos, pelo contrário, são calmos e possuem um vínculo positivo com os irmãos e com a própria mãe.

A partir desses relatos é possível observar que o olhar da mãe sobre o filho não acontece a partir dos estereótipos que comumente são utilizados para caracterizá-los. No caso das mães, eles são seus filhos, adolescentes, e não marginais. O olhar da mãe devolve para o filho a sua humanidade, muitas vezes perdida ou destituída, pela sua condição marginal. Essas mães os tratam como seres humanos e, por esse motivo, são capazes de enxergar neles qualidades que, para muitos, eles já não possuem.

A música de Chico Buarque, “O Meu Guri”, personifica essa figura materna que, apesar de todas as contradições que marcam a vida do seu filho, para ela, ele é o seu guri e a mãe é capaz de enxergar beleza até mesmo na tragédia.

– CONSIDERAÇÕES FINAIS –

Retorno neste momento a algumas reflexões e considerações que fizeram parte de todo o processo de construção desta tese, com a clara convicção de que não temos a intenção de apresentar respostas imediatas e nem ter a palavra certa ou a última palavra sobre um fenômeno tão complexo e injusto, como o das mães de crianças e adolescentes em situação de rua. Todavia, este trabalho procura ser um instrumento que dê visibilidade e também denuncie a realidade de sofrimento e de angústia vivida por tantas mães que, apesar das contradições, tentam o constante desafio de manter a unidade da família.

Ao longo desta tese, busquei fazer algumas reflexões – e suscitar outras – acerca dos contextos em que vivem as famílias das crianças e em situação de rua, na cidade de São Paulo. Sem dúvida, tais reflexões e os demais temas suscitados mostram a existência de inúmeros questionamentos, pois não há respostas prontas nem definitivas, mas há sim buscas em andamento e um persistente inconformismo e indignação, ambos muito pertinentes, diante da dura e injusta realidade de meninos e meninas que vivem nas ruas e de suas famílias.

O propósito principal desta tese é contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre as circunstâncias em que vivem as mães das crianças e adolescentes que sobrevivem no espaço da rua, auxiliando na desmistificação que existe em torno desta figura, que muitas vezes é caracterizada como a responsável pelo abandono dos seus filhos.

O olhar negativo que recai sobre a figura materna é reproduzido a todo momento e de várias maneiras. Perguntar sobre o paradeiro da mãe, diante de uma situação de abandono ou de risco de uma criança é a primeira coisa que é feita e já é indício de uma atitude julgadora. Existe sempre uma postura que avalia e condena a mulher-mãe pelos insucessos dos seus filhos, deixando de levar em conta os contextos de contradições da qual ela também é vítima.

Existe um movimento ambíguo da sociedade e do Estado na relação a essas mulheres-mães. Esta contradição se verifica no discurso do senso comum, mas também na maneira como a grande mídia costumeiramente trata desse fenômeno dos meninos e meninas vivendo nas ruas. Se por um lado existe uma visão generalizada da família, e mais precisamente da mãe, deste menino e menina como sendo negligente, indiferente e egoísta, por outro, transfere-se para a família, a mãe, a responsabilidade e a culpa pelo estado de vida em que se encontra o seu filho ou filha.

O preconceito contra a família pobre, e neste caso específico, aquela que tem o filho na rua, cumpre uma função ideológica importante para a manutenção do domínio das elites, a partir do instante em que, ao acusar as classes subalternizadas de serem elas próprias as responsáveis pelas suas desgraças, deixa-se de aprofundar sobre as verdadeiras razões que produzem a desigualdade social. Este controle ideológico é fundamental também para justificar as ações repressoras contra estes segmentos.

Na sociedade moderna, várias são as instituições que estão encarregadas na reprodução dessa ideologia. O discurso do especialista, protegido sob uma áurea de autoridade, serve em muitos momentos para desqualificar o sujeito e reforçar as suas incapacidades, ampliando assim a sua condição marginal.

A construção de um discurso de responsabilização da família já há muito tempo faz parte das ações estatais frente à questão da família e “do menor”. Juristas, médicos, professores, assistentes sociais, dentre outros especialistas, reforçam a ideia de que a raiz dos males está nas famílias “desestruturadas”. Torres Londoño (1991), cita o discurso de um jurista do final do século XIX, que afirma que o problema dos “menores” nas ruas resulta da

“prática dos pais que, cedendo aos vícios do álcool e do jogo e que, propensos à vadiagem, não exercem sua autoridade e corrompem seus filhos, e das mulheres que, por não possuírem um equilíbrio moral, acabam aceitando propostas indecorosas dos homens e gerando filhos sem pai”.

Esse discurso, se não fosse datado, poderia ser atribuído a muitas figuras, públicas ou anônimas, que defendem o mesmo ponto de vista e reduzem questão da desigualdade social a um fator meramente moral.

A leitura moralista da realidade mascara de maneira intencional os verdadeiros fatores geradores da questão social. A desigualdade social é, historicamente, um fenômeno típico das sociedades de classes, contudo, a partir do capitalismo, esse fenômeno adquire patamares de complexificação inéditos; haja vista que assenta-se na contradição imanente à reprodução do capital, cujo alto desenvolvimento das forças produtivas supera a escassez das sociedades precedentes com uma produção abundante de riquezas, no entanto, este novo patamar da produção social dos homens não permite à humanidade a eliminação da desigualdade social e pobreza, com efeito, a reprodução social perpassa o limite das necessidades do capital em sua lógica de expansão e acumulação que tem se posto contemporaneamente em patamares cada vez mais adensados.

As principais vítimas desta contradição produzida pelo processo de reprodução, a classe trabalhadora, mulheres, crianças, negros, idosos, dentre outros segmentos sociais vulnerabilizados, convivem com os efeitos injustos da reprodução do capital, ao mesmo tempo, internalizam o ideário liberal que prega valores como a igualdade de direitos e oportunidades entre os homens e mulheres na sociedade contemporânea. Como expressa István Mészáros (2002), “Desde a mais tenra infância as pessoas aprendem por todos os meios concebíveis que todos têm oportunidades iguais e que as desigualdades com que se deparam não são resultado de instituições injustas, mas de seus dotes naturais superiores ou inferiores”.

Foi a partir desse sentimento de indignação e também, tendo como desde o primeiro instante, ainda no processo de construção do Projeto de Pesquisa, o desejo inquietante de se aproximar e refletir, de uma maneira mais sistematizada, sobre o universo das mães das crianças e adolescentes que sobrevivem no espaço da rua.

É revoltante notar que, apesar de todos os avanços e transformações que aconteceram no último século no Brasil, nos campos político, econômico, jurídico e social, não foram capazes eliminar da realidade nacional situações de abandono e de violência contra a infância e a juventude empobrecida.

Alguns cenários se perpetuaram. Relatos historiográficos dão conta do abandono de crianças desde os tempos mais remotos do Brasil. Maria Luiza Marcílio (1998), no seu livro “*História Social da Criança Abandonada*”, é uma referência importante para o estudo sobre a trajetória da assistência às crianças abandonadas no Brasil. Nos períodos colonial e imperial, crianças deixadas nas igrejas, conventos, residências e nas ruas eram algo comum, tendo como destino aqueles que sobreviviam, as instituições religiosas, ou os asilos para menores desvalidos.

Lana Gama Lima e Renato Venâncio (1991) narram a existência de meninos e meninas, negras, perambulando e vivendo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, logo após a Lei do Ventre Livre, em 1971. As crianças negras que não foram abandonadas à própria sorte nas esquinas, continuavam sendo exploradas pelos proprietários de suas mães ou eram comercializados, mesmo legalmente sendo possuidoras do *status* de livres. A Lei, no seu artigo 2º era clara ao dizer, que caberia ao Estado cuidar dessas crianças livres ou ainda daquelas abandonadas ou cedidas ao Estado pelos seus senhores. Nesses casos, deveriam ser encaminhadas para estabelecimentos públicos ou associações autorizadas, passando a tais instituições o direito de explorar seus serviços até completarem a idade de 21 anos, ficando, porém, com o encargo de constituir-lhes um pecúlio e assegurar-lhes colocação adequada, findo esse tempo (LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 64).

Não é difícil imaginar que, mesmo representando um grande avanço legal, fruto de um dos mais intensos debates sobre o futuro da infância negra até então, as promessas apresentadas neste preceito legal não se materializaram. Os chamados “ingênuos” continuaram sob o peso da escravidão.

Este descompasso entre o discurso político, o corpo normativo-jurídico e a efetividade das políticas sociais é uma constante na história do nosso país. Trazendo para os nossos dias, é possível perceber que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, até o presente, tivemos avanços significativos quanto aos marcos jurídicos regulatórios no âmbito das políticas protetivas da infância e adolescência, resultado de uma ampla mobilização popular e da discussão acadêmica e jurídica em torno da defesa dos direitos fundamentais da pessoa e tendo como figura central o ser humano em formação, com necessidades peculiares a seu desenvolvimento físico, psíquico, social e político. A criança e o adolescente

passaram a ser conceituados enquanto sujeitos de direitos e não mais objetos de intervenção do Estado (FONSECA, 2007, p. 78).

A Constituição Federal de 1988 também inaugura uma nova compreensão acerca da família. Todas as outras constituições brasileiras reconheciam apenas a família denominada legítima, que era aquela oriunda do matrimônio. Somente a partir da Carta Magna de 1988 é que a família é reconhecida como base da sociedade e que deve ter proteção do Estado. A família passou a ser reconhecida como comunidade formada pelos pais ou por um dos pais e seus descendentes. Além disso, a Constituição garantiu a igualdade entre os gêneros, e determina a corresponsabilidade do Estado e da sociedade, juntamente com a família, em assegurar às crianças e aos adolescentes, com prioridade absoluta, o acesso aos seus direitos fundamentais (Constituição Federativa do Brasil, 1988, arts. 226 e 227).

Todavia, esse avanço jurídico, expresso na Constituição de 1988, e nas leis que se sucederam a partir daí, não se fez acompanhar por políticas públicas sociais que garantissem a efetividade de ações protetivas, considerando o quadro de violência em que grande parte da população empobrecida é submetida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. *O Gerenciamento Público da Violência Urbana: A Justiça em Ação*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio e GUNN, Phillip (org). São Paulo sem medo: Um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1998.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. e FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas. Saber Jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: IBCRCRIM, 2003.

AMARAL, Sharyse Pipoupo de. *História do Negro no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ARANTES, Esther Maria de M. *Rostos de Crianças no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs). *A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Ed. Universitária Santa Úrsula/A Mais Livraria e Editora, 1995.

ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de. *A Bruxa Má e a Fada Boa: Um estudo sobre mães de meninos e meninas que vivem em situação de rua*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFP, 2002.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. FLAKSMAN, Dora. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Ana Lúcia Paes de. *Mulheres Pobres e Chefes de Família*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

BARROS, Vanessa Andrade e SILVA, Lilian Rocha. *A Pesquisa em História de Vida*. In: GOULART, Iris B. (org). *Psicologia Organizacional e do Trabalho; Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Despedaçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

_____. *Razões Prática. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069 de 13/07/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, Casa e Família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Edições Vértice, 1990.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia. *Fecundidade e a Anticoncepção da população de 15-19 anos*. In: VIERIA, Elizabeth Meloni; FERNANDES, Maria Eugênia Lemos; BAILEY, Patrícia; MCKAY, Arlene (orgs). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Brasília, DF; São Paulo: Ministério da Saúde/ Associação Saúde da Família/USAID, p. 35-46, 1998.

CAMPOS, Marta Silva. *Direitos Sociais no Brasil Hoje*. In: Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás. Vol. 26, Num. 4, p. 547-557. Goiânia: out/dez 1999.

_____. *Para que serve pensar a existência de uma “Chefia Feminina” na família atual?* In: DE MARTINO, Mónica. *Infancia, Familia y Género. Múltiples problemáticas, múltiples abordajes*. Montevideo: Ediciones Cruz Del

_____. *O Casamento da Política Social com a Família: feliz ou infeliz?* In: *Familismo – Direitos e Cidadania – Contradições da Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

CAMPOS, Marta Silva e REIS, Daniela Santos. *Metodologia do Trabalho Social no CRAS*. In: *CRAS: Marcos Legais*. Vol. 01. Secretaria do Desenvolvimento Social: São Paulo, 2009.

CAMPOS, Marta Silva e MIOTO, Regina Célia T. *Política de Assistência Social e a posição da família na Política Social brasileira*. In: *Revista Ser Social*. Vol. 01, num. 01, 1º semestre. Brasília: UNB, 2003.

CÂNDIDO, Marcos. *Meninos de Rua, Meninos na Rua: as Novas Formas de Ver e Enfrentar a Questão*. Salvador: Mimeo, 1996.

CARLOTO, Cássia Maria. *O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais*. In: *Serviço Social em Revista*. Vol. 03, num. 02. Londrina: UEL, jan/jun 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero*. In: *ASHOKA Empreendimentos*

Sociais: TAKANO Cidadania (org). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de & ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Família e Proteção Social*. Revista São Paulo em Perspectiva, Num 17, ano 02, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Maria Luiza S. *A mulher trabalhadora na dinâmica da chefia familiar*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, Num 01, p. 7-33, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto de e PINTO, Regina Pahim (org). *Mulheres e Desigualdades de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2008. (Série Justiça e Desenvolvimento/IFP-FCC)

CATÃO, Maria de Fátima Fernandes M.; MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos & LIMA, Cláudia Pereira de. *Representações Sociais do Projeto de Vida entre adolescentes no Ensino Médio*. In: Revista Psicologia Ciência e Profissão. Num 29, p. 544-557. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

CEDRO, Marcelo. *Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo*. In: Revista Perspectivas Sociais. Ano 01, Num 01, p. 125-135. Pelotas: UFEPel, Março/2011.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2004.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira e MARRA, Marlene Magnabosco. *Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres monoparentalidade feminina: risco e proteção*. Rev. Bras. Psicodrama. Vol. 21, Num. 01, p. 141-153. São Paulo, 2013.

COSTA LIMA, Vivaldo. *A Família de Santo nos Candomblés Jejes-Nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupo*. Salvador: Corrupio, 2003.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza, *O Direito à Diferença. As ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência*. Belo Horizonte: Arraes Editora. 2009.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Processo Político no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs). *A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Ed. Universitária Santa Úrsula/A Mais Livraria e Editora, 1995.

FALS BORDA, Orlando. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2011.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. *A Mulher na visão do Patriarcado Brasileiro: Uma herança ocidental*. In: *Revista Fato&Versões*. Vol. 01. Num.02, p. 3-16. Uberlândia: PUCMG, 2009.

FONSECA, Dirce Mendes da. *O discurso de proteção e as políticas sociais para infância e juventude*. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 9, Num 85, jun/jul, 2007.

FONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e Adolescentes nas Ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 8ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

_____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar um Projeto de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigmas: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOLDENBERG, Miriam. *A Arte de Pesquisar: Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Record, 1999.

GRACIANI, Maria Stella. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 1997.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de Meninos nas Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOFFMANN, Mauro da Silva. *O Domínio Ideológico da Igreja Durante a Alta Idade Média Ocidental*. In: Revista Historiador Especial. Num 01. Ano 03. p. 105-112, Julho 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & ANADEP – Associação Nacional de Defensores Públicos. *Mapa da Defensoria Pública no Brasil 2013*. Brasília, 2013.

LEITE, Monique Sá Teixeira. *Memória e identidade nas narrativas de conversão: da religião afro-brasileira para o neopentecostalismo da Igreja Universal em Duque de*

Caxias. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas. Rio de Janeiro, 2014.

LIS, Irene Palacio. *Mujeres Ignorantes: madres culpables – Adoctrinamiento y divulgación materno-infantil em la primera mitad del siglo XX*. Valencia: Universitat de València, 2003.

KOHARA, Luiz T. *Rendimentos obtidos nas locações e sublocação de cortiços na região centro de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: POLI/USP, 1999.

KUCHENBECKER, Adriana de Souza. *Uso de drogas entre meninos e meninas de rua no centro de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Laís Benoir. Campinas: UNICAMP, 1999.

LEITÃO, Eliane Vasconcelos. *A Mulher na língua do povo*. 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

LEME, Maria Cecília G.. *Ousando Dizer a própria História: O Protagonismo político-pedagógico da Educação Social de Rua*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2004.

LIMA, Lana Lage da Gama e VENÂNCIO, Rena Pinto. *Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro*. In: PRIORE, Mary Del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

LOCHE, Adriana. *A letalidade da ação policial: Parâmetros para análise*. Revista do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais UFS, Vol. 01, Num. 17, p. 39- 56. São Cristóvão- Se: UFS, jul/dez 2010.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

LUCCHINI, Riccardo. *A criança em situação de rua: uma realidade complexa*. In: RIZZINI, Irene. *Vidas nas Ruas. Crianças e Adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* São Paulo: Editora Loyola, 2003.

MACHADO, Eduardo Paes e NORONHA, Ceci Vilar. *A Polícia dos Pobres: violência policial em classes populares urbanas*. Rev. Sociologias, Ano 04, Num. 07, p. 188-221. Porto Alegre: (jan/jun. 2002).

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Brandel, 2005.

MARTINS, José de Souza (org). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)*. In: Revista Brasileira de História, Vol. 08, Num. 16, p. 37-55. São Paulo: ANPUH, (mar/ago. 1988).

MENDES, Moacyr Pereira. *A Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente frente à Lei 8.069/90*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

MESQUITA NETO, Paulo. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet e GRYNSZPAN, Mário (org.). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MIOTO, Regina Célia T. *Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais*. Revista Virtual Textos e Contextos, Num 03, Ano III, dez. 2004.

_____. *Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias*. In: MORAES, Helder Boska de (org). *Serviço Social- Questões Contemporâneas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

MIOTO, Regina Célia T. & DAL PRÁ, Keli Regina. *Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira*. In: *Familismo – Direitos e Cidadania – Contradições da Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, Yone Gonçalves de. *Uso de Drogas entre adolescentes em situação de rua no Município de São Paulo: uma contribuição etnográfica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNIFESP, 2003.

MOURA, Solange Maria S. R. de. & ARAÚJO, Maria de Fátima. *A Maternidade e a História dos Cuidados Maternos*. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*, Num 24, Ano 01, p. 44-55, 2004,

MURARO, Rose Marie. *Breve introdução histórica. Prefácio da obra O Martelo das Feiticeiras* – KRAMER, Heinrich e SPREGER, James, 12ª edição. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997.

NASCIMENTO, Janaína Lopes. *Telhado de vidro nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao Serviço Social*. In: *Revista Em Pauta*, Vol. 09, Num. 27, p. 91-105. Rio de Janeiro: jul. 2011.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. *Ser Mulher na Idade Média*. In: *Revista do Programa de Pós Graduação em História da UNB*. Vol. 05, Num 01, p. 82-91, Brasília: UNB, 1997.

NEIVA-SILVA, Lucas. *Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: Um estudo longitudinal*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. *Biblioteca Básica/Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. *A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. IN: *Educação & Sociedade*, Vol. 23, Num.78, p. 15-36. Campinas: abril 2002.

NOGUEIRA, Maria Luisa M. *Mobilidade Psicossocial: A História de Nil na Cidade Vivida*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1975.

OLIVEIRA, Everaldo Santos. *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Imposição Inexorável? A experiência da Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região Sé (AAMM)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2008.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *Viver e Morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX*. In: Revista USP, São Paulo (28): p. 174-193. Dez/Fev. 1995/1996.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. *Educação Social de Rua. As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artemed Editora, 2004.

PAIXÃO, Antônio Luis. *A Política da Polícia: Estudos Implementares*. Belo Horizonte: FJP/Mimeo, 1993.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PAULILO, Maria Ângela S. *A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida*. Serviço Social em Revista. Vol. 1. Num. 1, 135-148, Londrina, 1999.

PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e Consolidação Democrática: O caso brasileiro*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio e GUNN, Phillip (orgs). *São Paulo sem medo: Um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1998.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Frederico e KOGA, Dirce. *Trajetórias de Vida: Desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública*. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Num 106. São Paulo: Abril/junho, 2001.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia 1850-1888*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

REY, Fernando Gonzalez. *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2005.

RIZZINI, Irene. *Vidas nas Ruas. Crianças e Adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* São Paulo: Editora Loyola, 2003.

_____. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social: Princípios do Direito Político*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B.. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Helio. *A Busca de um caminho para o Brasil: A trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SANTOS, Marco Antônio Cabras dos. *Trabalho urbano e ação policial em São Paulo (1890-1920)*. In: MOURA, Esmeralda Banco Bolsonaro e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

SANTOS, Mirian Lúcia dos. *Um olhar racial para a violência conjugal contra as mulheres negras*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2012.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. *A Mulher Negra Brasileira*. In: Revista África e Africanidades. Ano 02 Num. 05, p. 01-05 Rio de Janeiro: África e Africanidades, maio/2009.

SARTI, Cyntia A. *A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Edição Saraiva, 1973.

SCOTT, Parry. *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SELIGMANN, Álvaro S.; GORAYEB, Raul; LEBENSZTAJN, Benjamin; KOSIN, Moema D. & SNITCOVSKY, Mayer. *Observações sobre o universo mental das crianças de rua*. *Revista ABP-APAL*, 13 (13), p. 85-96, jul-set. 1991.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Luís Octávio da. *A reabilitação do Centro de São Paulo*. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional –ANPUR. 2005.

SILVA, Nilza da. *A Mulher Negra*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, Num. 22. Maringá: UEM, 2003.

SIMONE, Angélica dos Santos. *Os cortiços na paisagem do Brás e Belenzinho, São Paulo: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo:FFLCH-USP, 2014.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

SOARES, Maria Cecília. *As Ganhadeiras: Mulher e Resistência Negra em Salvador do Século XIX*. In: *Revista Afro-Asia*, Num. 17, p. 09-10. Salvador: CEAO, 1996.

SOUZA, JESSÉ. *A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TEIXEIRA, Elba Couto. *Gravidez de Adolescentes das Classes Subalternas: Um projeto de vida?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. *A Família na Política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina-PI*. Teresina: EDUFPI, 2013.

TELLES, Vera da Silva. *Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos*. Revista Pólis, São Paulo, Num 14, 1994.

_____. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva & CABANES, Robert (org). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo; Ed. Cultrix Ltda, 2010.

WOORTMANN, Klaas, *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

_____; WOORTMANN Ellen F. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. In: PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICA. Ouro Preto: ABEP, 2002.

VALDÉS, Teresa. *Socialização em Sexualidade no Chile: Adolescentes de camadas populares urbanas*. In: *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. HEILBORN, Maria Luiza (org). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

VIEIRA, Márcia Núbia Fonseca. *Herdeiros de Sísifo: Uma contribuição para a compreensão do processo Inclusão-Exclusão na Escola e no Trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1997.

ZALUAR, Alba. *A Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas*. In: CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZOLA, Marlene Bueno. *Políticas Sociais, Família e Proteção Social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países*. In. *Familismo – Direitos e Cidadania – Contradições da Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

– ANEXO (A) –

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Fui informada a respeito da presente pesquisa intitulada: **“Por sua culpa, sua tão grande culpa”**: Um estudo sobre o processo de naturalização, responsabilização e culpabilização das mães dos meninos e meninas em situação de rua, que está sendo realizada pelo pesquisador Everaldo Santos Oliveira, RG: 3796737-11. Você poderá a qualquer momento do estudo contatar o autor através do telefone: 98789-8337 ou por e-mail: everoliveira@uol.com.br. Fui informada ainda, que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a Marta Silva Campos, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone: 3670-8512 ou e-mail: sssocial@pucsp.br

Tive a explicação que minha participação nesta pesquisa será por meio de entrevista. Também fui informada que a entrevista será gravada e identificada apenas com um código, omitindo o meu nome. Fui informada, também que a minha participação é livre na pesquisa e a minha aceitação não implicará em nenhum prejuízo ou vantagem de ordem institucional ou pessoal.

Confirmo ainda a cessão dos direitos da minha fala fornecida ao pesquisador para se necessário, utilizar integral ou em partes, ser restrições de prazos e citações, respeitando a privacidade do meu nome, desde a presente data. Abduco, outrossim, direitos meus e de meus descendentes sobre a publicação da pesquisa. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este termo de consentimento foi lido em conjunto com o pesquisador e concordo em participar da entrevista de forma livre e esclarecida, ficando com uma cópia desse documento.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Nome da Participante: _____.

RG da Participante: _____.

Assinatura do Pesquisador: _____.